

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
– PROFEPT**

**JESSYCA MAYARA NUNES DOS SANTOS**

**“DEU PRO GASTO?” CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA  
ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

**João Pessoa – PB  
2021**

**JESSYCA MAYARA NUNES DOS SANTOS**

**“DEU PRO GASTO?” CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**



**DISSERTAÇÃO** apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

**Orientador/a: Prof.(a) Dr.(a) EMMANUELLE ARNAUD ALMEIDA**

**JOÃO PESSOA – PB  
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa.

S237d Santos, Jessyca Mayra Nunes dos.

“Deu pro gasto?” Contribuições da educação financeira para estudantes beneficiários de assistência estudantil / Jessyca Mayara Nunes dos Santos. – 2021.

160 f. : il.

Dissertação ( Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, 2021.

Orientação : Prof<sup>o</sup> D.ra Emmanuelle Arnaud Almeida.

1. Assistência estudantil. 2. Educação financeira. 3. Educação profissional. 4. PNAES. 5. *Website*. I. Título.

CDU 364-787.7(043)

Lucrecia Camilo de Lima  
Bibliotecária – CRB 15/132



**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**  
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

---

**JESSYCA MAYARA NUNES DOS SANTOS**

**“DEU PRO GASTO?” CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA  
ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

**DISSERTAÇÃO** apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

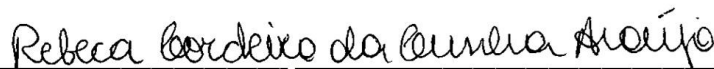
**APROVADO EM: 04/06/2021**

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

Prof.(a) Dr.(a) Emmanuelle Arnaud Almeida  
Instituto Federal da Paraíba  
Orientadora



---

Prof.(a) Dra.(a) Rebeca Cordeiro da Cunha Araújo  
Instituto Federal da Paraíba



---

Prof Dr. Degmar Francisca dos Anjos  
Instituto Federal da Paraíba



---

Prof.(a) Dr.(a) Elenilce Gomes de Oliveira  
Instituto Federal do Ceará

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA**  
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

---

**JESSYCA MAYARA NUNES DOS SANTOS**

**DÁ PRO GASTO!**

**PRODUTO EDUCACIONAL** apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

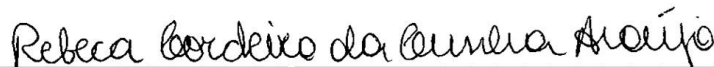
**APROVADO EM: 04/06/2021**

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

Prof.(a) Dr.(a) Emmanuelle Arnaud Almeida  
Instituto Federal da Paraíba  
Orientadora



---

Prof.(a) Dra.(a) Rebeca Cordeiro da Cunha Araújo  
Instituto Federal da Paraíba



---

Prof. Dr. Degmar Francisca dos Anjos  
Instituto Federal da Paraíba



---

Prof.(a) Dr.(a) Elenilce Gomes de Oliveira  
Instituto Federal do Ceará

Dedico este estudo a meu filho, Kauê. Todos os dias me torno alguém melhor através de seus ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

Este estudo é fruto, além do esforço pessoal, do apoio de diversas pessoas que me influenciaram direta ou indiretamente nessa jornada de aprendizado. À estas muitas mãos, venho aqui registrar meus sinceros agradecimentos:

À Deus, pois é e sempre foi a fonte maior de inspiração, força e proteção em minha vida. Agradeço a ele todos os dias a possibilidade de estudar para evoluir, não apenas profissionalmente, mas humanamente e espiritualmente.

Aos meus pais, Leonilza e Gilvanaldo, pois sempre me incentivaram e não mediram esforços para me conceder todo o suporte necessário ao prosseguimento dos meus estudos. Agradeço por todo o empenho, cuidado, e confiança de sempre dispensado a mim.

À meu marido, Leandro, companheiro de todas as horas que me estimula sempre a continuar. Obrigada por não me deixar desistir quando as coisas ficaram difíceis. Obrigada por ter me convencido de que seria capaz. Ao seu lado qualquer caminhada fica mais fácil e agradável.

A minha orientadora, Emmanuelle, por todo conhecimento transmitido com muita paciência, compreensão e empenho. Agradeço por cada correção, sugestão, crítica e elogio realizados. É uma pessoa extremamente competente e ética com quem aprendi muito.

Aos meus colegas de turma do mestrado, pessoas que me surpreenderam com sua humanidade e companheirismo. Em especial, agradeço à Andreia e Nerijane, amigas confidentes da vida acadêmica, que me ajudam e incentivam a prosseguir. Agradeço ainda ao meu grupo de Campina Grande, Myrella, Rodrigo, Rucélia, Jonas, Andréia e Janduí, pessoas maravilhosas a quem tive o prazer de conhecer e que conseguiram sempre transformar as cansativas viagens para as aulas presenciais em momentos alegres, descontraídos e ainda educativos.

Aos demais amigos, professores, familiares e colegas de trabalho que em algum momento da vida me ajudaram e motivaram. Agradeço em especial à Samuel por todo auxílio e presteza na fase de coleta de dados.

Aos integrantes da banca avaliadora do presente estudo pelas contribuições que, sem dúvidas, enriqueceram ainda mais este estudo.

Gratidão a todos!

## RESUMO

Sabe-se que as desigualdades sociais existentes na sociedade refletem na educação, dificultando a trajetória estudantil dos jovens de famílias pobres. Há, por conseguinte, a necessidade de implantar políticas públicas, a exemplo da Política de Assistência Estudantil, visando minimizar as discrepâncias existentes na sociedade. Dentre os diversos programas ofertados pela assistência estudantil, há aqueles nos quais ocorre a transferência de ajudas de custo diretamente aos discentes, porém de forma desvinculada de uma instrução sobre finanças para boa gerência dos recursos pessoais. Objetivou-se, assim, analisar as contribuições da educação financeira para os estudantes beneficiários de assistência estudantil no *campus* Campina Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Com este propósito, procedeu-se à caracterização da Assistência Estudantil do IFPB e do *campus* Campina Grande; à análise de aspectos relacionados à oferta dos recursos de Assistência Estudantil; ao exame das contribuições da Assistência Estudantil para a permanência escolar de seus beneficiários; à evidência da importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil; ao desenvolvimento e à aplicação de um produto educacional, um *website*, visando contribuir com a educação financeira dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil, e, por fim, à validação da contribuição do mesmo para a aquisição de conhecimentos sobre a educação financeira. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada e de caráter exploratório, na qual ocorreu a análise de documentos por meio de pesquisa documental, assim como das percepções de discentes egressos do Ensino Médio Integrado do IFPB *campus* Campina Grande, beneficiados pela Assistência estudantil, e pelas profissionais do Serviço Social do *campus*, coletados por meio de questionário misto e entrevista semiestruturada, respectivamente. Utilizou-se, para tanto, a análise de conteúdo na modalidade de categorias temáticas de Minayo (2001), por meio das categorias de análise: Recursos de Assistência Estudantil, Permanência e Educação financeira. A partir dos dados da pesquisa, pôde-se inferir que a Assistência Estudantil favorece a trajetória estudantil dos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Todavia, ao apresentar fragilidades e limitações que vão desde a questão orçamentária até questões que se fazem intrínsecas no sistema capitalista, não proporciona uma ampla igualdade de condições. Os achados apontaram ainda para relevância da Educação Financeira para os discentes do Ensino Médio Integrado, visando conscientizá-los para uma boa utilização de recursos financeiros próprios, o que subsidiou a construção de um material instrucional sobre finanças. A pesquisa culminou, deste modo, com o desenvolvimento do *website* de noções de educação financeira crítica para discentes do Ensino Médio Integrado, em especial, os beneficiários de Assistência Estudantil, intitulado de “Dá pro gasto!”, que disponibiliza conteúdos básicos de Educação Financeira. Após aplicação do referido produto, ficou evidente o potencial educativo do ambiente virtual na construção de conhecimentos básicos sobre finanças, o que mostrou-se relevante e com resultados satisfatórios. A temática corrobora com a formação humana integral, ao favorecer a educação para a cidadania, podendo refletir positivamente, inclusive, no êxito da política, visto que favorece a administração dos recursos repassados por meio dos programas que a integram.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Educação profissional. Educação financeira. PNAES.



## ABSTRACT

It is known that the social inequalities that exist in society are reflected in education, hindering the student trajectory of young people from poor families. Therefore, there is a need to implement public policies, such as the Student Assistance Policy, in order to minimize the discrepancies that exist in society. Among the various programs offered by student assistance, there are those in which the transfer of allowances occurs directly to students, but in a way unrelated to an instruction on finance for good management of personal resources. Thus, the objective was to analyze the contributions of financial education to students benefiting from student assistance on the Campina Grande campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology. For this purpose, the IFPB Student Assistance and Campina Grande campus were characterized; the analysis of aspects related to the provision of Student Assistance resources; the examination of Student Assistance contributions for the school stay of its beneficiaries; evidence of the importance of financial education for the management of own resources, including those from Student Assistance; to the development and application of an educational product, a website, aiming to contribute to the financial education of students benefiting from Student Assistance, and, finally, to validate its contribution to the acquisition of knowledge about financial education. It is a research with a qualitative and quantitative approach, of an applied nature and of an exploratory nature, in which the analysis of documents occurred through documentary research, as well as the perceptions of students graduated from the Integrated High School of the IFPB campus Campina Grande, benefited by Student Assistance, and by Social Service professionals from the campus, collected through a mixed questionnaire and semi-structured interview, respectively. For that, content analysis was used in the modality of thematic categories by Minayo (2001), through the categories of analysis: Student Assistance Resources, Permanence and Financial Education. From the research data, it was possible to infer that Student Assistance favors the student trajectory of students who are in a situation of socioeconomic vulnerability. However, as it presents weaknesses and limitations that range from the budgetary issue to issues that are intrinsic in the capitalist system, it does not provide a broad level playing field. The findings also pointed out the relevance of Financial Education for Integrated High School students, aiming to make them aware of the proper use of their own financial resources, which subsidized the construction of instructional material on finance. The research culminated, thus, with the development of the website of notions of critical financial education for students of Integrated High School, in particular, the beneficiaries of Student Assistance, entitled "Dá pro gasto!", Which provides basic contents of Financial Education . After applying this product, the educational potential of the virtual environment in building basic knowledge about finance became evident, which proved to be relevant and with satisfactory results. The theme corroborates with the integral human formation, by favoring education for citizenship, which may reflect positively, including, in the success of the policy, since it favors the administration of the resources transferred through the programs that integrate it.

**Keywords:** Student Assistance. Professional education. Financial education. PNAES.

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>FIGURA 1</b> – Página inicial do “Dá pro gasto!” (Parte 1).....         | 101 |
| <b>FIGURA 2</b> – Página inicial do “Dá pro gasto!” (Parte 2).....         | 102 |
| <b>FIGURA 3</b> – Mapa mental do website “Dá pro gasto!”.....              | 105 |
| <b>FIGURA 4</b> – Flashcards “Direito do consumidor”.....                  | 106 |
| <b>FIGURA 5</b> – Jogos “Dá pro gasto!”.....                               | 107 |
| <b>FIGURA 6</b> – Quizzes disponibilizados no website “Dá pro gasto!”..... | 108 |
| <b>FIGURA 7</b> – Simulado “Dá pro gasto!”.....                            | 109 |
| <b>FIGURA 8</b> – Sugestões de plataformas com cursos sobre EF.....        | 123 |
| <b>FIGURA 9</b> – Sugestões de artigos científicos no PE.....              | 123 |
| <b>FIGURA 10</b> – Sugestões de textos jornalísticos no PE.....            | 124 |

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>TABELA 1</b> – Matrículas por renda familiar no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia.....                  | 18  |
| <b>TABELA 2</b> – Resultado da busca por trabalhos na plataforma CAPES.....  | 25  |
| <b>TABELA 3</b> – Quantitativo de benefícios ofertados pelos programas Transporte e Moradia nos últimos anos.....  | 64  |
| <b>TABELA 4</b> – Perfil dos alunos egressos respondentes.....   | 67  |
| <b>TABELA 5</b> – Resultado da avaliação do <i>website</i> (perguntas de múltipla escolha com resposta única)..... | 111 |
| <b>TABELA 6</b> – Resultado da avaliação da estética e organização do PE.....                                      | 117 |
| <b>TABELA 7</b> – Resultado da avaliação da estrutura metodológica do PE.....                                      | 118 |
| <b>TABELA 8</b> – Resultado da avaliação dos conteúdos apresentados no PE.....                                     | 118 |
| <b>TABELA 9</b> – Resultado da avaliação das propostas didáticas do PE.....  | 119 |
| <b>TABELA 10</b> – Resultado da avaliação da criticidade do PE.....  | 121 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| <b>QUADRO 1</b> – Síntese relacionando os objetivos às estratégias de pesquisa.....                  | 37  |
| <b>QUADRO 2</b> – Síntese das categorias de pesquisa.....  | 38  |
| <b>QUADRO 3</b> – Mudanças no rol de Programas ofertados no Instituto Federal da Paraíba - IFPB..... | 61  |
| <b>QUADRO 4</b> – Influência da Assistência Estudantil na trajetória escolar.....                    | 83  |
| <b>QUADRO 5</b> – Organização do menu do <i>Website</i> “Dá pro gasto!”.....                         | 103 |
| <b>QUADRO 6</b> – Conteúdos ofertados no <i>website</i> “Dá pro gasto!”.....                         | 104 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| <b>GRÁFICO 1</b> – Percentual de alunos matriculados no IFPB campus Campina Grande por modalidades de ensino.....            | 58  |
| <b>GRÁFICO 2</b> – Relação da quantidade de benefícios ofertados nos últimos anos no programa transporte versus moradia..... | 64  |
| <b>GRÁFICO 3</b> – Quantidade de tempo de assistência dos discentes egressos pela Assistência Estudantil.....                | 69  |
| <b>GRÁFICO 4</b> – Percepção dos egressos sobre a cobertura da AE aos discentes que dela necessitam.....                     | 71  |
| <b>GRÁFICO 5</b> – Áreas de utilização dos recursos advindos da AE pelos egressos.....                                       | 73  |
| <b>GRÁFICO 6</b> – O olhar dos egressos sobre a contribuição da AE na permanência estudantil.....                            | 78  |
| <b>GRÁFICO 7</b> – Atividades realizadas pelos jovens egressos quando discentes do IFPB.....                                 | 81  |
| <b>GRÁFICO 8</b> – O olhar dos discentes egressos sobre a contribuição da AE na dedicação aos estudos.....                   | 82  |
| <b>GRÁFICO 9</b> – Frequência de planejamento financeiro dos discentes egressos.....   | 91  |
| <b>GRÁFICO 10</b> – Forma de aquisição de conhecimentos dos discentes egressos sobre a EF...92                               |     |
| <b>GRÁFICO 11</b> – Visão dos egressos sobre a contribuição da EF na administração dos recursos.....                         | 94  |
| <b>GRÁFICO 12</b> – Resultado da questão número 5 do simulado (Aplicação do PE).....   | 113 |
| <b>GRÁFICO 13</b> – Resultado da questão número 7 do simulado. (Aplicação do PE).....  | 114 |
| <b>GRÁFICO 14</b> – Resultado da questão 9 do simulado. (Aplicação do PE).....   | 115 |
| <b>GRÁFICO 15</b> – Resultado da questão de número 10 do simulado (Aplicação do PE).....                                     | 116 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AE** – Assistência Estudantil

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**CAEST** – Coordenação de Assistência Estudantil

**CEP** – Comitê de Ética e Pesquisa

**EF** – Educação Financeira

**EMI** – Ensino Médio Integrado

**ENEF** – Estratégia Nacional de Educação Financeira

**IEAC** – Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes

**IFPB** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

**MEC** – Ministério da Educação

**OCDE** – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional

**PNAES** – Programa Nacional de Assistência Estudantil

**PNE** – Plano Nacional de Assistência Estudantil

**ProfEPT** – Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

**RFPC** – Renda familiar per capita

**SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**TICs** – Tecnologias de Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

|              |  |           |
|--------------|--|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>14</b> |
| 1.1          | CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....                        | 14        |
| 1.2          | OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS.....   | 20        |
| 1.3          | JUSTIFICATIVA.....   | 20        |
| 1.4          | ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA.....  | 24        |
| 1.5          | ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....   | 29        |
| <b>2</b>     | <b>METODOLOGIA.....</b>  | <b>31</b> |
| 2.1          | CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....  | 31        |
| <b>2.1.1</b> | <b>Quanto à abordagem.....</b>   | <b>31</b> |
| <b>2.1.2</b> | <b>Quanto à classificação.....</b>   | <b>31</b> |
| <b>2.1.3</b> | <b>Quanto à tipologia da pesquisa.....</b>   | <b>32</b> |
| 2.2          | CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E PARTICIPANTES DA PESQUISA.....                                     | 32        |
| 2.3          | ETAPAS DA PESQUISA.....  | 33        |
| 2.4          | ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS.....   | 34        |
| 2.5          | TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....   | 35        |
| <b>2.5.1</b> | <b>Recursos de Assistência Estudantil.....</b>   | <b>38</b> |
| <b>2.5.2</b> | <b>Permanência.....</b>  | <b>39</b> |
| <b>2.5.3</b> | <b>Educação Financeira.....</b>  | <b>41</b> |
| <b>3</b>     | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>  | <b>43</b> |
| 3.1          | AS BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL.....                 | 43        |
| 3.2          | A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....  | 47        |
| 3.3          | SOBRE EDUCAR JOVENS FINANCEIRAMENTE.....   | 51        |
| <b>4</b>     | <b>A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL “DÁ PRO GASTO”? DISCUTINDO OS ACHADOS DE PESQUISA.....</b>     | <b>57</b> |
| 4.1          | CARACTERÍSTICAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB E NO CAMPUS CAMPINA GRANDE.....          | 57        |
| 4.2          | RECURSOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB CAMPUS CAMPINA GRANDE.....                      | 64        |
| 4.3          | CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR.....                    | 76        |
| 4.4          | EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA DISCENTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....            | 85        |
| <b>5</b>     | <b>“DÁ PRO GASTO!” DESCOMPLICANDO O SEU BOLSO.....</b>                                     | <b>96</b> |
| 5.1          | MÍDIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO.....  | 97        |
| 5.2          | APRESENTAÇÃO DIDÁTICO-METODOLÓGICA DO WEBSITE “DÁ PRO GASTO!”.....                         | 98        |
| 5.3          | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL..... | 109       |

|     |   |     |
|-----|---|-----|
| 5.4 | REVISÃO E VERSÃO DEFINITIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL..... | 121 |
| 7   | CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                               | 124 |
|     | REFERÊNCIAS.....  | 127 |
|     | APÊNDICES .....   | 136 |
|     | ANEXO.....  | 154 |



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A educação é uma forma de intervenção no mundo, afirma Paulo Freire (1983). Intervenção esta que pode implicar tanto a reprodução do modelo dominante vigente quanto a sua superação. Superar, todavia, uma ideologia que sobrepõe os interesses do mercado aos interesses humanos não é tarefa fácil, ressalta o autor. É um trabalho complexo que pressupõe, dentre outros fatores, uma quebra de paradigmas enraizados na sociedade e que não se restringem apenas aos muros escolares, longe disso.

Mas, ao debater sobre a esperança, Freire (2002) adverte que a mesma pode ser refletida como agente de transformação da realidade e que, enquanto necessidade ontológica, precisa fundamentar-se na prática para ser capaz de se converter em história concreta. Assim, a educação permanece envolta neste conceito na medida em que se admite seu potencial de modificar realidades, ainda que de forma limitada. E a realidade que se aborda no presente estudo deve-se a uma sociedade desigual, na qual uma parcela da população enfrenta dificuldades em dedicar-se plenamente aos estudos devido a restrições financeiras. É, pois, na perspectiva de inclusão social, que este estudo pretende contribuir, ainda que minimamente, com a atenuação dos entraves incumbidos a alunos de famílias pobres na sua trajetória estudantil e de vida.

Conforme Iamamoto (2000), no contexto de globalização mundial vivenciado onde há uma hegemonia do capital financeiro, nota-se um crescimento da desigualdade social de indivíduos das classes menos favorecidas, de modo que “Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade.” (Idem., 2000, p.18). Neste cenário, verifica-se um crescimento das expressões da questão social, caracterizando, dentre outros fatores, um aumento da seletividade das políticas sociais e diminuição de seus recursos.

A desigualdade socioeconômica no Brasil impacta fortemente as condições de acesso e permanência no Ensino Médio, Técnico e Superior dos menos favorecidos socioeconomicamente, havendo a necessidade da implantação de políticas públicas que atenuem as disparidades existentes entre este público. Foi mais especificamente com o plano de expansão das universidades, implementado a partir de 2003, que estas instituições

passaram a receber maior quantidade de estudantes em condições de vulnerabilidade social, justificando a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, política criada para auxiliar estes alunos em sua permanência escolar.

Este estudo tem como foco o jovem estudante da Educação Profissional e Tecnológica inserido em um contexto social vulnerável, que, para sua permanência escolar, necessita das ações de Assistência Estudantil. Quanto a esses jovens, discute-se a necessidade de uma conscientização sobre a administração dos recursos financeiros próprios, incluindo os provenientes do programa, respeitando e contribuindo para sua dignidade e autonomia por meio de uma prática educativa transformadora.

A luta por uma educação social emancipadora necessita ser travada no âmbito da escola pública, onde se deve “[...] combinar políticas de igualdade (é injusto tratar igualmente a desiguais) com políticas de equidade (inicialmente podem ser apenas compensatórias)” (GADOTTI, 2012, p.11). A escola torna-se, então, um espaço importante para o desenvolvimento da educação social, de modo a atender os problemas sociais existentes, abrindo suas portas para experiências educativas que contribuam com soluções para as demandas da comunidade, proporcionando aos indivíduos de diversas classes sociais o acesso aos saberes socialmente produzidos e favorecendo uma rede de relações e contatos entre os sujeitos inseridos em contextos diversificados (Idem, 2012).

Diante disso, infere-se que a escola possui um potencial de transformação ao preparar o sujeito enquanto cidadão para a sociedade. Para tal, é necessário que ela tenha um olhar voltado às questões e demandas coletivas, buscando também fornecer conteúdos que vão além dos padronizados para possibilitar conexões entre a teoria e sua aplicação prática na vida, de modo a contextualizar o currículo.

Na visão de Pacheco (2015), a inclusão social vincula-se à emancipação por possibilitar uma transformação do educando em sujeito da história. Para isso, a Educação Profissional e Tecnológica procura afirmar o papel do gestor público em transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão e da emancipação. “O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático” (PACHECO, 2015, p.10).

Ciavatta (2014), ao discorrer sobre o Ensino Médio Integrado, afirma que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo o trabalho como princípio educativo, visa a uma formação, na qual a educação geral e a educação profissional tornem-se inseparáveis. Para a

autora, um dos pressupostos da EPT é o projeto social, visto que a educação não deve ser reduzida às necessidades do mercado de trabalho, mas deve buscar uma transformação social efetiva.

É na perspectiva de inclusão social que, na tentativa de minimizar os filtros sociais existentes no próprio sistema escolar, o foco, nos últimos anos, tem se voltado para questões que vão além da democratização do acesso, esbarrando nas condições de permanência estudantil, âmbito do Programa de Assistência Estudantil.

O Programa de Assistência Estudantil (PNAES), instituído a partir de 2008 nas universidades e Institutos Federais, foi criado objetivando oferecer melhores condições de permanência para alunos de classes sociais menos favorecidas, de modo a democratizar o acesso à educação. A criação do PNAES baseia-se, principalmente, no Art. 206º da Constituição Federal de 1988, no qual se busca garantir o direito constitucional de acesso e permanência à educação, a fim de combater a desigualdade no âmbito educacional (BRASIL, 1988). Sendo assim, o decreto Nº 7.234 de julho de 2010, que dispõe sobre o programa, determina que este tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, tendo como objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Art. 2º, I, II, III e IV Decreto n.º 7.234/2010).

Antunes (2018) afirma que os Institutos Federais, desde sua implementação, contam com recursos da Assistência Estudantil diretamente em cada matriz orçamentária, onde, ao prezar por uma gestão autônoma, o programa pode ser regulamentado de forma individual em cada instituição, a fim de garantir o direito do benefício ao discente.

Assim, este estudo foi desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica (IFPB, 2018, p.13). Tendo como lema uma “Educação Transformadora”, o instituto busca, por meio da oferta de cursos da Educação Profissional e Tecnológica nos níveis Técnico Integrado ao Ensino Médio, superior e pós-graduação, comprometer-se com um projeto de sociedade que se baseia na educação como necessidade para a transformação da vida social.

O documento normativo da Assistência Estudantil no âmbito do IFPB estabelece os programas pelos quais se operacionaliza a Política de Assistência Estudantil, com o objetivo de proporcionar igualdade de acesso, permanência e conclusão do curso aos alunos com hipossuficiência financeira, bem como de alunos com necessidades especiais. A materialização desta política é realizada por recursos provenientes do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, bem como de recursos orçamentários dos *campi*.

Por meio deste programa, os esforços centram-se na redução da evasão deste público socioeconomicamente vulnerável, fenômeno este que assola o instituto, tendo em vista que, no relatório anual de gestão do IFPB (2018b), é demonstrado:

[...] no ano passado de 2017, o Instituto Federal da Paraíba tinha uma relação concluintes por alunos de 10,58, ou seja, 2.728 concluintes para 25.780 matrículas. Já em 2018, essa relação diminuiu para 8,54, o que totalizou 2.377 alunos concluintes para 27.831 matrículas (IFPB, 2018b, p.95).

Também se pode identificar este problema no Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (IEAC), onde estima-se que houve uma evasão de 65,50% (4.499 estudantes) até o final do ano de 2018 e 62,4% (3.912 estudantes) no ano 2017 (Id. 2018, p.99), dados extremamente expressivos.

No ano de 2019, por outro lado, houve uma relação de concluintes por aluno de 12,47, contabilizando cerca de 3.898 concluintes para 31.253 matrículas, o que expressa um aumento de 1.521 concluintes quando comparado ao ano de 2018, ou seja, uma melhoria de 46% no referido indicador. Conforme o relatório de gestão, este progresso é resultado dos esforços expressos no Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes 2017-2027. Referente ao índice de Eficiência Acadêmica, tem-se que houve uma evasão de 51,75%, índice menor que o registrado nos dois anos anteriores, o que demonstra que os esforços da instituição no tocante à diminuição da evasão já alcançam resultados positivos, contudo, com um longo caminho ainda a trilhar (IFPB, 2020).

Faz-se necessário salientar que não há um apontamento de quais seriam as motivações das evasões apresentadas, visto que há diversos fatores que podem contribuir para que o discente evada. Pretende-se aqui, pois, demonstrar que, no instituto, há níveis elevados de evasão, fenômeno que é o foco da atuação da Assistência Estudantil ao intencionar agir preventivamente nos casos motivados por insuficiência financeira.

No tocante à condição socioeconômica do público dos IFs, analisam-se os dados do relatório atual do SETEC no qual foram consolidados os indicadores do ano de 2018. Nele

foram levantados dados de 52,95% dos alunos, observando-se que “[...] mais da metade dos estudantes da rede, 57,79%, têm renda familiar per capita (RFPC) de até um salário-mínimo, enquanto apenas 6,36% possuem RFPC acima de 3 salários mínimos.” (SETEC, 2019, p.44). Mais especificamente no IFPB, foram levantados dados de 68,81% no ano de 2018 e 54,44% no ano de 2017, ou seja, uma amostra significativa dos alunos atendidos pela instituição, obtendo os resultados constantes na tabela a seguir:

**TABELA 1** — Matrículas por renda familiar no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia -IFPB

|   |             | <b>MRF (%) - Dados de 2018</b> |                  |                  |                  |                  |             |
|---|-------------|--------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|
| <b>Faixa de renda per capita familiar</b> |             | <b>0,0 - 0,5</b>               | <b>0,0 - 1,0</b> | <b>1,0 - 1,5</b> | <b>1,5 - 2,5</b> | <b>2,5 - 3,0</b> | <b>3,0-</b> |
| <b>% de alunos</b>                        | <b>2017</b> | 60,67%                         | 24,38%           | 8,04%            | 4,24%            | 1,52%            | 1,15%       |
|   | <b>2018</b> | 66,24%                         | 21,06%           | 6,55%            | 3,62%            | 1,32%            | 1,21%       |

Fonte: SETEC (2018/2019).

A partir destes dados, identifica-se que a maior porcentagem dos jovens matriculados no IFPB são de renda *per capita* inferior a um salário-mínimo e meio, somando 93,09% os discentes das três faixas de menor renda *per capita*, no ano de 2017, e, no ano de 2018, 93,85%. Não há, até o momento da pesquisa, dados referentes ao ano de 2019. Pode-se afirmar, então, que o alunado do IFPB constitui-se, em sua maioria, de discentes de baixa renda, público-alvo das ações da Assistência Estudantil, uma vez que:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com **renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio**, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Art. 5º, Decreto n.º 7.234/2010, grifo nosso).

Quanto às ações da Assistência Estudantil, há aquelas que preveem a transferência de recursos financeiros diretamente ao discente. Estas ações compreendem ajudas de custos para auxiliá-lo a arcar com as despesas de sua escolarização. Apesar de a maioria destes adolescentes terem o primeiro contato com o próprio dinheiro neste momento, a educação financeira dispensada a estes jovens ainda é tímida, mesmo após conquistas da área com a orientação de inclusão de temas contemporâneos nos currículos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta deficiência pode gerar dificuldades em administrar os recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil que, apesar de pouco, visa

contribuir com o orçamento para possibilitar a permanência de jovens de baixa renda em sala de aula.

Considera-se ainda o pressuposto de que o discente inserido na Educação Profissional e Tecnológica deve desenvolver uma consciência crítica e autônoma para o exercício de sua cidadania. Neste contexto, a oferta de conteúdos com temas contemporâneos, como educação financeira, torna-se essencial para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades com vistas a uma formação humana integral que favoreça jovens em vulnerabilidade socioeconômica a gerenciarem seus recursos próprios, incluindo os advindos da Assistência Estudantil.

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele (PACHECO, 2015, p.14).

Educar financeiramente estes jovens alunos implica instigá-los a terem uma consciência crítica não só para a tomada de decisões de consumo, mas também para a compreensão do mundo e suas relações sociais, políticas e econômicas, de modo a contribuir com sua formação por meio de uma prática social. Sendo assim, a educação financeira direcionada aos jovens é uma ferramenta bastante útil para a conscientização e o controle dos gastos, bem como para a valorização do próprio dinheiro.

Entendemos a Educação Financeira como uma **prática social**, de modo que possa estar enraizada em um espírito de crítica e em um projeto de possibilidades que proporcionem aos indivíduos-consumidores participarem, ativamente, no entendimento e na transformação dos contextos que estão inseridos (CAMPOS, 2013, p.13, grifo nosso).

Face ao exposto, entende-se que esta temática é de extrema conveniência, especialmente por vivermos em um sistema capitalista, no qual empresas exploram de forma extrema o marketing, com o objetivo de enraizar sentimentos de consumismo nos indivíduos. Logo, os jovens, não possuindo uma cultura de educação financeira desde a infância, tornam-se presas fáceis para este sistema, ficando à mercê de um mercado que possui, a cada dia, técnicas melhores de atrair consumidores. Este estudo caminha, portanto, no sentido de investigar as contribuições da Educação Financeira para os jovens beneficiários de Assistência Estudantil, visando a uma ampliação da consciência crítica sobre o consumo e de como gerir os seus recursos próprios, incluindo as ajudas de custos a eles direcionadas por meio da política.

O âmago deste estudo são os discentes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, *campus* Campina Grande, inferindo que a maior porcentagem desses jovens é de baixa renda, necessitando da Assistência Estudantil para a conclusão de seus estudos, não havendo, ainda, uma cultura de ensino sobre planejamento e educação financeira no ambiente escolar e familiar. A partir de tal realidade, realizamos o seguinte questionamento: quais as contribuições da educação financeira para a gerência dos recursos dos beneficiários de assistência estudantil do IFPB, *campus* Campina Grande?

## 1.2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar as contribuições da educação financeira para os estudantes beneficiários da Assistência Estudantil no *campus* Campina Grande, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Objetivos específicos:

- a) Caracterizar a Assistência Estudantil do IFPB e do *campus* Campina Grande;
- b) Analisar os aspectos relacionados à oferta dos recursos de Assistência Estudantil;
- c) Examinar as contribuições da Assistência Estudantil para a permanência escolar de seus beneficiários;
- d) Evidenciar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil.
- e) Desenvolver e aplicar um produto educacional, um *website*, que contribua com a educação financeira dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil;
- f) Validar a contribuição do produto educacional para a aquisição de conhecimentos sobre educação financeira.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A principal fonte motivadora de realização desta pesquisa foi a vivência enquanto servidora do *campus* Campina Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB), como Técnica em Enfermagem lotada no Gabinete Médico, presenciando, por estar em constante contato com os estudantes, inúmeros episódios nos quais discentes necessitaram de atendimento da equipe de saúde devido à falta de condições financeiras para o mínimo necessário à sobrevivência: a alimentação.

Diante disso, a equipe médica da qual a pesquisadora faz parte passou a ofertar alimentos a estes estudantes ao identificar que a situação causadora do mal-estar, na verdade, consistia em fome, passando, a partir de então, a contar sempre com biscoitos, no setor, destinados à oferta a estes discentes quando da ocorrência destes casos. Soma-se a isso a formação profissional como Assistente Social, que contribuiu para a inquietação por investigar a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Paraíba, principalmente após estágio curricular na Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST) do *campus*.

No estágio curricular da graduação, pôde-se observar a necessidade da maioria dos estudantes pelas ações da Assistência Estudantil para a permanência na instituição, pois grande parte desses discentes são de outras cidades e de famílias de baixa renda que não teriam condições de arcar com os custos da escolarização de seus filhos sem uma ajuda de custo, segundo relatos colhidos durante visitas domiciliares.

E foi nessas visitas domiciliares que se identificaram, realmente, os esforços dos pais para manterem seus filhos no IFPB, instituição de renome e gratuita. Assim, aproximando-se da realidade dessas famílias, pôde-se observar as consequências da desigualdade social no âmbito da educação, as expressões da Questão Social<sup>1</sup>.

A compreensão de que o passado (e o presente) sociocultural brasileiro é marcado pelo distanciamento de parcela da sociedade ao acesso a diversos direitos, como no caso da educação, não é novidade. Os Institutos Federais surgem com objetivo de promoção de uma política de educação ampla, sendo consideradas como instituições comprometidas com a desigualdade social, onde seus objetivos principais são a inclusão social e uma educação que não responda apenas aos interesses do capital (FRIGOTTO, 2018).

O Ensino Médio Integrado ofertado por estas instituições torna-se uma opção gratuita e de qualidade, ao modo que “[...] pode constituir-se numa modalidade e espaço de travessia para aqueles jovens da classe trabalhadora que têm pressa, por necessidade vital, de se integrar dignamente no processo produtivo” (FRIGOTTO, 2018, p.58).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB, pode-se identificar que sua política se fundamenta no compromisso e na responsabilidade social, bem como na valorização do ser humano por meio do:

---

<sup>1</sup> De acordo com Iamamoto (1998, p.27), “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.



[...] exercício de uma gestão democrática e descentralizada, na autonomia administrativa, financeira e didático científica, na defesa do ensino de qualidade, público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão interligados com seu compromisso social, no desenvolvimento sustentável, na **igualdade de condições de acesso e permanência do discente na Instituição** e no fortalecimento dos convênios, acordos de mútua cooperação, contratos e diálogos com a sociedade urbana e rural (IFPB, 2015, p.03, grifo nosso).

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição prezam por práticas integradoras, emancipatórias e inclusivas que formem cidadãos críticos:

A educação é entendida enquanto uma prática sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais promovedora da formação de pessoas tecnicamente competentes, mais humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos. Preparar pessoas que pensem e reflitam sobre o mundo, visualizando o contexto social e assumindo o seu papel de protagonistas na emergência de uma sociedade nova (IFPB, 2015, p.66).

Contudo, sabe-se que, mesmo com a possibilidade de acessar uma educação gratuita, os estudantes de baixa renda enfrentam inúmeras dificuldades em manter-se nos cursos, principalmente devido ao caráter integral do ensino na instituição que implica a permanência desses discentes o dia inteiro na instituição, fato identificado, inclusive, com a observação e o diálogo com os discentes no cotidiano do IFPB.

Essa permanência diária nas dependências do instituto torna-se dispendiosa, dado que sua manutenção gera despesas, com alimentação; transporte; moradia (em caso de alunos de localidades distantes); material didático; assistência médica, quando necessário; dentre outros. Tais despesas, apesar de básicas, são ainda muito distantes da população mais carente, fato que reflete a intensa desigualdade social presente no Brasil, podendo levar a consequências, como desistências, evasão e transferências escolares.

É nesse ponto que a Assistência Estudantil demonstra sua necessidade e relevância, pois objetiva favorecer esses estudantes, ofertando-lhes as condições mínimas para permanecer no curso até alcançar seu êxito formativo. É uma proposta desenvolvida para contribuir com a inclusão escolar destes jovens.

Os profissionais que fazem linha de frente na gestão deste programa são os Assistentes Sociais, cujo exercício, no contexto educacional, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, enquadra-se na Política de Educação, de modo a fortalecer o projeto ético-político da profissão, em busca de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade, tendo como referência uma educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades humanas. Contudo, referente a sua

execução, a Política de Assistência Estudantil conta ainda com uma rede multidisciplinar de profissionais que agem nas diversas áreas de atuação envolvidas na política.

No tocante aos valores repassados aos estudantes por meio da Assistência Estudantil, são creditados diretamente em conta bancária desses jovens. Nesta linha de raciocínio, e com base no exposto até então, surgem questionamentos de como se dá a gerência desses recursos por parte dos estudantes, bem como se indaga se tais recursos são suficientes para alcançar seus objetivos de forma plena. Afinal, será que o valor repassado aos estudantes “dá pro gasto”?, questionamento que inspirou o trocadilho presente no título do estudo.

Teixeira (2016) afirma que uma educação financeira crítica contribui para a formação de valores da cidadania, fomentando discussões crítico-reflexivas à luz de pressupostos próprios. É relevante, sobretudo, porque a sociedade atual está focada no consumismo exagerado, incentivado, em grande parte, pelas mídias. Logo, conforme o autor, mais do que nunca, é necessário levar a educação financeira às escolas, de modo a educar, alertar, conscientizar e qualificar financeiramente as pessoas.

Posto que a Assistência Estudantil é um direito dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica para que o acesso à educação pública e a permanência nela sejam democratizadas; que o IFPB compromete-se com princípios de inclusão e responsabilidade social; que a Educação Profissional e Tecnológica pressupõe uma formação crítica e autônoma dos jovens a partir da apreensão de conhecimentos sobre sua si e sua realidade e que, no Brasil, não há uma cultura de educação financeira no ambiente escolar e familiar, compreende-se que, para que os recursos financeiros próprios dos jovens do Ensino Médio Integrado, incluindo os advindos da Assistência estudantil, sejam mais bem geridos, a oferta da educação financeira a esses alunos pode ser um agregador valioso, visto que contribuirá com a aquisição de um conhecimento crítico sobre o dinheiro e seu correto manuseio, o que pode refletir na qualidade de vida destes jovens provenientes de famílias de baixa renda.

Este é o foco desta pesquisa, oriunda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na qual se discute a importância de uma educação financeira dos discentes do Ensino Médio Integrado do IFPB, *campus* Campina Grande, com vistas a sua formação humana integral. É mais especificamente na linha de pesquisa “Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em Educação Profissional e Tecnológica” que o presente estudo visa ao desenvolvimento de um produto de natureza educacional voltado ao planejamento e educação financeira crítica, auxiliando na

compreensão sobre a administração pessoal de recursos, para que possa contribuir, dentre outros fatores, com a formação para a cidadania, consumo consciente e, conseqüentemente, para a qualidade de vida dos discentes da Educação Profissional e Tecnológica.

#### 1.4 ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA

Com a finalidade de mapear e conhecer a discussão atual referente à temática da Assistência Estudantil, buscaram-se produções acadêmicas na base de dados CAPES com o recorte temporal de 2016 a 2019. Foram utilizados, para tanto, os descritores “Permanência”, “Assistência Estudantil”, “Educação profissional”, “Educação financeira” e “PNAES”, privilegiando trabalhos científicos publicados em periódicos e revisados por pares, tendo sido selecionados os estudos que apresentaram relevância e relação direta com o objeto deste estudo para melhor compreendê-lo.

Deste modo, realizaram-se as combinações dos descritores por meio do operador lógico booleano “AND” com o objetivo de restringir a amplitude da pesquisa para alcançar os trabalhos de maior interesse, obtendo, assim, os seguintes resultados:

**TABELA 2** – Resultado da busca por trabalhos na plataforma CAPES.

| <b>Descritores</b>                                   | <b>Trabalhos encontrados</b> | <b>Trabalhos excluídos</b> | <b>Trabalhos analisados</b> |
|--|------------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| “Assistência Estudantil” AND “Permanência”           | 27                           | 15                         | 12                          |
| “Assistência Estudantil” AND “Educação profissional” | 10                           | 08                         | 02                          |
| “Assistência Estudantil” AND “Educação financeira”   | 0                            | -                          | -                           |
| “PNAES” AND “Permanência”                            | 12                           | 09                         | 03                          |
| “PNAES” AND “Educação financeira”                    | 0                            | -                          | -                           |
| <b>Total</b>   | <b>49</b>                    | <b>32</b>                  | <b>17</b>                   |

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os trabalhos selecionados ao utilizar os descritores "Assistência Estudantil" AND "Permanência" e incluídos na análise foram dos autores Araújo (2017); Brito e Barbosa (2017); Cavalcanti e Rasoto (2018); Ferreira (2018); Júnior, Gonçalves e Costa (2017); Lima e Ferreira (2016); Maciel, Gimenez e Assis (2017); Ferreira e Souza (2019); Antunes (2018); Pinto (2018); Rafael, Miranda e Carvalho (2016); Vieira e Castro (2019).

Os estudos selecionados por meio dos descritores “Educação Profissional” AND “Assistência estudantil” são de autoria de Reis e Gonçalves (2018) e Lessa (2017). Com os descritores “PNAES” AND “Permanência”, foram priorizados os artigos dos autores: Jesus, Monteiro e Camargo (2016); Gomes e Passos (2018) e Lima e Melo (2016), devido à maior identificação com o objeto de estudo.

Não foram identificados estudos mediante buscas com os descritores “PNAES” e “Assistência Estudantil” com “Educação Financeira”, evidenciando o caráter inovador e oportuno da presente pesquisa, haja vista que não foram encontrados estudos demonstrando uma ausência de pesquisas sobre a temática.

Para Araújo (2017), políticas de democratização de acesso à educação devem ser articuladas com a assistência estudantil para compor conjunto de ações que visem garantir a permanência de sujeitos vulneráveis e marginalizados, a fim de garantir uma educação de qualidade para todos.

Brito e Barbosa (2017) avaliam o programa como positivo na busca de minimizar as desigualdades socioeconômicas. Sobre as percepções dos discentes, cabe salientar que 100% deles reconheceram a sua dependência ao programa para permanecer na universidade. “Portanto, considera-se que os programas de assistência estudantil se fazem necessários no sentido de viabilizar a igualdade de oportunidades de acesso e permanência de estudantes em situação de fragilidade socioeconômica, ou seja, garantir os direitos sociais.” (Id. 2017. p. 142).

Cavalcanti e Rasoto (2018), por sua vez, atestaram a superioridade dos coeficientes acadêmicos dos estudantes bolsistas em relação aos não bolsistas, assim como uma menor taxa de evasão do público beneficiário, ao avaliar a eficácia do programa de auxílio estudantil em um *campus* de uma universidade federal, onde houve uma comparação destes elementos entre os dois públicos.

Na medida em que a avaliação posta em prática na pesquisa demonstrou o atingimento dos objetivos do programa, produzindo efeitos sociais relevantes, em

particular, na permanência desses estudantes na universidade, justifica-se a continuidade do programa, visto que é plenamente legítimável junto ao governo e à sociedade (CAVALCANTI; RASOTO, 2018, p.336).

Deste modo, mesmo a política apresentando limites e lacunas, que são consequências das desigualdades sociais, ela contribui “[...] para minimizar o distanciamento entre as disparidades sociais, culturais e econômicas que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda na universidade pública brasileira” (FERREIRA, 2018, p. 590), sendo essencial ao estudante pobre no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

Júnior, Gonçalves e Costa (2017), ao realizar uma crítica ao financiamento e à gestão da Política de Assistência Estudantil, enfatizam a insuficiência dos auxílios para acobertar todas as necessidades dos estudantes de baixa renda, fato que se torna mais preocupante na atualidade, devido à Proposta de Emenda Constitucional nº 241, que congela por 20 anos gastos que superam a inflação, impedindo investimentos efetivos na área da educação e serviço público em geral.

Para Lima e Ferreira (2016), as políticas públicas de assistência estudantil são eficazes, visto que atingem seu objetivo. As áreas estratégicas mais desenvolvidas pelas universidades, de acordo com os autores, fazem parte da área da alimentação e transporte, atingindo, portanto, estudantes das classes C, D e E. “[...] a política de assistência ao discente de graduação, nas condições estabelecidas, também proporciona a manutenção de facilidades durante a vida acadêmica, complementando de tal modo as dez áreas estratégicas definidas pelo PNAES” (Id., 2016, p.141).

Enfatizando a permanência estudantil e sua relação com a assistência estudantil, identificou-se o estudo realizado por Maciel, Gimenez e Assis (2017), que traz uma discussão sobre a influência exercida pela lógica do financiamento e relações estabelecidas entre educação, Estado e sociedade nas políticas sociais de assistência ao estudante. Para eles, os problemas em relação à permanência estudantil ultrapassam as questões financeiras. Salientam, portanto, a fragilidade das bolsas diante das problemáticas que atingem a educação, o que prejudica o êxito da política.

Sobre a motivação dos discentes pela procura da assistência estudantil, Pinto (2018) demonstra, na sua pesquisa, questões relacionadas à pobreza familiar, tornando-se essenciais tais recursos para a complementação da renda. A assistência estudantil torna-se importante, então, para o impedimento da evasão e da retenção desses alunos.

De acordo com Rafael, Miranda e Carvalho (2016), os discentes atingidos por estas ações relatam que estas contribuem para a permanência dos estudantes no curso, considerando também, na maioria dos casos, os recursos obtidos pelo programa como uma das maiores contribuições para a continuidade dos estudos, uma vez que proporcionam, além de outros benefícios, maior disponibilidade para se dedicarem ao curso e ao auxílio nas despesas. “[...] fica evidenciado que os programas remunerados contribuem para a permanência e para a formação acadêmica dos alunos e que suas contribuições vão bem além da perspectiva financeira” (Id., 2016, p.122).

Dificuldades enfrentadas pelos estudantes para acessar as ações da assistência estudantil foram enfatizadas por Vieira e Castro (2019), que identificaram a existência de uma falta de compreensão dos editais, insuficiência de vagas para atender às demandas e burocracias no processo de inscrição, o que favorece o aumento nos índices de retenção e evasão na universidade observada por eles. Para os autores, apesar de estes fatores contribuírem para manter o caráter assistencialista da assistência estudantil, “ele é relevante para garantir a muitos jovens pertencentes às classes populares que antes eram excluídas do ensino superior, condições, mesmo que mínimas, de permanecer nas universidades públicas federais” (Id., 2019, p.110).

É importante também destacar que os jovens discentes dos Institutos Federais apresentam as mesmas dificuldades da maioria dos alunos das escolas públicas, onde os recursos disponibilizados às instituições estão muito aquém da demanda de permanência, o que acaba por inviabilizar e desafiar a plena implementação da política. Os *campi* devem trabalhar para estabelecer diálogos com os alunos de forma a proporcionar espaços contínuos de escutas (FERREIRA; SOUZA, 2019).

Ferreira e Souza (2019) constataram que, por vezes, há consultas aos alunos, porém, as opiniões obtidas não são valorizadas pelos gestores, os quais sugerem que a instituição deve proporcionar maior participação estudantil e que os alunos devem ser informados das limitações orçamentárias enfrentadas pelas instituições federais de ensino. Esta política possui grande importância como promotora de permanência do curso, mesmo com a oferta de recursos limitados e insuficientes para sua implementação.

Antunes (2018) reforça que fatores como a pobreza interferem no êxito do processo formativo. Assim, a desigualdade de oportunidades no ensino impacta diretamente sobre a taxa de conclusão do Ensino Médio nos jovens, afirmando que “Um dos critérios que

caracterizam a vulnerabilidade socioeconômica e o risco de abandono escolar é a renda per capita, calculada a partir da soma de todos os rendimentos recebidos por todos os membros do grupo família” (Idem., 2018, p.80).

Reis e Gonçalves (2018) afirmam a importância dos benefícios nas instituições de ensino superior, visto que muitos discentes encontram-se desempregados e na faixa etária superior aos 18 anos de idade, havendo, portanto, elevado percentual de alunos fora do mercado de trabalho.

A atuação dos Assistentes Sociais, profissionais que compõem a linha de frente da Assistência Estudantil nesses espaços profissionais, geralmente, é marcada pelo desempenho de atividades de seleção socioeconômica, devendo, todavia, realizar ações para além desta análise, como promoção de debates, apoio a ações estudantis, realização de trabalhos com as famílias, redes de serviço e comunidade externa, dentre outras (LESSA, 2017).

Lessa (2017) ressalta o ingresso da classe trabalhadora nos ambientes universitários como uma conquista nova, sendo fruto das lutas da classe por acesso e permanência à educação, sendo a assistência estudantil e as cotas fundamentais nesse processo. Entretanto, critica a má gestão dos governantes que colocam em risco todas essas conquistas com a precarização e ataques às instituições públicas de ensino.

Jesus, Monteiro e Camargo (2016) refletem sobre o aprisionamento a determinismos econômicos da classe burguesa que vivenciamos, ressaltando-se a mercantilização da educação como uma realidade que só pode ser superada com lutas de resistência. Políticas de garantia de acesso e permanência à educação são, portanto, cruciais nesta luta, cujo objetivo final é a emancipação humana.

Destarte, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, de fato, contribui para a permanência, formação acadêmica e inclusão social. Benefícios, como alimentação, moradia, material didático, auxílio financeiro e assistência à saúde estão entre os programas que mais fazem diferença na vida dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Na visão dos alunos, a assistência estudantil contribui para a permanência, uma vez que, com o recebimento dos benefícios, não precisam preocupar-se com a sua manutenção e trabalho, podendo, deste modo, centrar esforços apenas nas atividades acadêmicas (LIMA; MELO, 2016).

Gomes e Passos (2018), no que lhes concerne, defendem que, além de objetivar democratizar as condições de permanência, minimizar as desigualdades, garantir a

permanência e a conclusão dos cursos, promovendo inclusão social, a Política de Assistência Estudantil reflete no favorecimento a uma educação integral, garantindo apoio pedagógico e profissional.

Entretanto, sobre a avaliação e a monitorização do programa, os autores relatam que 28% dos institutos não possuem previsão de exame de eficiência, eficácia ou efetividade. “Ao mesmo tempo em que evidencia a implementação como uma etapa separada da fase de tomada de decisão, isso mostra que é um processo que depende da capacidade institucional dos implementadores e dos contextos em que a política é executada” (GOMES; PASSOS, 2018, p.431).

Diante do exposto, pode-se inferir que os autores majoritariamente concordam quanto à necessidade e à importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil na vida dos filhos da classe trabalhadora, a fim de minimizar as consequências das desigualdades sociais no âmbito da educação. Entretanto, críticas também são constantes, visto que a política possui critérios seletivos e uma cobertura limitada que, por vezes, não atinge todos os estudantes vulneráveis socioeconomicamente, diante de pouco investimento e má gestão.

Outro ponto ressaltado pelos autores refere-se a uma frágil avaliação, monitorização dos resultados e escuta ativa das demandas dos estudantes, o que dificulta o alcance de melhorias na assistência estudantil. Todavia, mesmo com dificuldades, fragilidades e imperfeições, o PNAES torna-se imprescindível para o acesso, permanência e inclusão social dos estudantes de classes menos favorecidas, visto que possibilita uma dedicação exclusiva destes jovens aos estudos, que passam a não necessitar, de modo urgente e imediato, a ingressar no mercado de trabalho para suprir os gastos de sua escolarização.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em sete capítulos. O Capítulo I, de modo a aproximar o leitor da temática, realiza uma introdução com breve contextualização do objeto de estudo, discutindo-se os pressupostos da assistência estudantil e do discente beneficiário deste programa, demonstrando dispositivos legais e dados oficiais do governo para norteamento e análise da questão posta. Traça, portanto, os objetivos da pesquisa, sua justificativa, bem como procede uma análise da discussão atual da comunidade acadêmica sobre a temática por meio de levantamento bibliográfico realizado em base de dados.



O Capítulo II trata sobre o percurso metodológico do estudo, com sua caracterização quanto à abordagem, à natureza e à tipologia. O campo de investigação foi especificado, detalhando o universo e sujeitos da pesquisa, assim como demonstra as etapas que serão realizadas, instrumentos e estratégias de coleta de dados. Por fim, há uma descrição do tratamento e análise de dados com definição das categorias de análise, a fim de esclarecer o leitor sobre os procedimentos e passo-a-passo realizados.

No Capítulo III, realiza-se um aprofundamento da fundamentação teórica propriamente dita, iniciando com uma síntese das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, essencial para a compreensão e a contextualização da temática, seguindo com uma explanação sobre a da Política de Assistência Estudantil no Brasil e finalizando com uma discussão sobre a necessidade de educar jovens financeiramente, de modo a proporcionar-lhes uma visão crítica acerca do consumo e contribuir com a administração de seus recursos financeiros.

O Capítulo IV refere-se à discussão dos resultados, demonstrando-se as características da assistência estudantil do IFPB e do *campus* Campina Grande (aspectos relacionados aos recursos de assistência estudantil, às contribuições da política para os estudantes e à educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da política), com base na coleta de dados realizada, a saber: coleta documental, entrevistas com as Assistentes Sociais e aplicação de questionário junto a discentes egressos beneficiados da Política de Assistência Estudantil.

No Capítulo V, por sua vez, procede-se a uma apresentação relativa ao produto educacional produzido, trazendo, inicialmente, uma breve discussão que relaciona as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) à área educativa, de modo a contextualizar o material instrucional desenvolvido. Há, em seguida, o detalhamento do produto educacional, com sua demonstração estrutural e metodológica. Por fim, apresentam-se os resultados obtidos com a sua aplicação e avaliação, bem como os ajustes que se julgaram necessários para a melhoria da versão final do produto.

Por fim, o Capítulo VI demonstra a conclusão da pesquisa.

## **2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO**

#### **2.1.1 Quanto à abordagem**

A abordagem utilizada neste estudo será de caráter quali-quantitativo, uma vez que se busca uma maior interpretação e compreensão dos fatos. Possui, assim, características qualitativas por realizar entrevistas com as profissionais do Serviço Social, e quantitativas ao utilizar questionários com os discentes egressos.

Conforme afirma Silva (2014), a pesquisa quali-quantitativa é desenvolvida por meio de duas etapas: inicialmente, conduz-se a fase qualitativa no intuito de conhecer o fenômeno que se pretende compreender. Em seguida, procede-se à construção do questionário e sua aplicação. Por fim, realiza-se a tabulação e a análise dos dados com o auxílio de instrumentos estatísticos.

#### **2.1.2 Quanto à classificação**

A presente pesquisa classifica-se como aplicada, visto que se pretende, a partir dos dados coletados, gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de um problema. Conforme Nascimento (2015, p.02), “a pesquisa aplicada é dedicada à geração de conhecimento para solução de problemas específicos, é dirigida à busca da verdade para determinada aplicação prática em situação particular”.

Este tipo de pesquisa possibilita uma interação maior com a realidade dos alunos. Quanto a isso, Assis (2009) afirma que a pesquisa:

[...] interessa-se pela aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Destina-se a aplicar os conhecimentos científicos para a solução dos mais variados problemas individuais ou coletivos. Concretiza-se por meio das ‘ciências aplicadas’ e ‘tecnologias’ (Idem., 2009, p. 17).

Assim sendo, o estudo trata de uma pesquisa aplicada por desenvolver e aplicar um produto educacional para determinado grupo (discentes egressos), visando, com isso, favorecer a compreensão sobre finanças e consumo consciente de alunos do ensino integrado atendidos pelos auxílios da assistência estudantil, política que objetiva contribuir para a redução dos índices de evasão e abandono por motivações financeiras.

### 2.1.3 Quanto à tipologia da pesquisa

Quanto à tipologia, a presente pesquisa possui caráter exploratório, já que se almejou realizar uma aproximação inicial com o objeto de estudo, a fim de se obter uma visão mais ampla do fenômeno pesquisado. Gil (2008) afirma que:

[...] pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (Idem., 2008, p.27).

Logo, o estudo é exploratório por realizar uma coleta com grupo nunca investigado com temática nunca investigada com esses sujeitos. Buscou-se, desta forma, uma melhor compreensão das contribuições da educação financeira para discentes beneficiários de assistência estudantil.

## 2.2 CAMPO DE INVESTIGAÇÃO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

As pesquisas sociais, em geral, abrangem um grande número de elementos, fazendo-se necessário delimitar o universo, trabalhando com amostra, isto é, com uma pequena parte dos elementos que compõem a população (ASSIS, 2009, p.24).

Este estudo é realizado no Instituto Federal de Tecnologia, Ciência e Educação da Paraíba (IFPB), *campus* Campina Grande, sendo o universo delimitado constituído pela comunidade acadêmica envolvida com o Programa de Assistência Estudantil, na modalidade de Auxílio Moradia e Transporte do IFPB do *campus*. Com relação à amostragem, a pesquisa caracteriza-se como “não probabilística” e “intencional”, uma vez que será determinada pelo pesquisador, não havendo uma aleatoriedade para a escolha da população.

A pesquisa previa a coleta com os estudantes do Ensino Médio Integrado em curso, contudo, devido à pandemia da COVID-19 em andamento, e considerando a idade dos estudantes, presumiu-se a existência de dificuldades na realização desta coleta, pois seria necessária a autorização de seus responsáveis. Por conseguinte, a coleta foi realizada com os egressos dos cursos Petróleo e Gás e Informática, os quais já têm maioria, compreendendo também sujeitos de pesquisa capazes de representar o conjunto da percepção desses estudantes sobre a contribuição da educação financeira para discentes beneficiários da AE.

Os participantes da pesquisa dividem-se em dois grupos: Assistentes Sociais e estudantes egressos. As Assistentes Sociais foram entrevistadas, objetivando analisar suas percepções referentes aos questionamentos da pesquisa, visto que estas profissionais fazem

linha de frente na gestão da Política de Assistência Estudantil no *campus*. Em seguida, procedeu-se ao levantamento de dados com discentes egressos, almejando desvelar a problemática por meio de suas experiências. Por fim, e considerando as vivências e percepções dos egressos e profissionais, desenvolveu-se um produto educacional destinado aos alunos matriculados no Ensino Médio Integrado, em especial os beneficiários de assistência estudantil, o qual foi utilizado pelos mesmos egressos abordados anteriormente (aplicação do produto) e por eles analisado em termos de conteúdo e usabilidade.

Desta forma, realizou-se, inicialmente, o levantamento de dados com discentes egressos do Ensino Médio Integrado beneficiados pelos programas moradia e/ou transporte, a partir da investigação de duas turmas: uma concluinte no ano 2017 e outra no ano 2018. A concluinte no ano de 2017 consiste em uma turma do Ensino Médio Integrado ao curso Técnico em Informática, composta por 24 alunos. Destes, 12 receberam auxílio transporte e/ou moradia, o que corresponde a 50% da turma. Já a turma concluinte no ano de 2018 corresponde a 34 alunos do curso Petróleo e Gás, também integrado ao Ensino Médio. Há, neste caso, 13 egressos que foram beneficiados pelos referidos programas, correspondendo a aproximadamente 38% da turma. Destarte, a amostra corresponde a 25 egressos beneficiados pela assistência estudantil, tendo todos participado do questionário na fase de coleta de dados. Dentre estes sujeitos, 19 colaboraram com a aplicação e avaliação do produto educacional desenvolvido ao final da pesquisa, perfazendo 76% dos mesmos.

No tocante ao Serviço Social, examinou-se o relato de duas Assistentes Sociais lotadas na Coordenação de Assistência Estudantil (CAEST) do referido *campus*, de modo a compreender o objeto de estudo também na perspectiva do setor. A amostra total compreende, deste modo, 27 sujeitos.

### 2.3 ETAPAS DA PESQUISA

Inicialmente, procedeu-se a uma pesquisa e análise de documentos oficiais sobre a assistência estudantil, consistindo no decreto que regulamenta a política na instituição, no plano de desenvolvimento institucional (PDI), regulamento da instituição, editais de seleção socioeconômica e listagem de alunos assistidos pelos programas. Foi, portanto, uma etapa decisiva e indispensável para a pesquisa, podendo-se, por meio dela, conhecer as ações da assistência estudantil no IFPB e no *campus* Campina Grande.

Com a definição das categorias temáticas norteadoras dos dados a serem coletados (“Recursos de Assistência Estudantil”, “Permanência” e “Educação financeira”), pôde-se dar prosseguimento à coleta de dados com as duas profissionais do Serviço Social do *campus*, bem como com os discentes egressos beneficiários dos programas Moradia e/ou Transporte.

Com base nesses dados, realizou-se uma análise buscando respostas aos questionamentos levantados anteriormente, para que o produto educacional fosse desenvolvido de forma a melhor atender às demandas que surgiram com os resultados da pesquisa.

Após o desenvolvimento do produto, pôde-se, então, aplicá-lo aos discentes egressos e realizar análise para identificar se este, de fato, cumpriu seu papel de dispensar informações sobre educação financeira para os estudantes, de modo a auxiliá-los a melhor gerir seus recursos próprios, bem como os provenientes da política.

## 2.4 ESTRATÉGIAS DE COLETA DE DADOS

Em um primeiro momento, houve a solicitação de anuência para a realização de pesquisa científica à Direção Geral do IFPB *campus* Campina Grande, apresentando-se a proposta desta pesquisa com seus objetivos e metodologia, obtendo o parecer favorável ao prosseguimento das atividades investigativas no *campus*. A pesquisa foi, então, encaminhada ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do IFPB, como recomenda a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas relativas a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, com o objetivo de proteger os participantes da pesquisa de possíveis danos.

Após aprovação do CEP através do parecer nº 4.641.821, bem como da anuência da Direção Geral do *Campus* Campina Grande, a coleta de dados tornou-se apta para ser devidamente iniciada. Nesta fase, os instrumentos utilizados foram: pesquisa documental, roteiro de entrevista para as Assistentes Sociais e dois questionários para os alunos egressos.

Na pesquisa documental, foram coletadas informações constantes em documentos institucionais para melhor compreensão do objeto de estudo. Dentre as vantagens encontradas na utilização de fontes documentais, de acordo com Gil (2008), estão a possibilidade de compreender o passado, investigar os processos de mudança social e cultural e obter dados com menor custo, sem constranger os sujeitos.

As entrevistas realizadas possuem caráter semiestruturado, uma vez que combinam perguntas abertas e fechadas, proporcionando uma flexibilidade maior nas respostas da

entrevistada. Foram desenvolvidas por videochamada, por meio do aplicativo *WhatsApp*, nos meses de junho a julho de 2020, tendo sido os áudios gravados transcritos em sua íntegra para proceder à análise das falas.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008 p. 110).

Com relação à coleta de dados para os alunos egressos, utilizou-se o instrumento questionário. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p.71), o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas pelo informante, sem a presença do pesquisador. Conforme os autores, almeja-se realizar um levantamento de opiniões e experiências acerca da temática, o que se objetivou nesta etapa.

O primeiro questionário elaborado contou com questões mistas, por meio de uma combinação de perguntas de múltipla escolha, dicotômicas, resposta única, pergunta de resposta aberta e pergunta do tipo matriz com Escala Likert. Foi aplicado eletronicamente, por meio de um formulário na plataforma Google Docs, entregue via e-mail e/ou redes sociais para acesso por meio de *link*. Todo o processo foi acompanhado remotamente pela pesquisadora nos meses de setembro a outubro do ano de 2020.

Na fase de aplicação e avaliação do produto educacional, foi utilizado mais um questionário, igualmente semiestruturado, disponibilizado na plataforma *website* para os estudantes egressos, ao qual o aluno teve acesso para avaliar as ferramentas e conteúdos oferecidos do dia 05 a 18 de abril de 2021. Com base nestes dados, procedeu-se à análise dos resultados do produto e ajustes necessários.

A coleta de dados foi pautada nas recomendações da Resolução 510/2016, que determina que, neste processo, seja construída uma relação de confiança entre o pesquisador e o participante da pesquisa, devendo-se adotar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os discentes egressos maiores de idade, as Assistentes Sociais e os estudantes matriculados.

## 2.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

No quadro a seguir, realiza-se uma síntese dos objetivos, seus respectivos sujeitos, instrumentos de coleta de dados utilizados e forma de análise de dados.

**QUADRO 1** – Síntese relacionando os objetivos às estratégias de pesquisa

| Objetivo   | Sujeitos   | Instrumentos de coleta de dados                  | Análise dos dados  |
|--|--|--|--|
| Caracterizar a Assistência Estudantil do IFPB e do campus Campina Grande.  | -  | Pesquisa documental                              | Análise documental   |
| Analisar os aspectos relacionados à oferta dos recursos de Assistência Estudantil.   | Assistentes Sociais e discentes egressos do IFPB campus Campina Grande, beneficiados pela assistência estudantil | Questionário e roteiro de entrevista             | Estatística descritiva e análise de conteúdo na modalidade de categorias temáticas de Minayo |
| Examinar as contribuições da Assistência Estudantil para a permanência escolar de seus beneficiários.  | Assistentes Sociais e discentes egressos do IFPB campus Campina Grande, beneficiados pela assistência estudantil | Questionário e roteiro de entrevista             | Estatística descritiva e análise de conteúdo na modalidade de categorias temáticas de Minayo |
| Evidenciar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil.                        | Assistentes Sociais e discentes egressos do IFPB campus Campina Grande, beneficiados pela assistência estudantil | Questionário e roteiro de entrevista             | Estatística descritiva e análise de conteúdo na modalidade de categorias temáticas de Minayo |
| Desenvolver e aplicar um produto educacional, um <i>website</i> , que contribua com a educação financeira dos estudantes beneficiários da assistência estudantil | Discentes egressos do ensino médio do IFPB, campus Campina Grande, beneficiados pela assistência estudantil      | <i>website</i> com noções de educação financeira | -  |

|  |   |              |  |
|--|---|--------------|--|
| Avaliar a contribuição do produto educacional para a aquisição de conhecimentos sobre a educação financeira. | Discentes egressos do ensino médio do IFPB, campus Campina Grande, beneficiados pela assistência estudantil | Questionário | Estatística descritiva e análise de conteúdo na modalidade de categorias temáticas de Minayo |
|--|---|--------------|--|

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Neste estudo, utilizou-se a análise de conteúdo na modalidade de categorias temáticas de Minayo (2001). Conforme a autora, é necessário estabelecer categorias para classificar os dados. Estabelecer categorias significa agrupar ideias e elementos com características comuns. O método estatístico foi utilizado para a análise dos dados obtidos por meio do questionário eletrônico dispensado aos discentes egressos. Gil (2008) afirma que esse método constitui um importante auxílio para a investigação em ciências sociais, pois fornece considerável reforço às conclusões obtidas, sobretudo mediante a experimentação e a observação. Deste modo, fez-se, neste estudo, uso da estatística descritiva, de modo a descrever e sumarizar os dados obtidos.

Logo, para a compreensão do objeto de pesquisa, foram criadas três categorias, sendo elas: “Recursos de Assistência Estudantil”, “Permanência” e “Educação financeira”, conforme quadro a seguir:

#### QUADRO 2 – Síntese das categorias de pesquisa

| Categoria de Pesquisa              | Indicadores   | Descrição  |
|------------------------------------|---|--|
| Recursos de Assistência Estudantil | Suficiência da ajuda de custo da assistência estudantil | Os recursos da assistência estudantil repassados aos estudantes são suficientes para suprir as necessidades de seus beneficiários. |
|                                    | Cobertura do público-alvo                               | Os recursos da política permitem que todos os alunos em vulnerabilidade socioeconômica sejam acobertados por suas ações.           |
| Permanência                        | Êxito acadêmico e formativo                             | Contribuições da assistência estudantil para as condições de permanência do estudante.   |
|                                    | Administração dos recursos pessoais                     | Capacidade do aluno gerir o dinheiro próprio e o advindo da assistência estudantil.  |



|                     |  |   |
|---------------------|--|---|
| Educação financeira | Preparatório de educação financeira para beneficiários de assistência estudantil | Necessidade de educação financeira para jovens beneficiários do programa de modo a contribuir com a administração pessoal consciente do dinheiro. |
|---------------------|--|---|

Fonte: Elaboração da autora (2020).

A seguir, realiza-se um breve debate referente às categorias de análise para uma melhor compreensão e apropriação do leitor sobre os pressupostos da pesquisa.

### 2.5.1 Recursos de Assistência Estudantil

É consenso, na literatura, que a Assistência Estudantil pode favorecer o jovem discente inserido em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica. Também é consenso, contudo, que os recursos da assistência estudantil estão muito aquém do necessário para, de fato, democratizar plenamente a educação pública. Autores como Júnior, Gonçalves e Costa (2017); Maciel, Gimenez e Assis (2017); Vieira e Castro (2019) destacam que há uma insuficiência dos auxílios para acobertar as demandas dos discentes de baixa renda, o que gera uma fragilidade das ajudas de custos, refletindo, portanto, no êxito da política.

Ao analisar as quantias que são repassadas aos beneficiários, nota-se que os valores estabelecidos são baixos, sobretudo se forem levadas em consideração as oscilações nos valores de serviços e produtos que podem desestabilizar o orçamento familiar. Neste sentido, pode-se compreender que o discente, independentemente de possuir conhecimento sobre como lidar corretamente com o dinheiro, poderá enfrentar dificuldades em administrar este recurso tão escasso.

No que refere-se a esta limitação nos valores repassados aos discentes, cabe frisar que o Brasil, como bem afirma Silva e Giaretta (2020), apesar de enfatizar que investe um percentual acima da média mundial em educação, transmitindo uma imagem de que intervém muito na área, não demonstra o fato de que o PIB gerado é muito aquém em comparação com a média mundial e que o valor gasto anualmente por aluno está entre os menores avaliados. Isto é, os baixos valores estabelecidos, por exemplo, nas ajudas de custos da Assistência Estudantil no Brasil, podem ser reflexo do baixo investimento por aluno, embora seja um dos países que mais investe seu PIB em educação.

A maneira de administrar o dinheiro pode ser modificada positivamente por meio de uma educação financeira. Todavia, se o valor recebido for inferior ao necessário para o

atendimento de suas necessidades, o discente pode não conseguir permanecer em seu curso, favorecendo o aumento das taxas de evasão, ou, caso permaneça, pode enfrentar dificuldades que podem repercutir em seu desempenho acadêmico.

Deste modo, é por meio desta categoria que se pretende analisar a possibilidade de uma suficiência das ajudas de custo da assistência estudantil, dado que isto pode trazer implicações, positivas ou não, em sua trajetória estudantil, bem como se há uma cobertura de todos os discentes que necessitam das ações desta política.

### **2.5.2 Permanência**

Conforme Pacheco (2015), não basta incluir em uma sociedade desigual reprodutora da desigualdade, mas sim vincular o conceito de inclusão ao de emancipação, transformando o educando em sujeito da história. Assim, os institutos federais inserem-se na dimensão política, utilizando-se de critérios de justiça social devido a sua função social, sendo neste contexto que essas instituições afirmam a educação profissional e tecnológica como política pública (PACHECO, 2015).

No IFPB, após nova regulamentação da política, houve a criação do Programa de Apoio à Permanência do Estudante, centrando-se os esforços na transferência de ajudas de custo diretamente ao discente, visando contribuir com os custos de sua escolarização e favorecer, assim, sua permanência escolar (IFPB, 2018).

Um dos pilares do PNAES é a oferta de condições favoráveis à garantia da permanência de jovens em condições de pobreza. No decreto nº 7.234/2010, que regulamenta a política, pode-se observar uma série de ações a serem tomadas para que estes discentes, outrora marginalizados devido a sua condição socioeconômica, possam alcançar a tão almejada igualdade de oportunidades.

Torna-se insuficiente, em vista disso, ofertar condições de acesso a estes jovens no âmbito estudantil, de modo a meramente inseri-los em instituições de ensino, sem antes contar com estratégias para que estes possam permanecer frequentando a sala de aula. Estudos apontam que seria inútil, por exemplo, contar com cotas estudantis para alunos da rede pública de ensino, sem a existência de uma rede de apoio para os aprovados após a seleção. Isto resultaria, portanto, em altos índices de evasão deste público, visto que os jovens não possuiriam as condições mínimas necessárias para se manterem apenas estudando.

Por isso, após a expansão do número de vagas nas instituições de ensino superior por meio do Reuni, houve a necessidade urgente de uma política que investisse em oportunidades de permanência aos discentes de classes sociais menos privilegiadas, em consequência do aumento do ingresso deste público nas instituições, justificando, assim, o surgimento da Política de Assistência Estudantil. Logo, pode-se afirmar que a expansão do acesso de modo isolado da permanência não vem a caracterizar inclusão social.

Pressupõe-se que o êxito acadêmico e formativo destes estudantes é um indicador de permanência estudantil, visto que indica que o educando permaneceu frequentando o curso até atingir sua finalização. Deste modo, com a oferta de condições satisfatórias de permanência, o discente em vulnerabilidade socioeconômica pode alcançar o êxito acadêmico, aproximando-se de uma inclusão social e democratização do ensino público.

Ao discorrer sobre a verticalidade do ensino existente na maioria das instituições, Pacheco (2015) aborda que esta é resumida apenas em uma oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, mas sem contar com uma política indutiva, para que o discente percorra com êxito um itinerário formativo dentro do eixo tecnológico. Para ele, esta verticalidade deve ser induzida:

Não se trata de uma corrida no estilo do revezamento quatro por cem, mas de uma maratona a ser percorrida por cada indivíduo, cabendo à instituição o papel de fomentar, motivar e suprir de nutrientes o maratonista. Para tanto, faz-se necessária a formulação de **planos de assistência estudantil** e estruturas organizacionais dedicadas ao processo de verticalidade (PACHECO, 2015, p. 46, grifo nosso).

É conhecido ainda que jovens situados em famílias pobres enfrentam uma série de obstáculos no seu percurso acadêmico, diferentemente dos jovens de famílias abastadas. Muitos necessitam realizar atividades geradoras de renda de modo a auxiliar os pais no sustento familiar, o que pode afetar seu desempenho estudantil, pois resulta em menor tempo para dedicação às questões escolares. Isso lhes dá uma desvantagem em comparação com os jovens financeiramente privilegiados, uma vez que estes podem dedicar-se de modo exclusivo aos estudos.

Corroborando este pensamento, tem-se a pesquisa realizada por Cardoso e Sampaio (1994), demonstrando que os estudantes oriundos de famílias de condições econômicas com escassos recursos financeiros, geralmente, necessitam trabalhar para auxiliar no orçamento doméstico. Conforme os mesmos, condições econômicas e sociais que implicam a necessidade compulsória de o jovem estudante trabalhar antes da conclusão dos estudos podem resultar em um dilema quase impossível de ser transposto, visto que:

O trabalho do estudante tanto prejudica seu desempenho em atividades ligadas ao aprendizado como também reduz seu grau de envolvimento com o ambiente acadêmico. É como se pelo fato de trabalhar, o jovem deixasse de gozar plenamente sua condição de estudante e a experiência do trabalho estivesse deslocada (CARDOSO; SAMPAIO, p.02, 1994).

Assim, buscando identificar esta relação entre o trabalho e o aprendizado em suas pesquisas, os autores identificaram que isto resulta em uma potencialização do nível de evasão escolar, bem como, de acordo com a amostra analisada, proporciona um rendimento escolar abaixo dos demais discentes por não possuir a disponibilidade de tempo necessária à dedicação aos estudos.

A assistência estudantil deve, por conseguinte, influenciar de modo positivo nestas situações, visto que, com as ações dos programas, a questão financeira será amenizada de modo a proporcionar a estes estudantes a possibilidade de estudar em regime de dedicação exclusiva, refletindo, portanto, no êxito acadêmico.

Destarte, a inclusão social só pode efetivar-se com oferta de condições de permanência, uma vez que, no Brasil, país desigual e dual, muitos jovens da classe proletária deparam-se desde cedo com o dilema: estudar ou trabalhar. Para muitos, estudar ainda é um privilégio, dado que a educação, mesmo pública, gera despesas que muitas famílias em situação de pobreza não podem comportar, ainda mais em instituições de ensino integrado, cujas aulas semanais quase sempre são realizadas o dia inteiro.

Isto posto, nesta pesquisa, busca-se, por meio desta categoria, conhecer a perspectiva dos discentes egressos beneficiados pelo programa, bem como do Serviço Social, setor diretamente envolvido na gerência da política na instituição, sobre as contribuições da assistência estudantil na permanência dos jovens beneficiários do *campus* Campina Grande do IFPB.

### **2.5.3 Educação Financeira**

Os discentes beneficiários dos programas de assistência estudantil são, em sua maioria, menores de idade, ingressando na instituição geralmente aos quinze anos de idade. No Brasil, não existe uma cultura de educação financeira desde a infância, como há em outros países. Diante disto, os jovens chegam aos institutos federais sem o devido preparo de manusear o dinheiro próprio, incluindo o ofertado pelos programas que preveem a transferência de recursos diretamente em conta bancária dos mesmos.

Muitos destes alunos são de localidades distantes do IFPB e cidades circunvizinhas, permanecendo durante a semana em casas de familiares próximas ao *campus* ou dividindo residência com outros discentes, de modo a minimizar os custos de sua permanência na instituição, segundo informações colhidas no estágio curricular da graduação da pesquisadora, bem como na atuação como servidora da instituição. Nessas situações, por vezes, não há uma supervisão direta dos pais no manuseio destes recursos, ficando o dinheiro sob responsabilidade dos próprios adolescentes.

Os programas que são operados mediante transferência de ajuda de custos no *campus* Campina Grande compreendem o auxílio moradia, transporte, e em recente implementação, o auxílio permanência. Contudo, não há oferta de um curso ou material educativo de educação financeira básica para este público. Ressalta-se, ainda, que estes adolescentes estão às vésperas de ingressarem no mercado de trabalho, sendo relevante um conhecimento, ainda que básico, sobre finanças.

Pretende-se aqui, portanto, reconhecer a importância da oferta de educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil, aos estudantes do ensino médio integrado do IFPB *campus* Campina Grande, visto que estudos indicam que a gerência de modo equivocada do dinheiro pode influenciar negativamente na qualidade de vida dos indivíduos, podendo, ainda, indiretamente, refletir no alcance dos objetivos da política, dado que a má utilização dos recursos pode comprometer o seu êxito.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 AS BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio expressa que as concepções e princípios que norteiam a rede baseiam-se em conceitos como: formação humana integral; indissociabilidade entre Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura; trabalho como princípio educativo; pesquisa como princípio pedagógico e relação parte-totalidade na proposta curricular (BRASIL, 2007). Logo, neste capítulo, realiza-se uma breve exposição sobre as discussões que permeiam estas concepções da rede no Brasil.

Ao longo dos anos, intensas discussões foram travadas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O tema, como bem destaca Ramos (2008), possui um caráter ético-político, ao incidir sobre projetos societários, tendo em vista que as bases da EPT colocam-na em uma posição de defesa aos direitos sociais plenos, a diversidade, a valorização e a inclusão dos sujeitos, de modo a perseguir a construção de uma sociedade justa e integradora.

Conforme Ramos (2008), a dualidade estrutural existente no âmbito da educação coincide com a luta de classes, onde a EPT vem a defender, deste modo, a superação da dualidade da formação para o mundo do trabalho e para o trabalho intelectual. Compreende-se, pois, que a dualidade estrutural se deve à divisão de classes sociais que se concretizou com a transição da sociedade medieval para capitalista, e que, por meio de legislações sancionadas ao longo da história, materializou-se na sociedade.

Por isto a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade. Então, a marca da dualidade educacional do Brasil é, na verdade, a marca da educação moderna nas sociedades ocidentais sob o modo de produção capitalista. (RAMOS, 2008, p.03).

A respeito desta relação existente entre o capitalismo com a educação, Pacheco (2015) discute que, no sistema capitalista dependente implantado no Brasil, há uma alta concentração de propriedade, riqueza e renda em contraste com uma altíssima concentração de pobreza, circunstância na qual a universalização da educação básica e efetiva não é prioridade.

Alternativamente, a escola dual destina-se aos segmentos menos favorecidos, uma educação para o trabalho manual e para os segmentos mais favorecidos, de qualidade e

intelectual. Ramos (2008) defende uma educação unitária, politécnica, como uma forma de todos acessarem os conhecimentos sistematizados e a cultura, para que, assim, possam construir caminhos para a produção da vida e exercer o trabalho em seu sentido mais amplo.

Com isto apresentamos os dois pilares conceptuais de uma educação integrada: um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional (RAMOS, 2008, p.03).

A autora esclarece ainda que o termo “educação politécnica” não está posto no sentido de muitas técnicas, como sugere sua etimologia, mas no sentido de uma educação onde há a compreensão de princípios científico-tecnológicos e históricos da produção que orientem os estudantes a realizarem múltiplas escolhas.

Busca-se, pois, uma educação de qualidade que inclua os setores da sociedade historicamente marginalizados, possibilitando a uma formação humana integral com vistas a sua ascensão. Ciavatta (2014) afirma que a luta direciona-se para a busca de uma nova qualidade de educação universalizada para toda a população, objetivando contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais possibilite um padrão digno de vida e de conhecimento também para a classe trabalhadora, os verdadeiros produtores da riqueza social.

Sobre a formação humana integral, e pautando-se no Documento Base, tem-se que o termo remete a um sentido de completude, de totalidade, sendo os processos educativos imersos pelas múltiplas mediações históricas (BRASIL, 2007). Logo, com a formação integrada, o que se pretende é a superação do ser humano fragmentado pela divisão social do trabalho. As Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica vêm a estabelecer, deste modo, uma relação entre o trabalho e a educação, dado que o trabalho é posto como princípio educativo.

De acordo com Saviani (2007), o trabalho e a educação são atividades especificamente humanas. O autor afirma que, ao retomar o processo de surgimento do homem, este se destacou da natureza e, para sobreviver, adaptou-a para si, transformando-a.

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho (Idem., 2007, p.154).

Saviani afirma que o homem, ao estabelecer uma relação entre ele mesmo (em suas origens), o trabalho e a educação, a fim de garantir sua existência, necessitou modificar a natureza por meio do trabalho, mas, antes disso, necessitou aprender a ser homem,

configurando um processo educativo: “a produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem” (SAVIANI, 2007, p.154).

Este modelo de sociedade primitiva, onde o trabalho e a educação aconteciam simultaneamente, foi superada com o advento da produção, o que levou a uma cisão entre os dois elementos. “Essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual” (SAVIANI, 2007, p.157). Logo, com as modificações ocorridas na sociedade, a relação trabalho-educação sofreu novas determinações, havendo, por meio da EPT, uma tentativa de restabelecer este vínculo com a implantação do ensino integrado, tendo como princípio educativo o trabalho.

Neste sentido, surgem os IFs, os quais, após inúmeras modificações em sua designação e configuração com o passar de governos, passam a focar no Ensino Médio Integrado, não na perspectiva de justaposição de formação geral e técnica, na qual ambos seriam ofertados de modo concomitante, como já havia sido instituído, mas no sentido de uma educação integral, omnilateral no horizonte da politécnica, tendo como eixo a relação entre ciência, trabalho e cultura, conforme alega Frigotto (2018).

Para o autor, preza-se, nesta modalidade de ensino, pela oferta de conteúdos que não se atenham apenas aos interesses imediatistas do mercado, dando preferência a uma educação que permita uma formação para além destes interesses. A proposta de Ensino Médio Integrado, pois, é compreendida por Frigotto (2018) como uma travessia para a formação politécnica, buscando a superação ou, ao menos, a minimização da dualidade estrutural da educação que separa, no plano epistemológico, as dimensões gerais e específicas, técnicas, políticas e culturais da formação humana.

Trata-se das bases de conhecimentos que permitem ler, analisar, interpretar e compreender como funciona o mundo da natureza e da matéria (o que GRAMSCI denomina de sociedade das coisas) e como funcionam as relações sociais, políticas, culturais (sociedade dos seres humanos). [...] No plano pedagógico, isso implica ter como ponto de partida e de chegada os alunos como sujeitos concretos e as condições que os produzem. Por isso, uma articulação entre ciência, trabalho na sua dimensão ontocriativa e cultural (Idem., 2018, p.31).

E é buscando, pois, romper com a visão do conhecimento fragmentado que se propõe uma indissociabilidade entre Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura, em que a formação do currículo integrado, ao vincular estas dimensões, almeja recuperar concepções de educação omnilateral e politécnica, ao compreender que a profissionalização não se limita somente ao



capitalismo, mas desenvolve valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que compreendem a práxis humana (PACHECO, 2015).

Como princípio pedagógico, tem-se a pesquisa, devendo estar intimamente relacionada ao trabalho como princípio educativo, ao passo em que possibilita uma formação autônoma dos sujeitos:

A necessária autonomia para que o ser humano possa, por meio do trabalho, atuar dessa forma pode e deve ser potencializada pela pesquisa, a qual contribui para a construção da autonomia intelectual e deve ser intrínseca ao ensino, bem como estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores (BRASIL, 2007, p.48).

Na perspectiva de Pacheco (2015), o projeto pedagógico deve incentivar a autonomia por meio da produção de conhecimentos proporcionada pela pesquisa. Para ele, “A pesquisa deve ser o princípio pedagógico central de qualquer processo de aprendizagem. Isso é válido para todos os níveis de ensino” (PACHECO, 2015, p.34). Contudo, o autor salienta que a pesquisa só tem sentido quando transformada em extensão, pois deve, de fato, ser aplicada à sociedade para ser válida. Deste modo, almeja-se que o aluno torne-se sujeito da história, sendo capacitado para produzir conhecimentos, devendo haver, para tal, uma estreita relação entre ensino, pesquisa e extensão.

É neste cenário que o Ensino Médio Integrado é compreendido por Frigotto (2018) como um espaço de travessia para jovens da classe trabalhadora que têm pressa em adentrar o mercado de trabalho para atender às suas necessidades básicas. Defende, portanto, esta modalidade educativa como uma política para assegurar a elevação da escolaridade destes sujeitos, construindo um projeto societário efetivamente democrático, com igualdade de condições.

Destarte, com base no pensamento de todos os autores aqui mencionados, pode-se inferir que a rede profissional e tecnológica possui, em suas bases, um compromisso com a ascensão da educação de indivíduos historicamente marginalizados, a classe trabalhadora, propondo, para tal, uma educação pautada na formação humana integral, visando ao desenvolvimento pleno de todas as potencialidades do sujeito por meio da conexão de conhecimentos teóricos e práticos, científicos e tecnológicos.

Todavia, é também consenso que sua implementação plena enfrenta inúmeros entraves, dado que é complexa a superação do modelo educativo imposto pelo sistema capitalista vigente, modelo este que reproduz as desigualdades sociais por ser alienado,

acrítico e tecnicista, ficando a EPT à mercê de diferentes ideologias impostas pelos governos, implicando em um vai e vem de avanços e retrocessos constantes.

### 3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Não se pode analisar questões relativas à educação sem compreender o contexto social no qual se enquadra, visto que questões culturais, sociais, econômicas e políticas interferem nesta área, trazendo os reflexos de sua configuração, de acordo com a literatura existente. As transformações advindas da globalização significaram grande avanço para a humanidade, contudo, também unificaram o mundo na dinâmica produtiva do capitalismo, resultando, dentre outros fatores, na ampliação das desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2010).

Política pública pode ser compreendida como um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado na perspectiva de garantir direitos a determinados segmentos social, cultural, étnico, ou econômico, com vistas à redução das diferenças existentes no contexto de uma sociedade dividida em classes sociais (ALMEIDA, 2017).

As políticas públicas e inclusivas para a educação, em especial, para a educação profissional e tecnológica, representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca sua soberania e a decisão de ultrapassar a condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia (PACHECO, 2015, p.25).

Logo, de modo a atender a demandas sociais oriundas principalmente das disparidades entre classes, há a necessidade da implantação de políticas públicas em determinados setores da sociedade, o que não é diferente no âmbito escolar, visto que tais questões sociais refletem também nesta área.

Na perspectiva de Andrade e Teixeira (2017), há uma influência existente de fatores de ordem contextual, pessoal, relacional e acadêmica sobre os processos de permanência e desempenho estudantil, encontrando-se alguns desses fatores abarcados na política de assistência estudantil. Logo, é consenso que jovens de classes menos favorecidas enfrentam inúmeras dificuldades em alcançar seu êxito estudantil e formativo devido, dentre outros fatores, à insuficiência financeira para sua permanência estudantil.

Imperatori (2017) relata que as ações de assistência estudantil remetem aos anos 1930, quando suas ações eram direcionadas a questões pontuais, como alimentação e moradia universitária de estudantes carentes. Costa (2010) afirma, em seu estudo, que as políticas de assistência estudantil no Brasil podem ser compreendidas em dois momentos distintos: o primeiro iniciando-se com a criação da Casa do Estudante Brasileiro, em 1928, com ações de

caráter emergencial (alimentação e moradia), e o segundo momento compreendendo a fase após a promulgação da Constituição Federal de 1988 até a atualidade (igualdade de oportunidades e inclusão social).

O governo Getúlio Vargas foi o primeiro governo que reconheceu a educação como direito público regulamentado pelo Estado, assegurando, pela Constituição de 1934, também a assistência estudantil aos estudantes necessitados (IMPERATORI, 2017).

Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres (IMPERATORI, 2017, p.286).

De acordo com Vasconcelos (2010), a trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil relaciona-se com a trajetória da Política de Assistência Social, visto que ambas surgem mediante movimentos sociais que lutaram contra o regime militar na década de 1960. Mesmo em meio à opressão vivenciada no período, surgem grandes frentes de discussões sobre questões educacionais, inclusive no tocante à assistência estudantil, como o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) e a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), ambas no ano de 1987 (VASCONCELOS, 2010).

A Constituição Federal de 1988, ainda conforme Vasconcelos (2010), representou um marco histórico referente à inclusão dos direitos políticos e sociais dos cidadãos, trazendo uma nova concepção de educação e assistência social, visto que a educação passa a ser direito público, devendo ser ofertado a todas as classes sociais, sem discriminação qualquer, incumbindo ao Estado proporcionar condições para que todos tenham, de modo igualitário, acesso a esse direito.

O final do século XX foi marcado pela expansão do sistema educacional, havendo um aumento considerável no número de institutos e universidades federais, bem como do número de matrículas. Houve também criação de cursos mais rápidos e flexíveis, devido à crescente demanda por aumento do nível de escolaridade da população. A necessidade era urgente por reformas para proporcionar acesso e permanência de estudantes nas instituições de ensino. Programas como o Prouni (Programa Universidade para Todos), Fies (Fundo de financiamento ao Estudante de Ensino Superior) e o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) foram criados, bem como o PNAES (PRADA; SURDINE, 2018, p.274).

Portanto, foi nos anos 2000 que as discussões na área da educação intensificaram-se, havendo o apoio de órgãos públicos e sociedade civil para a criação de uma política ampla de assistência ao estudante, para além da democratização do acesso. Desta forma, no ano de 2007, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Portaria nº 39 do Ministério da Educação (BRASIL, 2007) que, em dezembro de 2010, foi transformada no Decreto Presidencial nº 7.234/2010 (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

[...] a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de dezembro de 2007, representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010, p.608).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil é uma política governamental criada com o objetivo de ampliar as condições de permanência e êxito escolar entre os jovens de baixa renda, tendo como base o direito à educação que deve ser garantido a todos os cidadãos, com caráter compulsório, gratuito e universal, visando-se a uma igualdade de condições para o acesso à escola e a permanência nela. Logo, a assistência estudantil, ao transitar em todas as áreas dos direitos humanos, objetiva auxiliar os alunos em vulnerabilidade socioeconômica na transposição dos obstáculos, a fim de superar os impedimentos ao bom desempenho acadêmico (VASCONCELOS, 2010).

São objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil a democratização das condições de permanência dos jovens, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão estudantil, assim como redução das taxas de retenção e evasão, tudo isso visando contribuir para a inclusão social por meio da educação. Considera-se, portanto, a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão decorrentes de insuficiência financeira (BRASIL, 2010).

1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico;

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2017).

Fica a critério das instituições o modo a serem executadas as ações nestas diversas áreas, podendo ainda adaptá-las à sua realidade local. Há, deste modo, a garantia da autonomia de cada instituição estabelecida no PNAES para a utilização dos recursos disponibilizados, de acordo com suas demandas, peculiaridades locais e características regionais, realizando-se sua execução com recursos advindos do Governo Federal (PRADA; SURDINE, 2018).

Estipula-se também no decreto que os atendimentos no âmbito da política devem considerar, de modo prioritário, os estudantes oriundos da rede pública de ensino ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, podendo ainda ser fixados demais requisitos pela instituição. Este programa, apesar de ser destinado aos estudantes de graduação nas universidades federais, prevê a sua execução também por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2017).

No tocante à avaliação do programa, Andrade e Teixeira (2017) afirmam que as instituições de ensino realizam o preenchimento de formulários que são direcionados ao MEC sobre as ações desenvolvidas em cada área com os recursos do programa, conforme o Decreto 7.234/2010. Contudo, os autores afirmam a existência de dificuldades nesta avaliação frente aos objetivos de inclusão social, diminuição de evasão e retenção estudantil.

O formulário de acompanhamento fornece à Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) indicadores quantitativos: infraestrutura física, número de estudantes beneficiados e volume de recurso financeiro utilizado, o que não permite a avaliação pretendida sobre o impacto do investimento nos objetivos declarados na legislação (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p.514).

É na perspectiva de gestão democrática que se encontra o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma vez que este modelo de gestão baseia-se na participação política na tomada de decisão e integra a agenda dos movimentos sociais engajados na luta em defesa de um projeto de educação pública, democrática, emancipatória, laica, inclusiva e socialmente referenciada, conforme Almeida (2017). O PNAES torna-se uma ferramenta de enfrentamento das desigualdades sociais presentes no ambiente escolar, almejando promover o encontro da educação com a realidade social dos estudantes (ALMEIDA, 2017).

Algumas ações realizadas pelo programa são ofertadas mediante uma prévia seleção, executando-se uma análise socioeconômica dos alunos inscritos via edital, de modo a observar a concordância com os critérios estabelecidos. Prada e Surdine (2018) relatam que a assistência estudantil, por possuir este caráter seletivo, não contempla o atendimento de todos os estudantes que atendem aos critérios estabelecidos, tornando-se uma ação focalizada apenas nos mais pobres. Não há, de acordo com as autoras, uma universalidade de atendimento, mas sim uma focalização, seletividade e residualidade que atende às necessidades apenas de parte dos mais necessitados, visto que há uma limitação de recursos.

Na perspectiva das autoras, portanto, há um caráter excludente e liberal de atendimento aos mínimos sociais de forma individualizada àqueles que mais necessitam dos auxílios, lançando-nos, a partir disso, os seguintes questionamentos:

Nesta conjuntura, é possível garantir uma política universal com os recursos disponibilizados, de forma a reduzir os impactos da pobreza sobre a evasão e repetência nos IFs? Como o programa incide sobre as condições de permanência dos estudantes atendidos no que se refere ao desenvolvimento acadêmico? Como é possível estabelecer a universalidade dos programas? Quais os rumos do Pnaes frente à redução dos recursos? Como é feita a distribuição dos recursos por IFs e entre os *campi*? Estes são questionamentos importantes que aqui não conseguimos mensurar, mas ficam como sugestões para futuras pesquisas (PRADA; SURDINE, 2018, p.285).

Logo, parcela dos alunos que se enquadram como público-alvo da Assistência Estudantil ainda são marginalizados da política devido, dentre outros fatores, à má gestão e à limitação orçamentária (PRADA; SURDINE, 2018). Não se pretende aqui invalidar a política, mas sim defender sua ampliação e melhoria para que, de fato, venha a viabilizar plenamente uma democratização da educação pública. Deve-se, portanto, reivindicar a ampliação da cobertura das ações a todos os jovens que necessitarem do programa.

Destarte, a assistência estudantil, apesar de possuir limitações e necessidades de ampliação, foi inegavelmente uma conquista dos jovens de classe baixa matriculados na rede federal de ensino, que passam a possuir melhores condições de permanência estudantil e êxito acadêmico, diminuindo os obstáculos originários das discrepantes desigualdades existentes no âmbito estudantil, reflexo de uma sociedade capitalista e excludente.

### 3.3 SOBRE EDUCAR JOVENS FINANCEIRAMENTE

Contextos de constantes modificações do cenário econômico geram uma preocupação maior relativa ao gerenciamento do dinheiro pessoal, levando, até que de forma involuntária e

obrigatória, o brasileiro a economizar e poupar seus recursos financeiros (LUZ; SANTOS; JUNGER, 2020).

A partir desse contexto, e na defesa da oferta de educação financeira para favorecer a transformação da realidade de jovens em vulnerabilidade socioeconômica, discute-se, nesta seção, a necessidade de ampliar-lhes o olhar frente às suas finanças, de modo a lhes proporcionar uma base para que tomem boas decisões financeiras.

Luz, Santos e Junger (2020) afirmam que os cidadãos, ao não saberem lidar com o dinheiro, enfrentam inúmeras dificuldades, visto que a política do endividamento existente oferta baixas taxas de juros, facilitação de créditos, dentre outros meios de incentivo ao consumo, levando o indivíduo a endividar-se. O reflexo disto pode ser observado nos altos índices de inadimplência, demonstrando os autores que, em março de 2019, de acordo com estudo da Serasa Experian, esta taxa atingiu 40,3%, ou seja, 63 milhões de pessoas endividadas em todo o país.

Diante deste cenário, percebeu-se a importância da Gestão Financeira na sociedade, na orientação para a tomada de decisão de forma assertiva pelo indivíduo para que este obtenha êxito em seus projetos, sejam eles pessoais, profissionais ou empresariais e, com isso, ajude a economia do país (Idem., 2020, p.201).

A população de baixa renda é a parcela da população que mais sofre diante deste cenário, dado que já enfrentam incontáveis dificuldades financeiras para atender às suas necessidades mais básicas. De acordo com Gans et al. (2016), a estes indivíduos, em especial aos mais jovens, é fundamental a apresentação de conceitos de educação financeira, para que melhorem sua compreensão sobre produtos financeiros e suas funcionalidades. Assim, os autores afirmam que, com as orientações necessárias, estes jovens podem tornar-se mais conscientes das oportunidades e riscos, de modo a tomar decisões assertivas e sustentáveis que irão repercutir no seu próprio bem-estar e em toda a sociedade.

Para os jovens que estão ingressando no mercado de trabalho, que passarão a utilizar serviços bancários, é primordial conhecer os principais produtos disponíveis nos bancos e que estarão à sua disposição, tais como: cheque especial, cartão de crédito, talão de cheques, empréstimos e financiamentos, poupança, títulos de capitalização, previdência complementar, para que, com conhecimento necessário, saibam os prós e contras de cada um, e o que será mais indicado para seu perfil e assim poderem ter uma vida financeira mais organizada (GANS et al., 2016, p.97).

Na perspectiva de Minella et al. (2017), os jovens deparam-se com diversas possibilidades de compra, havendo um impacto da mídia, reforçando e influenciando o consumismo exacerbado. Soma-se a isto o fato de que muitos jovens não atribuem um significado real ao dinheiro, tornando-se potenciais endividados no futuro, por não serem

educados financeiramente nas escolas nem em suas famílias. Logo, para os autores, existem influências sociais para que os jovens sigam a lógica da sociedade de consumo.

[...] o consumo tem se tornado uma ação do ser humano em busca de necessidade, seja ela física ou emocional. É algo que motiva o consumidor em obter o desejo de posse e com isso poder usufruir de benefícios que o mercado oferece e que seja compatível com sua renda. Logo, muitas pessoas utilizam o excesso de sua renda como forma de usufruir de vários desejos, muitas vezes sem necessidade, gerando assim endividamento (MINELLA et al., 2017, p.187).

A educação financeira surge, então, para orientar na tomada de decisões, podendo ser compreendida como “o conjunto de informações que auxiliam as pessoas a lidarem com a sua renda, com a gestão do dinheiro, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimentos de curto e longo prazo” (GANS, et al., 2016, p.96). Campos (2013), ao percebê-la numa perspectiva mais ampla, compreende-a como prática social, visto que possui um potencial para modificar a realidade na qual o indivíduo está inserido, contribuindo com a sua emancipação socioeconômica. Maronese e Carvalho (2016), ao concordar com Campos sobre este reflexo da educação financeira na sociedade em geral, afirmam que:

Podemos compreender que a Educação Financeira contribui para o bem estar coletiva, melhora a compreensão de conceitos e termos relacionados às finanças, informa sobre transações financeiras básicas como planejamento, orçamento e controle de gastos, estimula a poupança com vistas a equilibrar necessidades e desejos, desenvolvendo uma consciência financeira, colaborando na qualidade de vida, na economia local e na construção de um planeta com economia sustentável (MARONESE; CARVALHO, 2016, p.04).

Sobre planejamento financeiro, Maronese e Carvalho (2016) afirmam que se constitui como uma ferramenta que propicia às pessoas uma adequação de suas rendas às suas necessidades, possibilitando objetivar prioridades, visando alcançar metas em longo prazo: “apesar de ser reconhecido como uma importante peça diante da tomada de decisões financeiras, ainda não está presente no dia a dia de nossa população (Idem., 2016, p.11)”. Torna-se importante, pois, para que os jovens saibam como proceder no controle de suas finanças. O orçamento, deste modo, é compreendido como parte integrante deste planejamento financeiro, sendo um instrumento pelo qual estratégias programadas serão colocadas em prática, atuando como um norteador de direção.

Campos, Teixeira e Coutinho (2015), ao discorrerem sobre a educação financeira no contexto da cidadania, relatam que documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Parâmetros Curriculares Nacionais preconizam a educação para a cidadania, preparando o aluno para uma vida reflexiva, ativa e crítica, exercendo seu papel de cidadão consciente dos problemas que permeiam a sociedade. A educação financeira, portanto, vai ao encontro desta



ideia de educação para a cidadania, visto que, de acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), pode ser compreendida como:

[...] o processo mediante o qual consumidores/investidores melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, instrução e/ou orientação objetiva, possam desenvolver confiança e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, p. 26).

Compreende-se, pois, que os jovens tornam-se presas fáceis dos setores de consumo, dado que não estão inseridos em uma cultura que valoriza o ensino de práticas de consumo consciente, também devido à imaturidade que, por vezes, favorece uma sobreposição dos desejos de consumo momentâneos a um planejamento em longo prazo. A este grupo da população, em especial aos oriundos de classes sociais menos favorecidas, faz-se imprescindível uma educação financeira na tentativa de modificar essa realidade, podendo, inclusive, repercutir em longo prazo, visto que os jovens com este novo olhar podem tornar-se potenciais multiplicadores de boas práticas financeiras.

Ao adentrar a discussão da educação financeira no sistema de ensino, Maronese e Carvalho (2016) afirmam que a escola deve preocupar-se com a formação acadêmica e humana dos seus alunos, ofertando-lhes conhecimentos que os incentivem a agir criticamente no meio em que estão inseridos. A partir disso, torna-se relevante uma oferta de educação financeira, visando a um aprofundamento crítico-reflexivo sobre o consumo consciente para o enfrentamento de dificuldades que venham a surgir no cotidiano, dado que estes jovens poderão agir com criticidade diante das armadilhas impostas pelo sistema financeiro, sabendo diferenciar necessidade de desejo. Deste modo, conforme os autores, trazer a Educação Financeira para o sistema de ensino implica preparar o estudante também para sua vida futura, exercendo sua cidadania nas relações de consumo com mais afinco.

As repercussões do analfabetismo financeiro da população têm, no século XXI, impulsionado o governo nos últimos anos a criar estratégias na tentativa de contornar a situação. No ano de 2010, foi instituído, a partir do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, objetivando promover a educação financeira e previdenciárias, de modo a contribuir com o fortalecimento da cidadania, eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes dos consumidores (BRASIL, 2010).

A partir disso, discussões foram travadas, resultando na sugestão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabeleceu que os sistemas e redes de ensino devem incorporar aos seus currículos propostas pedagógicas que abordem temas contemporâneos, como educação para o trânsito, ambiental, saúde, dentre outros, preferencialmente de forma transversal e integradora. “Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada” (BRASIL, 2018, p.20). Logo, a educação financeira, assim como os demais temas contemporâneos, deve (ou deveria) ser incluída, até o ano em vigor, nas abordagens de todos os componentes curriculares, e não apenas na matemática, constituindo, assim, um progresso, pois passa a ser tratada como parte das ciências humanas.

Todavia, há barreiras que dificultam a implementação desta abordagem, como a urgente necessidade de capacitação de professores, pois é necessária uma reestruturação de sua prática e utilização de novas ferramentas pedagógicas com vistas a uma mudança de paradigma. Apesar da evolução sobre a temática no país, um dos grandes problemas abordados por Vieira, Junior e Potrich (2019), é que inexistem um modelo de mensuração universal para indicação do nível de educação financeira dos indivíduos, a fim de visualizar quais são os focos prioritários de atuação nos diferentes perfis da população, o que torna difícil a identificação das temáticas estratégicas a serem adotadas para estes diferentes grupos.

Portanto, apesar dos avanços nas áreas normativas que sugerem a oferta de educação financeira nos sistemas de ensino, esta proposta ainda enfrenta dificuldades em sua materialização, visto que é necessário, dentre outros fatores, maiores investimentos para a área educativa, o que contrasta, por exemplo, com as limitações orçamentárias impostas nos últimos anos por meio, principalmente, da Emenda Constitucional nº 95, que limita os gastos públicos nas áreas sociais à inflação pelos próximos 20 anos.

Face ao exposto, pode-se inferir que jovens, em especial os inseridos em famílias pobres, necessitam acessar conteúdos que lhes possibilitem uma consciência crítica quanto às suas finanças, visando, dentre outros fatores, romper com o consumismo desenfreado, realidade exposta pelos altos índices de endividamento no Brasil, ao aproximá-los de atitudes responsáveis, autônomas, críticas e sustentáveis. É essencial, deste modo, a educação financeira para este público, dado que, a partir disso, poderá ocorrer uma modificação de costumes nas famílias, visto que estes jovens empoderados poderão influenciar as pessoas ao

seu entorno, bem como, no futuro, seus descendentes, constituindo-se, portanto, como uma educação transformadora.

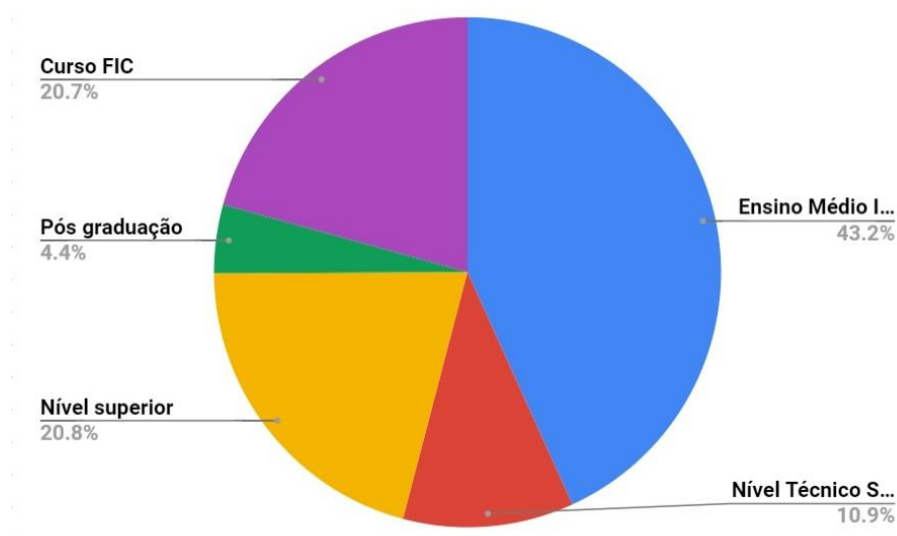
## 4 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL “DÁ PRO GASTO”? DISCUTINDO OS ACHADOS DE PESQUISA

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPB E NO *CAMPUS* CAMPINA GRANDE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPB, criado nos termos da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008). Equipara-se a universidades federais quanto à regulação, à avaliação e à supervisão, possuindo autonomia e garantindo, de acordo com seu regimento geral, o mínimo de 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, assim como os demais institutos (IFPB, 2010).

O *Campus* Campina Grande, *locus* deste estudo, deu início a suas atividades no ano de 2006. Levando em consideração as atividades econômicas realizadas na região, procurou adequar suas ofertas de cursos às demandas locais para atender às necessidades da sociedade, conquistando um papel relevante no âmbito educacional na região (IFPB, 2010). Conta atualmente com 965 alunos matriculados em todas as modalidades de ensino, sendo distribuídos conforme o gráfico a seguir:

**GRÁFICO 1** – Percentual de alunos matriculados no IFPB campus Campina Grande por modalidades de ensino



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Pode-se observar que 43,2% do alunado do *campus* Campina Grande configuram-se como alunos do Ensino Médio Integrado. Somando-se este percentual à quantidade de alunos matriculados nos cursos técnicos subsequentes, obtém-se um total de 54,1%, indo ao encontro da determinação de oferta mínima de 50% de vagas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

A Política de Assistência Estudantil na instituição é ofertada para os estudantes regularmente matriculados em todas as modalidades de ensino, atendendo prioritariamente aos alunos oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio e/ou em situação de vulnerabilidade social, bem como estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (IFPB, 2018).

Sobre a definição de vulnerabilidade socioeconômica, a instituição está alinhada com Kowalski (2007) ao compreender que:

Se reporta aos segmentos populacionais desprovidos da estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do Estado, do mercado e da própria sociedade. Assim, caracteriza-se, em suma, pela insuficiência de recursos e oportunidades para um dado grupo social acessar as políticas sociais, a fim de possibilitar níveis de bem-estar que possam amenizar a deterioração das condições de vida dos sujeitos (IFPB, 2019, p. 01).

A respeito deste público-alvo da política, Imperatori (2017) afirma que há uma restrição significativa dos beneficiários ao estabelecer um valor de renda familiar, possuindo também caráter individual, visto que o usuário do programa é o próprio estudante, e não sua família. Afirma haver uma lacuna referente à verificação dos critérios socioeconômicos, dando margem a seu uso clientelista, posto que não é apenas a renda que caracteriza vulnerabilidade social. Para o autor, portanto:

[...] é importante refletir sobre a própria definição do público-alvo, especificado a partir de um critério de renda. Cabe questionar em que medida somente a renda expressa vulnerabilidades sociais e se esse valor de renda se aplica a todas as realidades do Brasil (Idem., 2017, p.299).

O Regimento Geral do IFPB trata, em seu Capítulo I, da Política de Assistência ao Estudante, prevendo o estabelecimento no orçamento de recursos específicos para sua materialização por meio das seguintes políticas:

- I – de apoio à permanência na Instituição;
- II – de natureza pedagógica para minimizar o processo de evasão e reprovação escolar;
- III – de concessão de Bolsas, atendendo a política de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV – de educação inclusiva; e
- V – de atualização para o mundo do trabalho (Art. 246, I, II, III, IV, V, Regimento Geral, 2010).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do instituto estabelece, dentre outras propostas, estratégias de ação para quantificação das metas por meio do qual se pretende alcançar os princípios educacionais estabelecidos em sua missão institucional. Em seu objetivo nº 5, que visa “minimizar a evasão e retenção de estudantes e aumentar o número de egressos.” (IFPB, 2015, p.76), tem-se como primeira estratégia para o seu cumprimento a ampliação dos programas de assistência estudantil na instituição, o que afirma a compreensão do instituto quanto à necessidade da política para combater seus índices de evasão escolar.

Costa et al. (2018), em um estudo sobre as contribuições da Política de Assistência Estudantil do IFPB para a permanência dos discentes concluintes do Ensino Médio Integrado do *campus* Campina Grande, afirma que a política insere-se no contexto de inclusão social por contribuir com a promoção da inclusão por meio da educação.

Conforme as autoras, “Os programas de assistência estudantil executados no campus Campina Grande são percebidos como essenciais para a permanência e conclusão do curso pelos discentes investigados” (COSTA et al., 2018, p.11), as quais afirmam que a política cumpre seu papel na medida em que fornece aos jovens de baixa renda competências e habilidades para ingressar no mundo do trabalho. As autoras demonstram, pois, que, do estudo realizado por elas, surge a possibilidade de realizar pesquisa com os alunos egressos da instituição que foram contemplados pela assistência estudantil, de modo a investigar as suas visões acerca do êxito acadêmico e/ou profissional (Idem., 2018, p.11), o que atende parcialmente a um dos objetivos traçados pelo presente estudo.

O acompanhamento e a avaliação da Política de Assistência Estudantil no IFPB, visando à monitorização, à análise da implementação, à execução dos programas e ações e à utilização dos meios e recursos do programa, são de responsabilidade do Comitê de Assistência Estudantil, composto por um representante de cada segmento da instituição. Conforme Costa et al. (2018), a política na instituição:

[...] corrobora com o processo educacional integral, pois tem como principal função assegurar aos educandos o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva. Esta revela-se como imprescindível para a inclusão social dos estudantes com hipossuficiência financeira, tendo em vista que seus objetivos visam promover o fortalecimento e a ampliação os programas e os projetos que garantam a permanência e o êxito acadêmico (COSTA et al., 2018, p.03).

De acordo com o PNAES, as ações de assistência estudantil devem ser desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital,

cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Sobre esta abrangência, Imperatori (2017) afirma que:

Percebe-se, então, que a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo. É interessante observar que são definidas as ações e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada Ifes (IMPERATORI, 2017, p.295).

Assim, cada instituição possui autonomia para moldar suas ações conforme suas peculiaridades e necessidades locais. Quanto a isso, Andrade e Teixeira (2017) afirmam que:

O foco é contribuir de forma eficaz para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, para evitar a repetência e a evasão, uma vez que tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição (Idem., 2017, p.513).

No IFPB, esta política é operacionalizada por meio de programas de assistência ao educando comprovadamente carente, compreendendo o Programa de Apoio à Permanência do Estudante; Programa de Alimentação; Programa de Moradia Estudantil; Programa de Atenção e Promoção à Saúde; Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação; Programa de Apoio à Participação em Eventos; Programa de Material Didático-Pedagógico; Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer; Programa de Apoio Pedagógico e o Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD (IFPB, 2018). Alguns programas, todavia, possuem requisitos mínimos para concessão.

Com a resolução N° 25/2018 (IFPB, 2018), ocorreram modificações na assistência estudantil da instituição, resultando na extinção, inclusão e alterações na designação de alguns programas, conforme se pode observar na tabela a seguir:

**QUADRO 3** — Mudanças no rol de Programas ofertados no Instituto Federal da Paraíba - IFPB.

| <b>PROGRAMAS</b>   |  |
|--|--|
| <b>ANTES</b><br>(Resolução N° 40, de 06 de maio de 2011) | <b>DEPOIS</b><br>(Resolução N° 25, de 21 de junho de 2018) |
| Programa de Benefícios Socioassistenciais                | Extinto  |
| Programa de Iniciação ao Trabalho                        | Extinto  |
| Programa de Alimentação                                  | Mantido  |
| Programa de Atenção à Saúde do Estudante                 | Programa de Atenção e Promoção à Saúde                     |
| Programa de Moradia                                      | Programa de Moradia Estudantil;                            |

|   |  |
|---|--|
| Programa de Integração dos Estudantes Ingressos   | Extinto  |
| Programa de Material Didático Pedagógico  | Mantido  |
| Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais | Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação |
| Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho  | Extinto  |
| Programa de Apoio Pedagógico  | Mantido  |
| Programa de Auxílio Transporte  | Extinto  |
| Não havia   | Programa de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer   |
| Não havia   | Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD   |
| Não havia   | Programa de Apoio à Permanência do Estudante   |
| Não havia   | Programa de Apoio à Participação em Eventos  |

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Dentre estas diversas áreas abrangidas pela assistência estudantil da instituição e de modo cumprir os objetivos traçados para fins desta pesquisa, atém-se, nesta discussão, aos programas em que a oferta de vagas ocorre por meio de editais, onde se procede à seleção socioeconômica do discente. Consistem, pois, nos programas transporte, moradia e permanência, em que há a necessidade da gerência de recursos por meio de seus beneficiários. Logo adiante, realiza-se uma exposição dos referidos programas.

A nova resolução trouxe avanços significativos com a introdução do Programa de Apoio à Permanência do Estudante, fortalecendo a política estudantil na instituição. Este programa, ainda em fase de implantação, objetiva ofertar um aporte financeiro para a manutenção do estudante na instituição, de modo que conclua com êxito seu processo formativo. Os valores repassados ao estudante variam conforme sua faixa de renda: na faixa um, o valor do auxílio é estabelecido em R\$300,00; na faixa dois, R\$120,00; na faixa três, R\$80,00.



Os pré-requisitos para recebimento do auxílio permanência referem-se à necessidade da renda *per capita* familiar ser constituída de até um salário-mínimo e meio, exigindo-se que o aluno seja oriundo da rede pública de ensino. Até o mês de abril do presente ano, o *campus* Campina Grande ofertou, em apenas um edital, vagas no referido programa, tendo havido a oferta simultânea de 21 vagas nas faixas de renda um e dois, e, na faixa de renda três, foram ofertadas 137, totalizando, deste modo, 179 vagas oferecidas até então.

O Programa de Moradia Estudantil, exposto na antiga resolução, objetivava garantir ao estudante migrante, informações, orientações, apoio e recursos financeiros necessários à sua permanência na instituição, com condições plenas para o desenvolvimento de sua formação acadêmica e seus direitos de cidadania (IFPB, 2011). Para isso, destinava-se aos alunos selecionados uma ajuda de custo no valor de R\$300,00, valor mais alto dentre os demais programas até a chegada do auxílio permanência, compreendendo, deste modo, um dos programas de maior impacto financeiro na vida dos discentes. A exigência para acessar este programa era de que o estudante possuísse renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, residisse fora da sua localidade por motivo de estar cursando no IFPB *campus* Campina Grande, apresentasse a documentação exigida em edital e estivesse devidamente matriculado e frequentando curso do IFPB no *campus* em questão.

Com a aprovação da nova resolução, o programa passa a visar a oferta de vaga em residência estudantil ao estudante com dificuldade de manter residência na cidade onde se localiza o *campus*, conforme a disponibilidade da estrutura deste. Presume-se, com isso, que, neste ponto, os discentes do *campus* Campina Grande podem ser afetados negativamente, visto que tal instalação inexistente nele. Em outras palavras, o *campus* perde um programa que pode contribuir com a vida financeira dos alunos oriundos de localidades distantes.

O Programa de Auxílio Transporte, por sua vez, foi retirado do rol de programas na nova resolução, uma vez que o Programa de Apoio à Permanência do Estudante pretendeu englobar e suprir esta necessidade. Este programa, quando ofertado, preocupava-se em identificar dificuldades enfrentadas por alunos em comparecer às atividades acadêmicas por motivações financeiras, repassando mensalmente a estes o valor de R\$ 80,00, a fim de custear as despesas realizadas com seu deslocamento. Para isso, os alunos também se submetiam a seleção, estando, entre os requisitos exigidos, a necessidade de a renda *per capita* familiar ser de até um salário-mínimo e meio e residir em localidades consideradas distantes do *campus*, não fazendo uso regular de transporte escolar gratuito (IFPB, 2019).

Este estudo apoia-se, além de outros fatores, nas experiências dos alunos egressos assistidos pelos Programas de Moradia Estudantil e Auxílio Transporte, uma vez que, conforme exposto, são operacionalizados por meio de auxílio financeiro aos estudantes, sendo concedidos mensalmente por repasse ao discente. Beneficiários do Programa Permanência não estão aqui incluídos, visto que este programa ainda não havia sido implementado nos anos em que os egressos investigados estavam regularmente matriculados.

No tocante às quantidades de benefícios ofertados pelos programas Moradia e Transporte no *campus* Campina Grande nos últimos anos, tem-se os seguintes números:

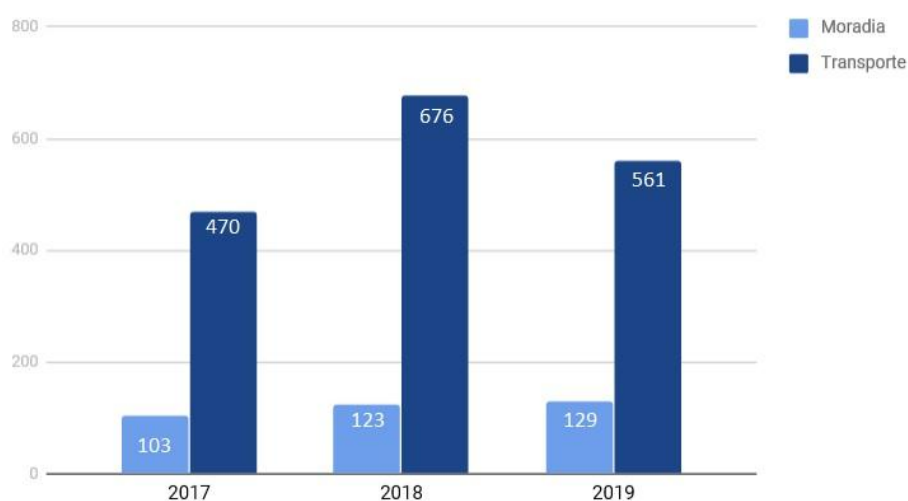
**TABELA 3** – Quantitativo de benefícios ofertados pelos programas Transporte e Moradia nos últimos anos.

| PROGRAMA TRANSPORTE |      |      | PROGRAMA MORADIA |      |      |
|---------------------|------|------|------------------|------|------|
| 2017                | 2018 | 2019 | 2017             | 2018 | 2019 |
| 470                 | 676  | 561  | 103              | 123  | 129  |

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O número de alunos beneficiados pode ser menor que o número total de benefícios ofertados em virtude de poder haver um aluno beneficiado por mais de um programa. Logo, um único aluno pode se enquadrar em ambos os programas. É relevante destacar, ainda, que estes números referem-se aos benefícios ofertados a todos os alunos do *campus* em suas diversas modalidades de ensino, visto que há uma ausência de dados estratificados.

**GRÁFICO 2** – Relação da quantidade de benefícios ofertados nos últimos anos no programa transporte *versus* moradia.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme o exposto na tabela e no gráfico acima, observa-se que há um quantitativo consideravelmente maior de benefícios ofertados no Programa de Auxílio Transporte. Isto pode atrelar-se ao baixo valor repassado aos alunos pelo programa, o que pode possibilitar uma cobertura maior de alunos, bem como à possível existência de maior quantidade de discentes que se enquadram nos requisitos do programa em questão. O Programa de Moradia, nos três anos analisados, permaneceu estável, sofrendo apenas um leve aumento no número de auxílios ofertados no decorrer dos três anos, ao passo que o Programa Transporte sofreu um aumento considerável entre os anos de 2017 a 2018, havendo um declínio no número de benefícios no ano de 2019.

Destarte, no IFPB, há uma cobertura das ações de Assistência Estudantil em diversas áreas, havendo programas ofertados de forma universal a todos os alunos da instituição, e aqueles com características seletivas, com requisitos que devem ser preenchidos para seu usufruto. Neste caso, há vagas estipuladas que são ofertadas por meio de editais, a partir dos quais Assistentes Sociais realizam a análise socioeconômica dos alunos solicitantes, a fim de estabelecer uma ordem prioritária de discentes em vulnerabilidade socioeconômica, pois, lamentavelmente, não há vagas para todos eles, refletindo em uma não cobertura de todos os alunos necessitados das ações do programa.

Nas subseções a seguir, serão apresentados os dados da pesquisa, contemplando as percepções das Assistentes Sociais e dos discentes egressos beneficiados pela AE quando discentes do IFPB *campus* Campina Grande, acerca da suficiência dos recursos de Assistência Estudantil para as necessidades dos estudantes, sua contribuição para a permanência estudantil dos mesmos e a importância da Educação Financeira para tais sujeitos.

#### 4.2 RECURSOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB *CAMPUS* CAMPINA GRANDE

Nesta subseção, analisa-se a categoria **Recursos de Assistência Estudantil**, objetivando investigar se a política ampara todos os discentes que dela necessitam para sua permanência estudantil, bem como se os valores das ajudas de custos estabelecidos em editais são suficientes para acobertar as necessidades individuais dos educandos em vulnerabilidade socioeconômica beneficiários da Assistência Estudantil.

Antes de ater-se propriamente aos questionamentos levantados neste estudo, compreende-se a importância de conhecer aspectos relacionados aos sujeitos de pesquisa.

Buscou-se, de início, identificar as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito da assistência estudantil, profissão de caráter sociopolítico que opera na diminuição das diversas expressões da questão social e que está à frente da gestão e execução da política na instituição.

A Assistência Estudantil da instituição conta com um corpo diversificado de profissionais técnico-administrativos que atuam na execução dos diversos programas, estando entre eles: enfermeiros, técnicos em enfermagem, médicos, nutricionistas, odontólogos, psicólogos, tradutores e intérpretes, pedagogas, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, assistentes sociais, dentre outros. Este estudo atém-se às experiências das assistentes sociais devido ao seu exercício laboral na instituição inferir a necessidade de um conhecimento amplo das relações socioeconômicas e dos aspectos relacionados à política de assistência estudantil, conforme expresso a seguir.

Logo, no que se refere à entrevista com as assistentes sociais, ambas atuam no instituto há, aproximadamente, 10 anos, tendo ainda atuado em outros *campi* do IFPB antes de serem removidas para Campina Grande. As atividades por elas pontuadas como sendo suas principais ações na instituição, referem-se a:

- a) Coordenação, gerência e planejamento dos recursos da Assistência Estudantil de modo conjunto com a gestão do *campus* Campina Grande;
- b) Execução, acompanhamento e monitoramento das ações do programa;
- c) Avaliação anual das ações desenvolvidas, com base na Política de Assistência Estudantil da instituição e no Plano Nacional de Assistência Estudantil;
- d) Orientações a indivíduos e grupos (alunos, família, professores e comunidade em geral) quanto aos direitos e deveres acerca da política.

Estas profissionais atuam, portanto, desde o nível de gestão da política, quanto ao nível de assistência direta ao público-alvo da Assistência Estudantil, seus familiares e demais integrantes da comunidade acadêmica do *campus*, onde realizam o acompanhamento dos beneficiários, fornecendo-lhes informações sobre seus direitos e deveres relativos ao Programa de Assistência Estudantil. São as responsáveis ainda pela elaboração dos editais dos programas, bem como pela seleção de seus beneficiários a partir da análise socioeconômica, entrevista socioeconômica e visitas domiciliares.

O Assistente Social, conforme Iamamoto (2000), tem sido historicamente um profissional que implementa políticas sociais, em especial políticas públicas, sendo

considerado como seu executor, atuando de modo direto com a população usuária. Contudo, na atualidade, há uma demanda para além da execução, cabendo a estes também a formulação de gestão destas políticas. Neste cenário, é necessário que haja um rompimento com atividades meramente burocráticas, visto que o exercício da profissão é uma ação que propõe, negocia com a instituição os projetos e defende seu campo de trabalho e funções.

Quanto aos alunos egressos que compuseram a amostra da pesquisa, tem-se que estes são oriundos das seguintes turmas: 12 alunos de uma turma do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Informática, concluintes no ano de 2017, e 13 de uma turma do Ensino Médio Integrado ao curso Petróleo e Gás, concluintes no ano de 2018. Todos os egressos foram contemplados pelos programas de transporte e moradia da Assistência Estudantil em algum momento em sua trajetória estudantil no IFPB, *campus* Campina Grande. Pode-se conhecer o perfil dos respondentes na tabela a seguir:

**TABELA 4** – Perfil dos alunos egressos respondentes.

|                           | VARIÁVEIS                   | N  | %  |
|---------------------------|-----------------------------|----|----|
| Naturalidade <sup>2</sup> | Campina Grande - PB         | 17 | 68 |
|                           | João Pessoa - PB            | 1  | 4  |
|                           | Aracajú - SE                | 1  | 4  |
|                           | Juazeirinho - PB            | 1  | 4  |
|                           | São Bentinho - PB           | 1  | 4  |
|                           | São Bernardo do Campo - PB  | 1  | 4  |
|                           | Alagoa Nova - PB            | 1  | 4  |
|                           | Soledade - PB               | 1  | 4  |
|                           | Puxinanã - PB               | 1  | 4  |
| Gênero                    | Feminino                    | 12 | 48 |
|                           | Masculino                   | 13 | 52 |
| Faixa etária              | De 18 a 23 anos             | 23 | 92 |
|                           | De 24 a 28 anos             | 2  | 8  |
|                           | Acima de 28 anos            | 0  | -  |
| Faixa de renda quando     | Até 1,5 salário mínimos     | 15 | 60 |
|                           | de 1,5 a 3 salários mínimos | 10 | 40 |

<sup>2</sup> Refere-se à localidade onde o indivíduo nasceu, e não à que reside atualmente.

|                         |                            |    |    |
|-------------------------|----------------------------|----|----|
| estudante do IFPB       | mais de 3 salários mínimos | -  | -  |
|                         | Não sei responder          | -  | -  |
| Dependentes desta renda | até 3 pessoas              | 5  | 20 |
|                         | De 3 a 5 pessoas           | 20 | 80 |
|                         | Mais de 5 pessoas          | -  | -  |
|                         | Não sei responder          | -  | -  |

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com base no perfil traçado, constata-se que se trata de jovens com idade de ingresso no mercado de trabalho, oriundos, em sua maioria, da cidade de Campina Grande e cidades circunvizinhas, e que, quando discentes matriculados no instituto, possuíam renda familiar total de até três salários-mínimos. Com isso, infere-se que estes jovens enquadram-se como público-alvo da política de Assistência Estudantil, visto que a mesma estipula o valor de renda *per capita*<sup>3</sup> de até um salário-mínimo e meio.

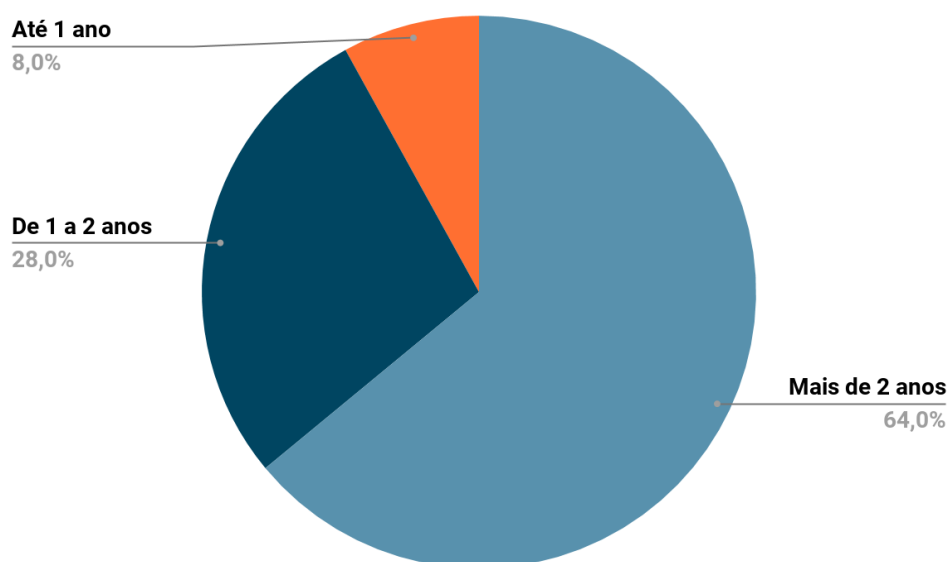
Três jovens detalham suas situações familiares na época como estudante do IFPB da seguinte maneira: “Éramos 4, mas só minha irmã tinha salário fixo” (Eg.03); “Foi num tempo bem complicado, pois minha mãe trabalhava e meu pai era autônomo. Minha irmã tinha diversas despesas na universidade assim como eu tive no Ifpb.” (Eg.11) e “Quando estudei no IFPB, eu e meu irmão dependíamos da renda de motorista autônomo de meu pai, e minha mãe técnica em enfermagem.” (Eg.22). As falas ratificam que estes jovens são oriundos de classes sociais menos favorecidas que necessitam de uma ampla rede de apoio para sua permanência estudantil, tendo em vista os obstáculos que permeiam o percurso estudantil, o que justificou a criação da AE, fruto de intensas lutas e tensões sociais travadas por setores da sociedade que ansiavam por melhores condições de acesso e permanência para a classe trabalhadora.

[...] o desafio da inclusão pela educação impõe à assistência estudantil a responsabilidade de garantir a todos, notadamente àqueles em vulnerabilidade social, as reais e concretas possibilidades de desenvolverem seu potencial, sua inteligência e suas habilidades (ALMEIDA, 2017, p.51).

Atinente à quantidade de tempo que os discentes egressos foram beneficiados pelos programas da Assistência Estudantil em sua trajetória escolar no IFPB, tem-se que, conforme os dados expressos no gráfico a seguir, 64% destes foram contemplados pela política por mais de 2 anos, 29% de 1 a 2 anos e 8% por até um ano.

<sup>3</sup> A renda *per capita* é obtida mediante a divisão da renda total familiar pelo número de integrantes desta família.

**GRÁFICO 3** – Quantidade de tempo de assistência dos discentes egressos pela Assistência Estudantil.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ou seja, a maior parcela dos discentes egressos foi beneficiada pela política por mais de dois anos. O motivo de haver uma fração que foi beneficiada por menor tempo pode estar atrelado ao fato de alguns jovens não conseguirem a contemplação pela política assim que ingressam no IFPB. Contudo, ao longo do tempo, podem submeter-se a seleção novamente, sendo, assim, contemplados, conforme o surgimento de vagas.

Direcionando-se às questões referentes às ações da Política de Assistência Estudantil, questionou-se às profissionais do Serviço Social sobre as dificuldades enfrentadas para que a política alcance seus objetivos na instituição. Elas afirmaram que:

*Eu acredito que em grande parte é o orçamento, porque infelizmente não têm recurso financeiro para o atendimento de todos os alunos, o que gera uma demanda reprimida, onde alguns alunos se inserem no perfil exigido pelos editais de assistência, mas por não ter vagas suficientes não são atendidos (A.S1).*

*A principal dificuldade é a limitação dos recursos financeiros na execução dos principais programas. Também a falta de profissionais de outras áreas para realizar um trabalho multidisciplinar com a comunidade estudantil e a carga horária dos cursos, que muitas vezes não sobra tempo disponível para os alunos participarem de alguma ação socioeducativa (A.S2).*

Pode-se observar um destaque dado à limitação orçamentária do programa, o que vai ao encontro do pensamento de diversos autores anteriormente abordados que enfatizam esta insuficiência dos auxílios na cobertura de todos os jovens de baixa renda, o que pode

favorecer fenômenos, como retenção ou evasão escolar destes discentes não amparados. Retoma-se aqui o fato anteriormente relatado de que 36% dos jovens egressos afirmaram ser beneficiados pela política por menos de 2 anos, inferindo-se que a motivação disto pode vincular-se à limitação de benefícios ofertados pela política no *campus*, onde parcela dos jovens que não logram êxito inicialmente nas seleções socioeconômicas podem conseguir a contemplação apenas após a liberação de vagas com a conclusão do curso de discentes beneficiários.

Além da questão orçamentária, fica evidente, por meio da fala da A.S2, que outros aspectos também devem ser considerados para que a Assistência Estudantil venha a obter êxito, como uma equipe formada por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, a fim de realizar uma abordagem multidisciplinar nos alunos, limitação esta que pode gerar deficiências na equipe que incidem sobre a qualidade do trabalho, bem como uma maior disponibilidade de tempo por parte dos discentes para participação em ações socioeducativas, visto que o setor de Assistência Estudantil do *campus* realiza ainda atividades como palestras, rodas de conversas, seminários, etc., sobre temas que abordam problemas contemporâneos da adolescência, essenciais para o desenvolvimento integral do discente, mas que não possuem grande adesão devido à carga horária de aulas intensa.

A necessidade de melhoramento da equipe multidisciplinar na instituição é vislumbrada ainda no PDI, visando minimizar os índices de evasão e retenção estudantil, aumentando, assim, o número de egressos, tendo como uma de suas estratégias pré-estabelecidas a:

Ampliação e melhoria das condições de trabalho da equipe multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, nutricionistas e técnico em assuntos educacionais) no acompanhamento, apoio pedagógico e psicossocial no âmbito do IFPB (IFPB, 2015, p.77).

Estes entraves impostos pelo sistema na Política de Assistência Estudantil dificultam sua plena efetivação. Contudo, referente à atuação do serviço social, Iamamoto (2000) afirma que o mesmo não deve aceitar a realidade como se esta já estivesse acabada, com seus limites impostos de tal forma que pouco ou nada se pode fazer para modificá-los, visto que este olhar pode conduzir o profissional à acomodação e ao burocratismo. A autora salienta ainda que se deve evitar, de igual modo, uma ação baseada no messianismo profissional<sup>4</sup> numa tentativa ilusória de modificar a realidade sem considerar estes entraves.

---

<sup>4</sup>“uma visão heroica do Serviço Social que reforça unilateralmente a subjetividade dos sujeitos, a sua vontade política sem confrontá-la com as possibilidades e limites da realidade social” (IAMAMOTO, 2000, p.21).

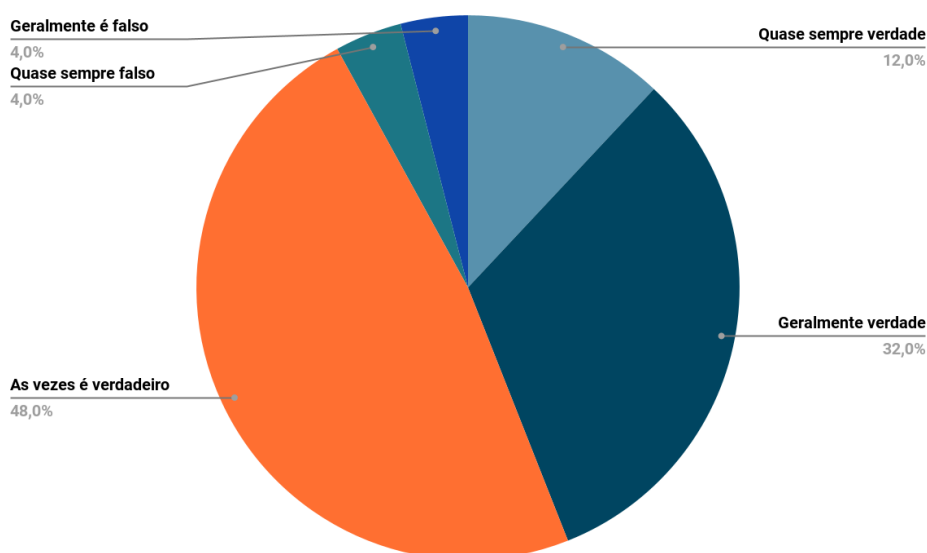


Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas têm um ponto em comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos (IAMAMOTO, 2000, p.21).

Logo, o assistente social deve atuar de modo a considerar a realidade no qual está inserido, sem cair em práticas mecânicas e estáticas, mas buscando descobrir novas mediações e alternativas de ação, visto que esta profissão pauta-se na diminuição das expressões da questão social, colocando-se frente às diversas formas de contradição existentes na relação entre capital e trabalho na sociedade, onde, no âmbito educacional, incide diretamente sobre o cenário desigual, buscando meios para sua superação.

No tocante à percepção dos discentes egressos sobre a cobertura da política a todos os discentes que dela necessitam, os mesmos foram submetidos à seguinte afirmação: “A política de assistência estudantil abrange a todos os alunos que dela necessitam”, de modo que pudessem classificá-la conforme sua experiência no *campus*. Alcançaram-se, para tanto, os seguintes resultados:

**GRÁFICO 4** – Percepção dos egressos sobre a cobertura da AE aos discentes que dela necessitam.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Identifica-se que há uma preponderância do fator verdadeiro, perfazendo o total de 92% das opções dos respondentes, o que caracteriza uma certa discordância com a percepção das profissionais. Contudo, compreende-se que as profissionais, por atuarem diretamente na

seleção dos discentes, podem possuir uma visão mais ampla das necessidades de cada indivíduo, visto que realizam uma minuciosa análise socioeconômica que envolve visita domiciliar e análise documental, culminando com o parecer social individualizado.

No campo aberto para livre expressão presente no questionário, ainda referente à cobertura do público-alvo, houve algumas afirmações relevantes para a compreensão da questão posta, e que, diferentemente do resultado anterior, são favoráveis à percepção das Assistentes Sociais, como: “*Como a análise ocorre em relação a média de salários mínimos recebidos, não contempla alunos cujos pais não tem saúde financeira boa (Por dívidas e etc) mesmo recebendo salários bons*” (Eg.03); “*Tem alunos que precisavam mas não conseguiam as bolsas*” (Eg.07). E ainda:

*Muitos alunos que necessitavam do dinheiro não ganhavam, como eu precisei no primeiro ano que as coisas estavam mais apertadas, no terceiro ano que estava mais tranquilo foi quando eu recebi o auxílio almoço, que ajudou bastante, pois me deixou com um dinheiro extra para comprar alguns cadernos de estudos para o ENEM... Contudo muitos alunos passam os três anos sem receber e, muitas vezes, o dinheiro é dado para quem chora mais durante a entrevista com a assistente social. Isso não sou apenas eu que vejo dessa forma, porque ao entrar no IF em 2016 muitas pessoas me aconselharam isso, "fazer drama", então apesar de ajudar muitas pessoas, o auxílio nem sempre chega a quem precisa (Eg.10, Grifo nosso).*

Nota-se que há, por parte de alguns egressos, o conhecimento de casos de alunos que necessitavam, mas que não foram contemplados pelas ações da Assistência Estudantil no *campus*. Uma das falas possibilita uma reflexão sobre a forma de seleção dos discentes que é realizada com o pré-requisito do valor de renda *per capita* familiar de um salário mínimo e meio, valor este que é estabelecido no decreto que regulamenta a política para todo o país, não considerando as individualidades da região, bem como outros fatores que podem ser enquadrados como situações de vulnerabilidade socioeconômica, conforme já ressaltado por Imperatori (2017).

Confrontando-se as falas anteriores dos discentes egressos, portanto, evidencia-se que um dos problemas da concessão da Assistência Estudantil, na instituição, é a ausência de critérios bem definidos para a sua concessão. Afinal, qual seria o modo mais justo de realizar esta seleção socioeconômica? Será que outros fatores poderiam ser levados em consideração? Surge aqui a possibilidade de investigação futura relativa à seleção dos discentes e critérios fixados nos programas de Assistência Estudantil do *campus* em contraste com a realidade e contexto no qual estes discentes estão envolvidos.

O depoimento do último discente citado remete ao termo “fazer drama” nas entrevistas realizadas com as profissionais do Serviço Social no momento da seleção, pois,

conforme o mesmo, o auxílio é dado para aqueles que expressam mais intensamente suas necessidades. Aqui, demonstra-se claramente que há a seleção daqueles que mais necessitam, permitindo a presunção de que há benefícios apenas para esta parcela mais carente, e não para todos os necessitados, corroborando o entendimento de diversos autores e do Serviço Social do *campus*.

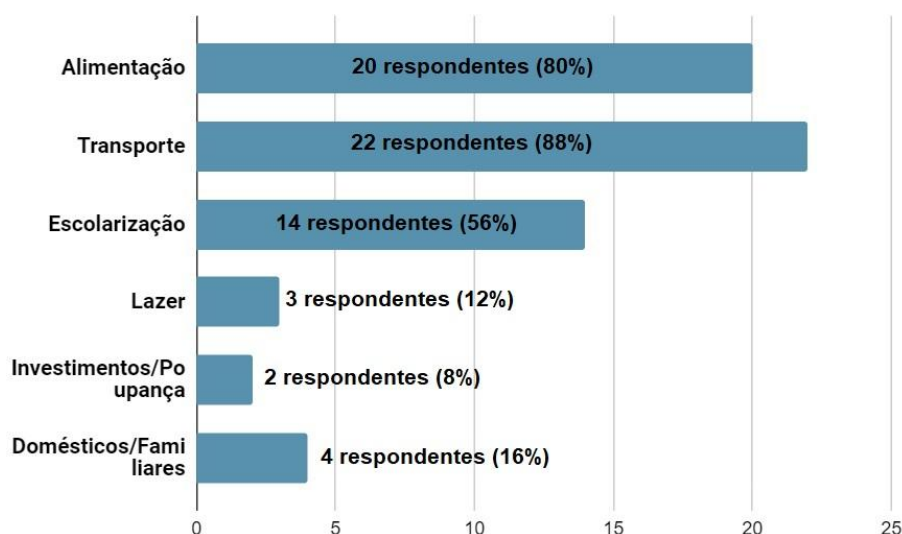
De acordo com Kowalski (2012), o percentual de alunos atendidos pela assistência estudantil vem aumentando ano após ano, porém não há um aumento proporcional de verbas para a PAE. Quanto à gerência desses recursos, o autor evidencia uma dificuldade de gestão dessa verba, faltando, por vezes, pessoal qualificado e planejamento institucional sobre o orçamento, podendo gerar um retorno de recursos aos cofres da união. Logo, “Apesar da existência de um fundo específico para os programas da AE, [...] as evidências mostram ser insuficiente para atender à crescente demanda que se soma à expansão de vagas pelo REUNI” (Idem., 2012, p.114).

Ferreira (2018) concorda com Kowalski ao afirmar que, apesar da multiplicação e aprimoramentos nos últimos anos de mecanismos de acesso e permanência escolar, não se consegue ainda superar as lacunas que se apresentam diante dos limites na oferta dos serviços e da grande demanda apresentada pelos estudantes nas instituições públicas de ensino.

É uma realidade que expressa o aumento das desigualdades sociais, econômicas e culturais e que as políticas sociais, via programas sociais, não têm alcançado os objetivos que são estabelecidos, em especial, o de minorar as graves consequências resultantes das diferentes expressões da questão social, inerente ao desenvolvimento do capitalismo (FERREIRA, 2018, p.590).

Prosseguiu-se, pois, questionando aos egressos sobre a forma com que os valores repassados pelos programas foram gastos, objetivando mapear as necessidades por área destes discentes. Obtiveram-se, assim, os seguintes resultados:

**GRÁFICO 5** – Áreas de utilização dos recursos advindos da AE pelos egressos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Esta questão de resposta múltipla possibilitou que o discente pudesse escolher, dentre as opções postas, aquelas que ele considerou como sendo as áreas onde os valores das ajudas de custos recebidos pelos programas foram direcionadas. Conforme o gráfico, pode-se observar que há uma maior prevalência de gastos na área de transporte, havendo 22 respondentes (88%), seguindo pela de alimentação, com 20 (80%), e, em seguida, escolarização com 14 (56%). 4 egressos (16%) revelaram que utilizaram o dinheiro ainda com gastos domésticos/familiares; 3 (12%), com lazer, e apenas 2 (8%) com investimentos/poupança. O campo de opção “outro”, posto de modo a identificar demais áreas de gastos, não obteve resultados.

Logo, observa-se que os gastos dos discentes com os valores obtidos pela política giram em torno, em sua maioria, da alimentação, transporte e escolarização, áreas imprescindíveis e que refletem uma necessidade indeclinável, essencial e indispensável nos orçamentos domésticos das famílias dos estudantes. Depreende-se, portanto, que os gastos dos alunos egressos com os recursos dos benefícios foram direcionados para áreas que são preconizadas pela política, cuja intervenção visa minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade e, mais especificamente, no âmbito estudantil.

Indagou-se, pois, às Assistentes Sociais quanto à suficiência destes recursos ofertados pela Assistência Estudantil, para que os alunos arquem com suas despesas básicas, de acordo com o objetivo de cada programa. A A.S1 afirma que *“Vai depender da realidade socioeconômica de cada estudante. Pela minha experiência e por conhecer o perfil deles, em*

*alguns casos o recurso que recebem cobrem as despesas com o deslocamento, já para outros não*” (A.S1). A A.S2, de modo semelhante, relata que:

*Eu creio que em parte. Existe parte dos alunos atendidos que nós percebemos que mesmo sendo atendido por algum programa, não é suficiente para arcar com despesas básicas, necessitando do complemento da família ou de terceiros. Isso devido a várias questões, como por exemplo a localidade onde moram (A.S2).*

Nas falas das entrevistadas percebe-se que a suficiência dos recursos varia conforme o perfil dos estudantes: a exemplo do programa de auxílio transporte, se determinado aluno reside em uma localidade mais próxima ao *campus*, o valor ofertado torna-se satisfatório. Entretanto, se o aluno reside em uma localidade mais distante, o valor pode cobrir apenas parcialmente esta despesa, sendo necessário que haja um complemento por parte de seus responsáveis.

Isto ocorre porque os valores estabelecidos nos programas transporte e moradia são fixos, não levando em consideração as individualidades de seus beneficiários. Por outro lado, o auxílio permanência estudantil, ao estabelecer três faixas de renda nas quais o aluno será alocado, veio a configurar um avanço neste sentido, visto que há três valores diferentes, onde as peculiaridades de cada indivíduo serão analisadas de modo a repassar ao aluno o valor mais satisfatório para sua necessidade. A instituição substituiu o programa de auxílio transporte pelo programa de apoio à permanência do estudante com a nova regulamentação da política, o que poderá contribuir para a resolução deste desajuste.

Aos egressos, quando questionados se os valores recebidos nos programas atenderam às suas necessidades, obteve-se um quantitativo de 18 indivíduos que afirmaram que sim, correspondendo a 72% da amostra, e 7 egressos responderam que não, o que representa 28% dos respondentes. Contudo, no campo aberto, alguns egressos realizaram algumas pontuações pertinentes: *“O vale transporte sempre permaneceu o mesmo valor (80 reais) mesmo com o aumento da passagem, fazendo com que dessa forma a partir de um certo momento esse dinheiro não fosse mais suficiente para ir e vir.”* (Eg.13); *“Valor insuficiente na época para lidar com os custos”* (Eg.04); *“Não acobertavam todas as necessidades, considero como uma ajuda”* (Eg.05); *“Pouco dinheiro e muitos gastos”* (Eg.24); *“Me atenderam muito bem, mas como eu utilizava o auxílio para o transporte, mal dava para isso e não sobrava para alimentações na hora do lanche.”* (Eg.13) e

*Creio que a assistência estudantil auxilia diversos alunos, conheci casos que haviam alunos que se deslocavam cerca de 6 km diário a pé para estudar. Por outra via, muitas vezes o valor ofertado não segue a inflação e, por permanecer estagnado, se torna insuficiente para os gastos mensais (Eg.05).*

Pode-se compreender, a partir destes relatos, que há, em parte dos discentes, uma visão da política como ajuda, sanando apenas parte de suas necessidades, sendo fortemente pontuado que os valores dos auxílios permanecem fixos, mesmo com as modificações realizadas no plano econômico e social. Deste modo, nota-se uma certa inquietação dos discentes quanto ao não aumento proporcional dos valores repassados por meio da política aos aumentos dos gastos já alguns anos atrás, sendo relevante salientar que estas quantias ainda não foram reajustadas até o momento presente.

É válido ainda ressaltar que a passagem de ônibus na cidade de Campina Grande, nos últimos anos, passou por alterações consideráveis. Analisando-se tais variações, identificou-se que houve um aumento de 30% do valor cobrado entre os anos de 2017 a 2020, sofrendo gradativamente o aumento de R\$3,00 em 2017 a R\$3,90 no ano de 2020 (G1 PB, 2020). Ratifica-se que o valor do auxílio transporte, por outro lado, permaneceu estável ao longo desses anos.

De acordo com Ferreira (2018), o programa de Assistência Estudantil é considerado importante no atendimento ao estudante pobre. Todavia, na medida em que sana de forma insatisfatória as fragilidades socioeconômicas que permeiam a realidade dos discentes atendidos, acaba por evidenciar as desigualdades presentes no capitalismo na contemporaneidade.

Destarte, infere-se que, conforme relatam as profissionais do Serviço Social, há uma limitação orçamentária que impossibilita a cobertura de todos os discentes que necessitam de assistência estudantil. Isto, na visão das profissionais, torna-se a maior dificuldade enfrentada pela política, sendo um fator que reprime a plena observância dos princípios e objetivos do PNAES.

Torna-se evidente ainda, conforme os relatos de experiência dos discentes egressos, que esta provável limitação dos recursos reflete em uma não atualização dos valores repassados aos discentes, conforme as modificações do custo de vida, o que impossibilita e/ou dificulta a suficiência dos valores repassados por meio dos programas para sanar as demandas específicas as quais se propõem. Presume-se, pois, que, apesar de esta política se configurar como uma conquista da população mais carente, devendo ser celebrada, no âmbito da democratização da educação, necessita ainda trilhar um longo caminho de ajustes e ampliação para que possa tornar-se plenamente efetiva e eficiente.

### 4.3 CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR

Nesta subseção, discute-se a categoria **Permanência**, onde se almeja descrever as contribuições da assistência estudantil para a permanência escolar, a partir do olhar de discentes egressos e profissionais do Serviço Social. Cabe salientar que não se pretende, nesta discussão, fazer uma investigação causal entre as variáveis, mas relatar a percepção dos sujeitos investigados relativos à problemática.

No que refere-se às entrevistas realizadas com as Assistentes Sociais, ambas as profissionais relataram que há casos em que alunos desistem dos cursos por motivações financeiras. Neste contexto, questionou-se se, de acordo com a experiência vivenciada por elas no *campus*, a Assistência Estudantil contribui para os estudantes.

*Sim, contribui muito. A maioria dos estudantes atendidos são de famílias com hipossuficiência financeira. Então, a assistência contribui com a redução dos efeitos das desigualdades sociais, como também com a frequência do estudante, e consequentemente com o êxito acadêmico (A.S1).*

*A Assistência Estudantil contribui diretamente para aqueles discentes com hipossuficiência financeira comprovada por meio da análise socioeconômica durante os processos seletivos, que ao serem atendidos nos programas garantem acesso a programas que são indispensáveis para sua permanência no curso (A.S2).*

As entrevistadas reiteram a importância da Assistência Estudantil, mesmo que com fragilidades, para a permanência de jovens em vulnerabilidade socioeconômica. Indagadas ainda sobre a possibilidade dos jovens de classes menos favorecidas em manter-se nos cursos sem a Política de Assistência Estudantil, ambas afirmaram que isto dificilmente ocorreria: “A grande maioria não, devido às condições financeiras de suas famílias” (A.S1). E:

*Eu considero que eles teriam muitas dificuldades em se manter na Instituição e provavelmente iriam desistir, porque.. tendo em vista que são de classes menos favorecidas, a situação econômica com certeza iria interferir no deslocamento e na alimentação, porque nem sempre a família tem condições de arcar com despesas de passagens e refeição. Então, o acesso ao restaurante e o recebimento de algum dos auxílios em espécie se tornam essenciais para a permanência dos estudantes. (A.S2)*

Os discentes egressos foram, pois, indagados quanto à condição de manter-se no IFPB caso não fossem beneficiados pela Assistência Estudantil. De modo a conversar com a percepção das profissionais, relataram que isto poderia configurar-se como uma adversidade, conforme as falas que se seguem: “A renda familiar era insuficiente para o pagamento de contas e manutenção da minha permanência da escola, pelos valores de deslocamento e alimentação.” (Eg.01); “Não teria condições de ficar pois não daria para pagar passagem e

*alimentação todos os dias” (Eg.08); “Eu usava os auxílios pra pagar o transporte, e no tempo que não tinha o refeitório eu comprava o almoço, então teria sido realmente mais difícil se não tivesse esse auxílio.” (Eg.19); “Apesar de me manter, creio que, sem auxílio, não poderia ter me dedicado e aproveitado o tanto que aproveitei. Teria que fazer alguns bicos para ajudar nos custos.” (Eg.25).*

*Seria bastante difícil pois seriam gastos bastante relevantes com alimentação nos dias de estudo integrais, além dos gastos com passagem de ônibus. No 1º ano de estudo no IF eu não tinha os auxílios, e acabei algumas vezes me alimentando mal, lanches, coxinhas, etc, por ser mais barato que o almoço (Eg.05).*

*A assistência foi de grande ajuda para eu me deslocar de minha residência, que fica em uma zona rural, pois precisava de 2 transportes (ônibus) para chegar ao IFPB. Por isto, a assistência estudantil foi de extrema importância para que eu pudesse continuar indo e vindo da escola para casa e vice-versa. Porém, às vezes a quantia da assistência não supria todas as passagens de ônibus, apertando um pouco o orçamento em minha residência (Eg.14).*

Logo, estes discentes sem condições mínimas para frequentar regularmente o ambiente escolar podem facilmente evadir-se, fenômeno este que, conforme Antunes (2018), causa prejuízos econômicos, com desperdício de recursos públicos, bem como social e humano, visto que compromete a autoestima e, conseqüentemente, a vida do discente.

[...] prejuízos mais graves são para a cidadania que vê comprometido o processo de democratização do acesso dos segmentos populares à escola pública. Portanto, os esforços devem estar centrados na sua redução (Idem., 2018, p.67).

No tocante à percepção das profissionais sobre se há realmente uma contribuição da política para seus beneficiários, as mesmas concordam enfaticamente quanto ao assunto:

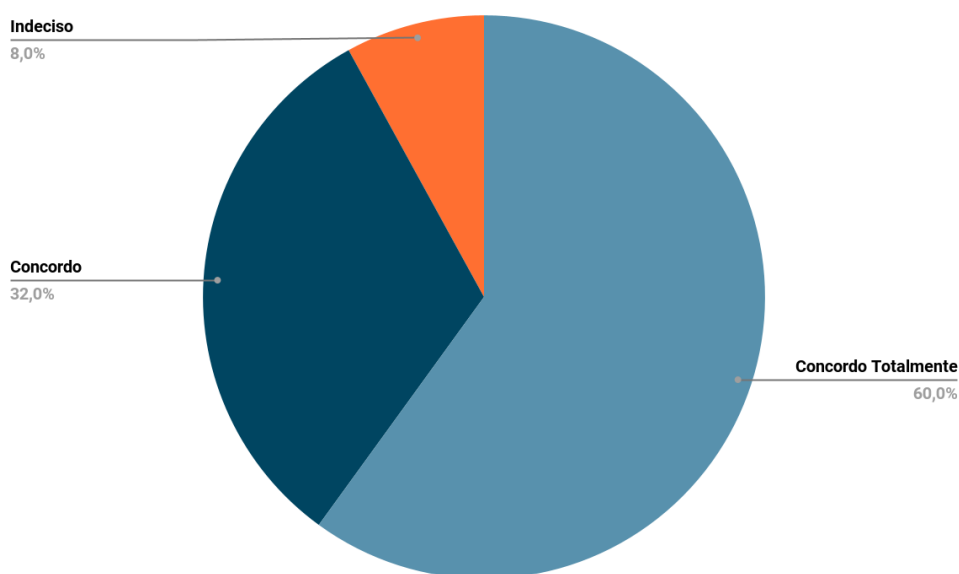
*Sim. A Assistência Estudantil contribui diretamente aqueles discentes com hipossuficiência financeira comprovada por meio da análise socioeconômica durante os processos seletivos, que ao serem atendidos nos programas garantem acesso a programas que são indispensáveis para sua permanência no curso (A.S1).*

*Sim, contribui. Os estudantes atendidos em sua maioria são de famílias com hipossuficiência financeira. Portanto, a assistência contribui com a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas, como também com a frequência do estudante, e conseqüentemente com o êxito acadêmico (A.S2).*

Assim sendo, afirmam que a política vem a contribuir com a permanência destes discentes, atuando na tentativa de minimizar as desigualdades socioeconômicas existentes no alunado do instituto. Para obter a visão dos discentes egressos a respeito disto, questionou-se se as ajudas de custo da Assistência Estudantil contribuíram para sua permanência nos cursos, obtendo-se as respostas expressas no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 6** – O olhar dos egressos sobre a contribuição da AE na permanência estudantil.





Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se, portanto, que cerca de 92% dos respondentes concordam quanto à contribuição da política em sua permanência estudantil, o que corrobora os autores abordados no decorrer do presente estudo, bem como com as profissionais do Serviço Social. Nenhum discente egresso discordou quanto a esta contribuição, demonstrando que, no *campus* Campina Grande, a política de Assistência Estudantil tem gerado resultados positivos quanto ao alcance de seu objetivo principal, que é de favorecer a permanência estudantil de estudantes situados em condição de vulnerabilidade socioeconômica nos casos dos discentes que são acobertados por suas ações (Decreto n.º 7.234/2010).

Conforme afirma Antunes (2018), o PNAES, com ações macrossociais organicamente estruturadas, surge como um mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais e culturais inseridas na área escolar que vem a comprometer o pressuposto da inclusão social enquanto horizonte da educação de excelência. Contudo, concorda-se ainda com a autora no tocante à existência de outros motivos para a evasão, visto que existem diversos fatores causais que incidem sobre a permanência estudantil, não se podendo atribuir a resolução de tais entraves que afligem a educação no Brasil, de modo exclusivo, à assistência estudantil.

Sobre o fornecimento de condições de permanência que possibilitem o desfecho formativo por meio da política, investigou-se a percepção das profissionais do Serviço Social entrevistadas quanto à interferência das condições de pobreza no êxito acadêmico dos

estudantes e de que modo se estabelece esta relação. Ambas afirmaram que esta influência existe, na medida em que:

*[...] quando um aluno pobre não tem acesso a uma alimentação em muitos casos básicas; ou quando moram em localidades de difícil acesso e por isso precisam acordar muito cedo e retornar tarde para suas residências, às vezes não tendo acesso a um meio de transporte favorável [...]* (A.S1).

*Acredito que as condições socioeconômicas interferem no êxito acadêmico quando não há condições de equidade no âmbito educacional. Quando os estudantes que vivem na condição de pobreza, não recebem as mesmas oportunidades em média o resultado bem comum é o fracasso escolar, rendimento escolar baixo, evasão e retenções no ano letivo* (A.S2).

Esta relação existente, de acordo com as profissionais, é contemplada ainda nas falas dos discentes egressos, uma vez que muitos demonstram, nos seus relatos, que suas condições socioeconômicas lhes proporcionaram obstáculos e contratempos em sua vida estudantil, os quais eram motivos de preocupação e inquietude para os mesmos. É fato que faltam ainda condições básicas, mínimas e essenciais para parcela da população que luta pela sobrevivência, deixando, por vezes, a educação em segundo plano devido à necessidade de lutar pela sobrevivência urgente.

Conforme afirma Imperatori (2017), é importante considerar o pressuposto de que fatores socioeconômicos interferem na trajetória dos discentes, podendo gerar, inclusive, abandono escolar. Deste modo, “[...] o desempenho acadêmico não é resultado do binômio capacidade-oportunidade, mas que inclui outros elementos, tais como a situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros.” (Idem., 2017, p.298).

Fica evidente, nas falas das entrevistadas, a contribuição da Assistência Estudantil no êxito acadêmico de seus beneficiários, ao passo em que favorece e valoriza a dignidade do aluno como sujeito de direitos “[...] contribuindo diretamente na sua autoestima” (A.S1) e “[...] tentando reduzir as disparidades né.. em relação às condições socioeconômicas dos estudantes, promovendo o acesso, a permanência e a conclusão do curso com êxito.” (A.S2).

No decreto que dispõe sobre o PNAES, pode-se observar que o êxito escolar é uma de suas prioridades, posto que suas ações:

*[...] devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a **melhoria do desempenho acadêmico** e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras* (BRASIL, 2010, grifo nosso).

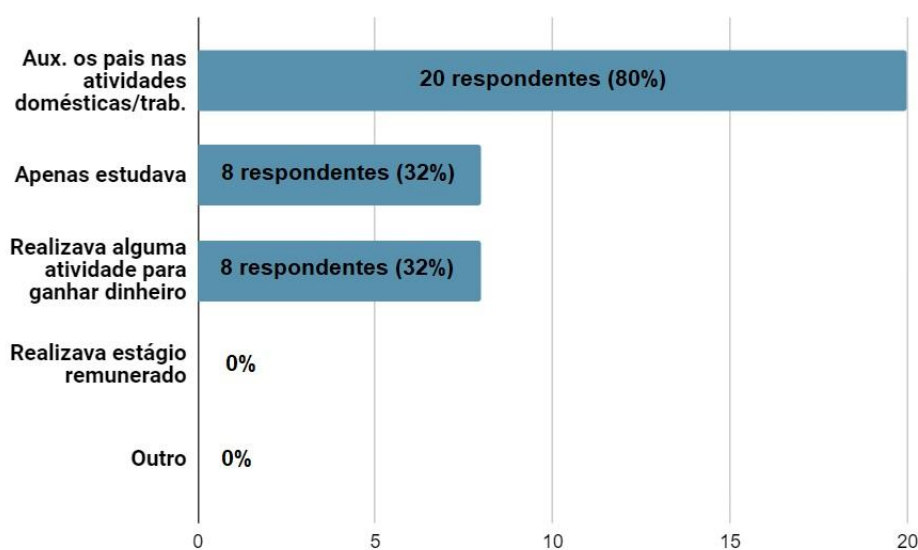
Logo, ao realizarmos um confronto do que é estabelecido no referido instrumento jurídico com a realidade vivenciada pelas profissionais envolvidas na gerência do programa

no *campus* Campina Grande, podemos afirmar que há uma concordância entre ambos, o que se considera como um fator positivo para o programa.

Sabe-se, ainda, que jovens estudantes de baixa renda, por vezes, necessitam realizar outras atividades, entre elas, as geradoras de renda, visando auxiliar os familiares financeiramente, o que pode trazer reflexos em seu desempenho acadêmico, visto que pode implicar em menos tempo para dedicação aos estudos. No contexto do ensino médio integrado, os discentes já se submetem a uma carga horária densa de aulas devido à integração com a educação profissional, que consome um tempo considerável do dia a dia desses jovens.

Nessa perspectiva, questionou-se aos discentes egressos quanto à realização de outras atividades durante o período em que cursaram o ensino médio integrado no instituto. A pergunta foi formulada de modo que eles pudessem escolher mais de uma atividade e, ainda, caso esta não estivesse contemplada nas opções, poderia objetar no campo “outro”. Alcançaram-se, com isso, os seguintes resultados:

**GRÁFICO 7** – Atividades realizadas pelos jovens egressos quando discentes do IFPB.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Dos 25 egressos respondentes, 20 afirmaram auxiliar os familiares nas atividades domésticas e/ou trabalho, representando 80% da amostra. Houve 8 jovens que marcaram a opção “apenas estudava”, refletindo a realidade de 32% da amostra, e, de modo inverso, houve 8 que afirmaram ainda realizar atividades que gerassem dinheiro, correspondendo igualmente a 32% dos respondentes. Nenhum jovem participante da pesquisa afirma ter realizado estágio remunerado durante sua trajetória estudantil no IFPB.

Pode-se inferir, a partir disso, que grande parcela destes discentes beneficiários da Assistência Estudantil realizava, concomitantemente com o desempenho de suas atividades escolares, atividades situadas no campo de auxílio aos familiares, sejam estas domésticas ou laborativas. Contudo, quanto às opções de apenas estudar ou realizar atividades geradoras de renda, nota-se um empate percentual, vislumbrando-se duas realidades distintas: em uma, pode-se inferir que há uma dedicação exclusiva aos estudos, e, em outra, há uma necessidade de se ganhar dinheiro, mesmo ainda não tendo atingido a maioridade.

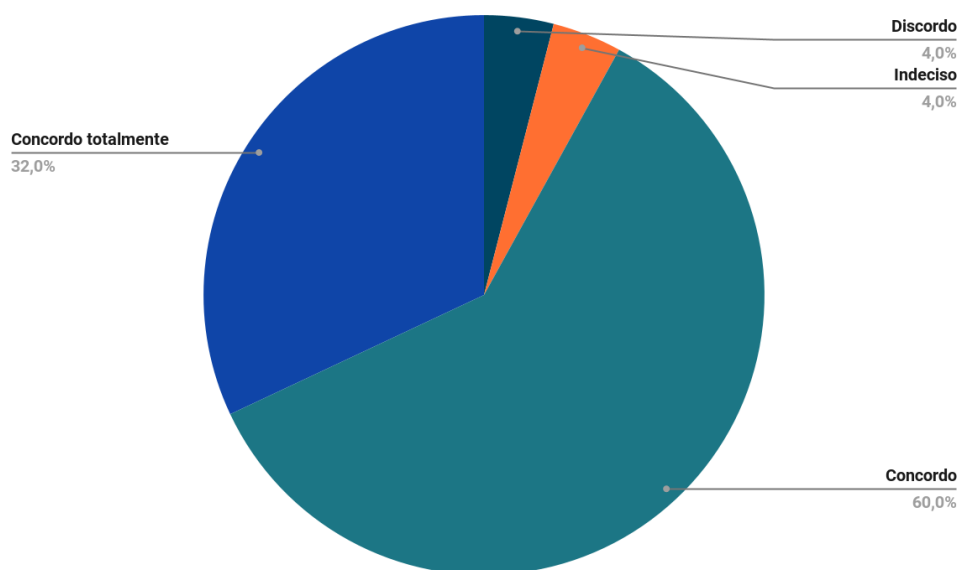
Corroborar-se, portanto, Andrade e Teixeira (2017), quanto ao entendimento de que as dificuldades financeiras dos estudantes merecem a devida atenção, sobretudo, quando as condições básicas e essenciais de manutenção não são atendidas. Fatores como moradia, necessidade de trabalhar, dificuldades quanto ao transporte, alimentação, dentre outros, podem refletir na dedicação aos estudos, comprometendo, inclusive, a permanência estudantil. Assumir tais responsabilidades nesta fase, conforme os autores, pode prejudicar a formação, visto que promovem maior cansaço e sono inadequado.

Situações como esta, nas quais adolescentes necessitam contribuir com as despesas domésticas visando à sua sobrevivência, são ressaltadas por Ciavatta (2014) ao citar o trecho: “[...] formar cidadãos críticos e capazes de influenciar e promover mudanças. Como fazer isso num país como o Brasil, **onde grande parte da população tem preocupações mais urgentes que aprender, como comer e morar?**” (JARA, s.d., apud CIAVATTA, 2014, p.188, grifo nosso). A educação, nesse contexto dual, distancia-se da politecnia, posto que:

As condições de vida são adversas, as relações de trabalho são dominadas pelo poder hegemônico do capital, a educação não está universalizada em acesso e em qualidade para toda a população; a ideologização crescente da educação subsumida ao consumo e ao mercado de trabalho torna ambíguo o conceito de qualidade da educação, e é incipiente a participação da população na reivindicação de um sistema educacional público, gratuito e de qualidade para todos (CIAVATTA, 2014, p.197).

Nesta linha de raciocínio, questionou-se aos egressos se poderia haver uma contribuição da Política de Assistência Estudantil nas condições de dedicação destes discentes de modo exclusivo aos estudos, sem que houvesse uma maior necessidade de realizar atividades geradoras de renda. Assim, os resultados refletidos no gráfico a seguir referem-se à pergunta “Na sua percepção, com os programas da Assistência Estudantil você possuiu melhores condições para apenas estudar?”.

**GRÁFICO 8** – O olhar dos discentes egressos sobre a contribuição da AE na dedicação aos estudos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Percebe-se um fator positivo para a política de Assistência Estudantil, visto que 92% destes discentes afirmaram concordar com uma melhoria nas condições de dedicação aos estudos com as ações da política. Esta contribuição poderia estar relacionada ao fato de 32% da amostra ter afirmado estudar de modo exclusivo, demonstrado na pergunta anterior? Poderia ter sido a Assistência Estudantil a motivação para que parcela dos estudantes pudessem estudar sem necessitar realizar atividades geradoras de renda? Caso afirmativo, por que não houve esta possibilidade para os discentes, também beneficiados pela política, que necessitaram realizar este tipo de atividade? São reflexões e questionamentos que possibilitam subsidiar investigações direcionadas a um aprofundamento no campo da contribuição da Assistência Estudantil para o desempenho escolar de seus beneficiários.

Por fim, pode-se vislumbrar, no quadro adiante, demais considerações relevantes dos discentes egressos quanto às suas vivências como beneficiários da Assistência Estudantil, onde há uma demonstração clara de como esta política pode favorecer a trajetória estudantil de estudantes de baixa renda.

#### QUADRO 4 – Influência da Assistência Estudantil na trajetória escolar.

| INFLUÊNCIA DA AE NA TRAJETÓRIA ESCOLAR   |
|--|
| <i>Me incentivando a continuar na escola (Eg. 02).</i>   |
| <i>Em poder ficar no IF pra almoçar entre os dois horários e não precisar voltar em casa, porque seria muito desgastante e talvez eu nem conseguisse voltar a tempo. Também me ajudou a não voltar a pé pra casa tarde da noite (Eg.07).</i> |

|   |
|---|
| <i>Possibilitando que minha mente estivesse 100% disponível para os estudos, sem me preocupar tanto com alimentação ou transporte (Eg.09).</i>  |
| <i>O auxílio permitia que eu tinha acesso a algumas coisas que normalmente não teria E algumas facilidades que geraram conforto e melhores condições de comodidade que ajudaram a ter uma tranquilidade maior para estudar (Eg.12).</i>   |
| <i>Amplamente, pois pude me dedicar a estudar os três turnos no IF com o objetivo de treinar para olimpíadas de matemática (Eg.13).</i>   |
| <i>Ajudaram muito, porém, quando o refeitório foi inaugurado, houve problemas com alimentação já que não como carne por motivos filosóficos-religiosos, e todos os dias quase todas as partes da refeição continham esse alimento. Então minha dieta ficava incompleta (Eg.17).</i> |
| <i>Tive condições de comprar um notebook e materiais necessários para estudos (Eg.19).</i>  |
| <i>Completamente positivo, sem ele eu não teria condições, a partir da renda que tenho, de bancar todas as passagens de ônibus durante o mês (Eg.21).</i>   |
| <i>Por não precisar me preocupar se teria como almoçar no outro dia, meu tempo era mais destinado aos estudos (Eg.22).</i>  |
| <i>Me proporcionaram o transporte, conforto e boa alimentação (Eg.25).</i>  |

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A partir destes relatos, pode-se afirmar que a Assistência Estudantil contribuiu para os estudos dos jovens em diversos aspectos, como a possibilidade de melhor gerenciamento de tempo, dedicação aos estudos com maior tranquilidade, conforto e comodidade. Houve, deste modo, uma ratificação da importância da política para o percurso acadêmico desses estudantes, que, a partir dos programas, puderam prosseguir seus estudos com maior tranquilidade, sem maiores preocupações com fatores como, por exemplo, alimentação e transporte.

De acordo com Vasconcelos (2010), a assistência estudantil é um mecanismo de direito social que objetiva prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, possibilitando que o discente obtenha um bom desempenho curricular. Deste modo, para que os alunos possam se desenvolver plenamente na vida acadêmica, é necessário associar uma qualidade do ensino a uma política efetiva de assistência, afirmando-se que:

[...] é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então obrigado a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional (VASCONCELOS, 2010, p.614).

Ao compreender que há uma série de obstáculos que o jovem inserido em um contexto vulnerável socioeconomicamente está predisposto a enfrentar para conseguir permanecer

estudando, reconhece-se que uma rede de apoio centrada no auxílio do enfrentamento dessas adversidades pode mostrar-se decisiva no trajeto estudantil desses estudantes. É evidente, contudo, que isto não abona ou retira desses estudantes os impactos e reflexos do contexto social e econômico o qual os cerca, visto que não pode incumbir-se a apenas uma política como a Assistência Estudantil, imersa em fragilidades e necessidades de melhorias, uma transposição de fatores que estão enraizados em uma sociedade desigual e dual.

Torna-se, pois, interessante refletir sobre o contexto que se encontra por trás das políticas públicas na sociedade capitalista, onde Spricigo e Silva (2016) afirmam que, nesses países, é natural o desenvolvimento de mecanismos de administração de crises, como a exemplo da criação de políticas, onde o programa de Assistência Estudantil assume características que vão ao encontro do sistema que retroalimenta o capital, acabando por ser transformada em mercadoria/produto com características próprias do capitalismo contemporâneo. Nesta perspectiva:

[...] a ajuda aparente do Programa PAEVS contribui para “maquiar” as mazelas sociais de parcela significativa de estudantes da instituição provenientes de realidades extremamente diversas, ocultando as profundas desigualdades sociais que adentram a instituição (SPRICIGO; SILVA, 2016, p.02).

A Assistência Estudantil assim, ao não realizar uma problematização da desigualdade estrutural presente na sociedade, caminha no sentido de retroalimentar o capital, visto que atua de modo emergencial. Existe, portanto, uma visão que obscurece a realidade ao caracterizá-la sempre como positiva. Neste sentido, ocorre um tratamento compensatório dos efeitos da pobreza que funciona como instrumento que dissocia as desigualdades sociais de seus determinantes estruturais (SPRICIGO; SILVA, 2016).

Concorda-se, após análise da literatura e percepção dos sujeitos envolvidos, com a ocorrência de uma minimização dos problemas resultantes das desigualdades sociais no âmbito educacional com a política, porém deve-se atentar-se para o fato de que:

[...] a igualdade substantiva e justiça social perpassam complexas determinações sociais envolvendo a relação Capital, Estado e Trabalho alienado presentes na sociedade, indo muito além das fronteiras institucionais (SPRICIGO; SILVA, p.13, 2016).

Os discentes continuam, deste modo, a sofrer os efeitos de pertencerem à classe proletária, contudo, a Política de Assistência Estudantil, na percepção dos atores envolvidos na presente pesquisa, vem a proporcionar-lhes melhorias nas condições de permanência, ao tempo em que possibilita certa tranquilidade, conforto e acolhimento, visto que os mesmos passam a contar com ajudas de custo para auxiliá-los nos gastos essenciais de sua

escolarização, bem como com ações que possibilitam ao discente uma proteção de equipe da saúde, pedagógica, acessibilidade e inclusão, dentre outras.

Vislumbra-se assim, que a desigualdade social e a pobreza se fazem presentes no processo educacional, gerando contratempos para os educandos oriundos de uma classe social menos favorecida e incidindo em sua permanência escolar, o que torna indispensável a existência de políticas públicas como a Assistência Estudantil, para auxiliar na garantia da participação destes discentes na distribuição do conhecimento socialmente produzido. Contudo, a política não garante uma igualdade efetiva para permanência e acesso à educação, visto que há uma contínua retroalimentação das desigualdades sociais pelo sistema, o que torna a assistência estudantil limitada a essa condição estrutural enraizada na dinâmica social e econômica e que configura uma complexidade que, para ser superada, necessita ir muito além de uma política social.

#### 4.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA DISCENTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Nesta subseção, aborda-se a categoria **Educação Financeira**, discutindo questões relativas à administração pessoal dos recursos dos discentes, objetivando conhecer a capacidade de o aluno gerir o dinheiro próprio e o advindo da Assistência Estudantil, assim como identificar a necessidade da oferta de educação financeira a estes discentes para o manuseio do dinheiro próprio, incluindo os advindos de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil do IFPB abrange diversas áreas, sendo alguns programas materializados pela oferta de serviços, e outros por meio de transferência de uma quantia em espécie para a conta bancária do aluno. Estes programas consistem em ajudas de custo nas áreas de transporte, moradia e, mais recentemente, na permanência estudantil, como exposto anteriormente.

Como já relatado, os alunos do Ensino Médio Integrado são jovens que ingressam na instituição por volta de 15 anos de idade. São adolescentes, oriundos de classes menos favorecidas, que, historicamente, não possuem uma cultura de educação financeira, tanto no lar, quanto na rede pública de ensino. Referente a este preocupante cenário, o Banco Central do Brasil (BCB) alerta que:

Infelizmente, não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Para agravar essa situação, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno do



tema. Nas escolas, pouco ou nada é falado sobre o assunto [...] Similar problema é encontrado nas famílias, onde não há o hábito de reunir os membros para discutir e elaborar um orçamento familiar. [...] Enfim, embora todos lidem diariamente com dinheiro, poucos se dedicam a gerir melhor seus recursos (BCB, 2013, p.11).

Esta realidade de falta de planejamento financeiro nas famílias brasileiras evidencia a necessidade do desenvolvimento de estratégias de Educação Financeira para a população, posto que o que se pretende com isso é evitar, dentre outros fatores, o superendividamento provocado pelo consumismo desenfreado (CAMPOS; TEIXEIRA; COUTINHO, 2015).

Defende-se aqui, de forma mais ampla, uma educação financeira crítica que venha a contribuir com a formação integral do sujeito, de modo a favorecer, ainda que minimamente, a transformação da realidade dos mesmos. Concorde-se, pois, com a visão de Batista (2019), que compreende que a educação financeira pode (e deve) ser trabalhada como prática pedagógica integradora no contexto do Ensino Médio Integrado, visto que possibilita a construção de uma autonomia dos sujeitos, contribuindo para a formação dos cidadãos e podendo ainda possibilitar conhecimentos importantes para o campo da educação profissional. Nesta abordagem, a educação financeira seria desenvolvida visando possibilitar um conhecimento da sociedade de consumo.

[...] a educação financeira pode ser desenvolvida nessa modalidade de ensino como uma prática pedagógica integradora, procurando articular princípios orientadores do Ensino Médio Integrado, tais como a busca de uma formação ampla, crítica e emancipadora do trabalhador, bem como a inter-relação entre trabalho, ciência e cultura e a pesquisa como princípio pedagógico [...] (BATISTA, 2019, p. 103).

Compreendendo a relevância da administração correta do dinheiro, solicitou-se às percepções das assistentes sociais quanto à interferência do modo de gerir os recursos próprios, por parte dos discentes, no sucesso da política, visto que ambas concordam que esta relação existe. Afirmaram, pois, que “[...] *principalmente se os recursos ofertados pelos programas não forem utilizados conforme o que se preconiza nos seus objetivos.*” (A.S2), e “*Na medida em que alguns alunos eles não administram os recursos repassados da forma certa, isso gera um descontentamento com a política. Em grande parte, nós notamos também que falta o devido acompanhamento por parte da família.*” (A.S1).

Com isto, nota-se que a percepção do Serviço Social do *campus* é de que a administração dos recursos pessoais interfere no alcance dos objetivos da política, podendo ser um ponto que favorece o descontentamento do discente com os valores repassados pelos programas se não for realizado de modo correto. Aponta-se ainda um não acompanhamento dos familiares na administração destes recursos, o que pode favorecer uma gerência incorreta por parte dos alunos. Os beneficiários podem também, conforme uma das entrevistadas,

utilizar o auxílio destinado a determinada despesa para outras finalidades, comprometendo seu orçamento, visto que aquela prioridade específica pode ficar descoberta.

O fato de que o descontentamento do discente com os valores repassados por meio dos programas pode estar relacionado à má administração pessoal dos recursos, como abordados pelas profissionais, não fica evidenciado na perspectiva dos discentes egressos, que, conforme subseções anteriores, reforçam a insatisfação com a limitação dos valores repassados por meio dos programas, e não com a forma de geri-los. Contudo, compreende-se que a educação financeira, ao prepará-los para lidar corretamente com estas quantias, pode ser um agregador de grande valia para a tomada de decisão relativa a finanças.

Campos, Teixeira e Coutinho (2015) demonstram uma série de objetivos importantes à efetivação da educação financeira, estando, dentre eles, a utilização dos recursos de forma consciente e com sabedoria, com a compreensão da importância das vantagens de planejar e acompanhar o seu orçamento com vistas à organização de uma boa gestão financeira pessoal, o que pode contribuir com a otimização da administração dos recursos da política por parte dos discentes beneficiários.

As Assistentes Sociais, questionadas se a oferta de educação financeira a estes discentes poderia contribuir para o êxito da assistência estudantil, afirmaram que sim, conforme as falas destacadas a seguir: *“Contribuiria sim, eu acho bem pertinente.”* (A.S1) e *“[...] acredito que iria contribuir para que o discente passe a valorizar mais e administrar melhor o recurso ou atendimento recebido. Além de favorecer ainda pra um melhor conhecimento da temática.”* (A.S2). Há uma concordância de ambas quanto à relevância da temática para os jovens beneficiários de Assistência Estudantil, de modo a prepará-los para uma administração consciente de seus recursos pessoais, incluindo os provenientes da política.

A valorização também de atendimentos recebidos por meio de serviços ofertados pela Assistência Estudantil, apontado na fala da A.S2, é um ponto a ser considerado, dado que o fornecimento de alimentação pelo restaurante estudantil e os atendimentos médico, psicológico e odontológico, dentre outros atendimentos, contribuem para o orçamento discente, uma vez que são ofertados de forma gratuita pela instituição. Gastos nas referidas áreas são considerados necessários e imprescindíveis, na medida em que estão ligados às necessidades que independem de nossa vontade, conforme o Banco Central do Brasil (2013).

Contudo, apesar de haver a concordância da importância de trabalhar a temática com os beneficiários da Assistência Estudantil por parte das profissionais, 20 (80%) dos egressos respondentes afirmaram que não receberam nenhum preparo para o manuseio do recurso advindo da política, 4 (16%) não souberam responder, e apenas 1 (4%) afirmou que recebeu. Há, portanto, e de acordo com a vivência da maioria dos sujeitos, uma lacuna existente no ambiente escolar quanto à educação financeira, apesar de sua necessidade e importância para este público.

Andrade e Teixeira (2017), ao analisar o relatório da comissão para definição da classe média no Brasil, relatam que o mesmo utiliza uma avaliação de vulnerabilidade sob a ótica da capacidade de planejar e desenhar o futuro. Conforme os mesmos, o documento:

Argumentou que uma população vulnerável adota estratégias imediatistas; enquanto as famílias com capacidade de imaginar e planejar o futuro, assim como de realizar investimentos e tomar atitudes concretas dirigidas à construção desse futuro, caracterizam o afastamento da zona de vulnerabilidade. Nesta perspectiva, pode-se concluir que os serviços de apoio e as políticas de inclusão social e assistência estudantil devem promover condições ao estudante de pensar sua identidade pessoal/profissional e auxiliar no desenvolvimento de sua capacidade de imaginar e planejar seu futuro, **atendendo suas necessidades básicas e permitindo estabelecer planos a médio/longo prazos congruentes com sua realidade, com vistas a tirá-lo da zona de vulnerabilidade** (ANDRADE E TEIXEIRA, 2017, p.524, grifo nosso).

Nesta linha de raciocínio, na qual a assistência estudantil, assim como demais políticas, deve contribuir com o desenvolvimento pessoal visando, inclusive, a um planejamento futuro para possível saída da zona de vulnerabilidade, depreende-se que a educação financeira trabalhada com estes discentes pode corroborar este processo, dado que possui potencial de promover uma consciência crítica que permite este planejamento voltado para o futuro.

É inegável que o planejamento, nesses casos em que, por vezes, falta o essencial para a sobrevivência presente, torna-se complexo. Contudo, a educação integrada, ao propor uma formação humana em que se busca, conforme Ciavatta (2005), a garantia de que o discente possa acessar uma formação completa para leitura do mundo e sua atuação como cidadão, integrando-se dignamente à sociedade, isto a partir de um conhecimento crítico nas diversas áreas da sociedade, deve ainda fornecer subsídios para que o discente compreenda as questões financeiras próprias, bem como o contexto no qual se encontra inserido, proporcionando-lhe conhecimentos básicos de como planejar em longo prazo, assim que sua vida financeira torne esta realidade possível.

Indagou-se, pois, a estes discentes egressos, quanto à percepção dos mesmos referente a sua forma de gerir o dinheiro próprio: 16 (64%) afirmaram serem poupadores; 7 (28%), meio termo, e 2 (8%), consumistas. Esta maioria autointitulada como poupadora pode ser decorrente do fato de que os valores dos auxílios são considerados baixos, quando levados em consideração fatores como o salário-mínimo e os valores das passagens de ônibus da região, o que leva o jovem, de certo modo, a poupar, ainda que obrigatoriamente, pois, caso isto não seja feito, não haveria uma suficiência do dinheiro para todo o mês, como afirma um dos participantes da pesquisa: *“Bom, eu sabia que se eu gastasse mais do que podia, o dinheiro não duraria para o mês todo, então eu poupava”* (Eg.08).

Na perspectiva de Teixeira (2016), despertar a consciência crítico-reflexiva destes jovens referente ao valor do dinheiro é de extrema relevância, dadas as dificuldades para gerir o orçamento pessoal e familiar, em especial, quando os recursos financeiros são limitados, como no caso dos valores dos auxílios da assistência estudantil. Conforme o autor, a educação financeira propicia um fortalecimento da democracia, com a formação de valores atitudinais críticos nos cidadãos e alargando, deste modo, os horizontes dos discentes e de suas famílias, com o propósito de os prepararem para identificar saídas possíveis em suas tomadas de decisões.

Bauman (2008), ao debater sobre o preocupante fenômeno do consumismo, afirma que, na sociedade de consumidores, a característica que se ressalta, ainda que disfarçadamente, é a transformação dos consumidores em mercadorias, situação em que o que alimenta o desejo de consumir gira em torno da necessidade “[...] de se tornar uma mercadoria notável, notada e cobiçada, uma mercadoria comentada, que se destaca da massa de mercadorias, impossível de ser ignorada, ridicularizada ou rejeitada.” (Idem., 2008, p.22).

Tal compreensão do autor reflete a configuração da sociedade moderna onde há a necessidade de sempre estar em movimento, o que significa nunca estar satisfeito, visto que o movimento relaciona-se com a inquietude de consumir de modo constante uma mercadoria que se torna volátil e descartável. Estar satisfeito, nesta sociedade, refere-se a permanecer estagnado, não consumindo, ato que é desencorajado por setores como a mídia, a moda, dentre outros. Neste sentido, o indivíduo torna-se mercadoria, numa busca incessante por ser valorizado, notado e cultuado (BAUMAN, 2008).

A parcela minoritária dos egressos (8% da amostra) que se autodenominou como consumista, por ser ainda grupo inserido em classe social menos favorecida e,

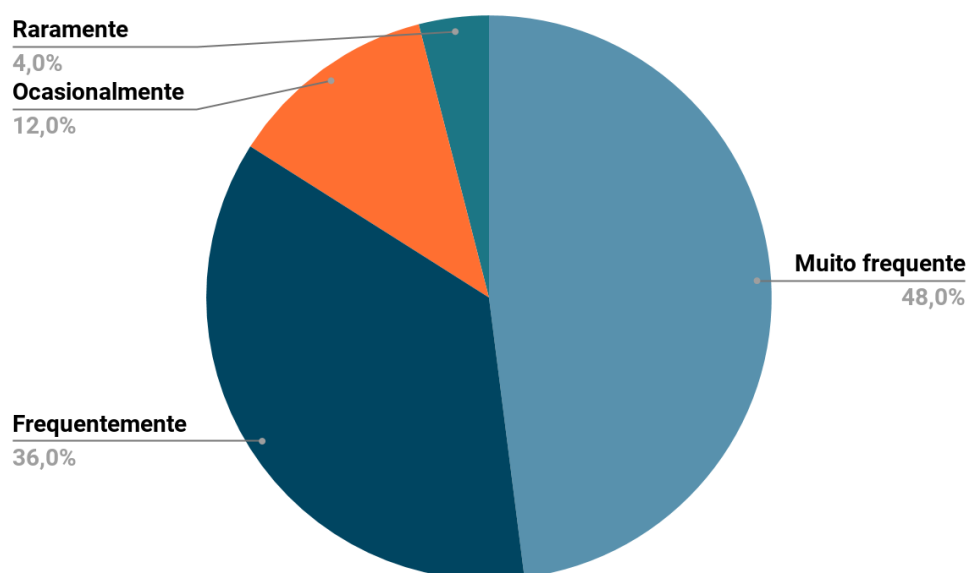
consequentemente, não possuindo um poder de compra elevado, não pode ser equiparado a um consumista, tal qual uma pessoa de classe abastada seria. Entretanto, o consumismo, nesta parcela da população pobre, pode ser preocupante na medida em que vai muito além de, de fato, consumir:

A experiência do consumismo para quem é pobre é muito mais intensa, e até posso dizer, muito mais cruel. A publicidade influencia de maneira triste quem não pode comprar. A mensagem da mídia e propaganda é clara: ‘você precisa disso, compre e seja feliz’; se você não pode comprar algo que ‘precisa’, você nitidamente não será feliz (MIRANDA, 2017, p.02).

Ou seja, o fenômeno do consumismo pode ir além do fato de comprar de modo demasiado, envolvendo pessoas que não possuem condições para isto em um conflito de “querer”, “necessitar” e “poder adquirir” por meio de uma rede influenciadora de publicidade. Situações como estas devem ser trabalhadas nos alunos para que os mesmos compreendam o contexto que envolve tais situações e não se tornem vítimas desta rede influenciadora.

O planejamento de gastos é uma ferramenta indispensável para a boa administração dos recursos próprios, de acordo com a literatura utilizada, pois proporciona o desenvolvimento de uma relação equilibrada com o dinheiro. Com este entendimento, investigou-se a frequência com que os jovens discentes egressos planejam e organizam suas finanças, obtendo os seguintes percentuais:

**GRÁFICO 9** – Frequência de planejamento financeiro dos discentes egressos.



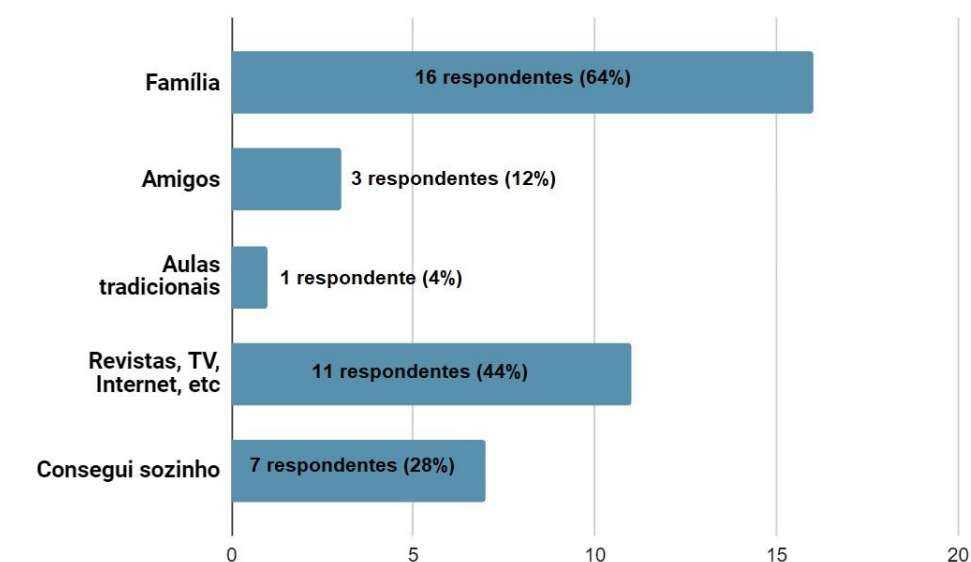
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nota-se, deste modo, que 21 jovens, estimados em 84% da amostra, realizam o planejamento mensal dos gastos de modo frequente, 3 (12%) afirmam que o fazem apenas de

modo ocasional, e apenas 1 (4%) discente egresso revelou que realiza raramente. Conforme o BCB (2013), o orçamento, ferramenta de planejamento financeiro pessoal, contribui para a realização de projetos, à proporção que permite o conhecimento da realidade financeira pessoal e familiar; a escolha de projetos; a definição de prioridades; a administração de imprevistos; a organização da vida financeira e patrimonial; dentre outros aspectos. Neste ponto, verifica-se a existência de um percentual maior de sujeitos que realizam o planejamento do seu dinheiro, demonstrando a presença de uma consciência da importância dele, ainda que se presuma que isto se deva à real necessidade.

O conhecimento de como gerir o dinheiro, assim como os diversos tipos de conhecimentos, pode ser adquirido de inúmeras formas, como por meio familiar, de cursos, palestras, ferramentas tecnológicas, dentre outros. Questionou-se aos discentes egressos participantes da pesquisa, que, em sua maioria, auto intitulam-se como poupadores e planejadores, o modo pelo qual adquiriram seus conhecimentos de como gerir seu dinheiro, em uma questão de múltiplas respostas. Obtiveram-se, com isto, as seguintes respostas expressas no gráfico:

**GRÁFICO 10** – Forma de aquisição de conhecimentos dos discentes egressos sobre a EF.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Deste modo, observa-se que 16 (64%) dos discentes egressos assinalaram a opção que remete a familiares; 11 (44%), por meio de revistas, TV, internet e/ou rádio, etc.; 7 (28%) apontam aprendizado autônomo; 3 (12%), a amigos, e apenas 1 (4%) marcou a alternativa de aulas tradicionais. Logo, constata-se uma prevalência de jovens que afirmam ter adquirido o

conhecimento para gerir seus recursos próprios por meio da família e meios alternativos que envolvem tecnologia.

Para Minuchin (1999), a família pode ser considerada como um ambiente ideal para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, sendo nela que os indivíduos encontram referências para o aprendizado, podendo perpetuar modelos transmitidos de geração em geração. Logo, pode-se inferir que há uma influência existente entre os membros familiares, não sendo diferente quando a questão é finanças, onde, caso o comportamento financeiro da família não seja adequado, os problemas terão continuidade por meio dos filhos. Além disso, a socialização por meios de comunicação e amigos também pode influenciar fortemente o desenvolvimento financeiro dos adolescentes (Bowen, 2002).

Ratifica-se aqui a lacuna existente no ambiente escolar sobre a educação financeira, que acaba por evidenciar um distanciamento desta temática nas salas de aulas, ficando este conhecimento tão necessário para o exercício da cidadania, alheio a outros meios, também relevantes, mas que necessita estar presente no ambiente escolar, ainda mais em uma instituição que valoriza uma formação humana integral e omnilateral como o IFPB.

Quanto às dificuldades que, porventura, estes discentes poderiam ter enfrentado na administração de seus recursos, realizou-se o seguinte questionamento: “Você enfrentou alguma dificuldade em administrar os recursos advindos do programa de assistência estudantil, quando aluno do IFPB?”, questionamento para o qual 21 (84%) discentes egressos afirmaram não ter tido dificuldades, e apenas 4 (16%) relataram que sim.

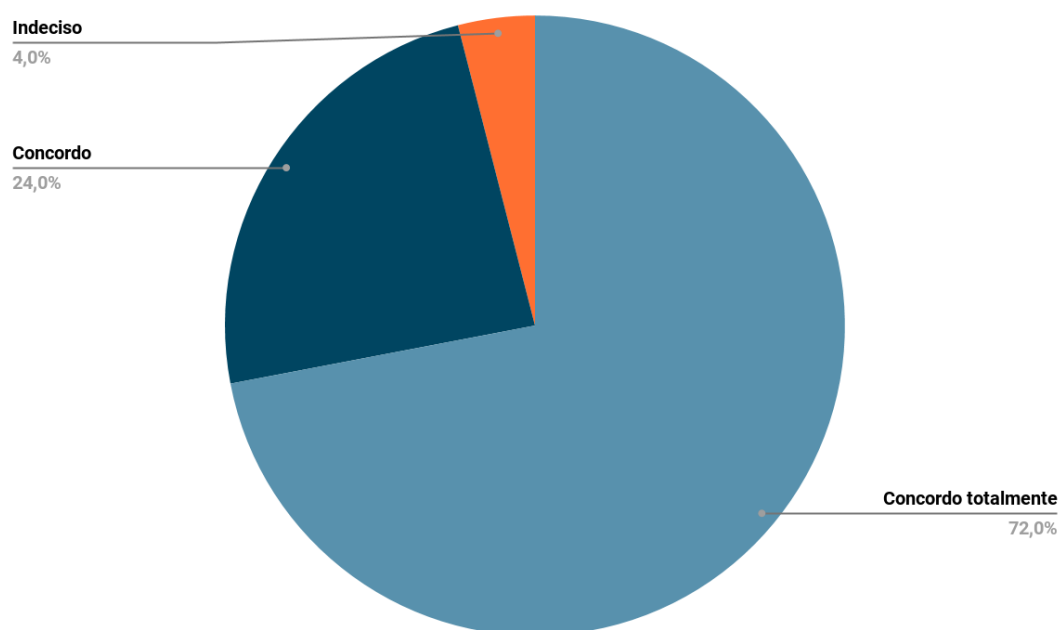
Estas dificuldades enfrentadas por alguns jovens em grande parte giravam em torno do valor limitado dos recursos, como fica evidente nas falas: “*O dinheiro era pouco para as despesas*” (Eg.12) e “*Com o aumento do preço da passagem de ônibus, tive que complementar os gastos do auxílio com renda familiar.*” (Eg.18). Um discente ainda relatou que, por ser a primeira vez em contato com um auxílio, teve algumas dificuldades nos primeiros meses, mas que, com a experiência própria, conseguiu administrar o dinheiro gradativamente melhor: “*No início eu nunca tinha recebido nenhum tipo de auxílio na minha vida então a primeira vez foi uma coisa que eu não sabia gerir de jeito nenhum a partir do terceiro mês que comecei a me planejar e administrar o dinheiro*” (Eg.25).

Visando conhecer como estes discentes egressos que, na atualidade, integram sujeitos em idade laboral e com formação mínima técnica de nível médio, sentem-se com relação a seu modo de administrar seus recursos pessoais, questionou-se: “Hoje, como você se sente

com relação a seus conhecimentos para gerenciar seu dinheiro?”. Com isso, 11 sujeitos (44% da amostra) afirmaram sentir-se muito seguros, 11 (44%), razoavelmente seguros, e 3 revelaram sentir-se não muito seguros.

Assim sendo, indagou-se os mesmos quanto às suas visões relativas à contribuição da educação financeira para o auxílio na administração de recursos pessoais dos discentes, incluindo os advindos da Assistência Estudantil. Os resultados obtidos podem ser vislumbrados no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 11** – Visão dos egressos sobre a contribuição da EF na administração dos recursos.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ocorreu, portanto, uma concordância majoritária dos sujeitos quanto à relevância da temática para os discentes do instituto, tendo 24 (96%) dos integrantes da amostra reconhecido essa importância, e apenas um discente (4%) mostrou-se indeciso. Não houve discordância na percepção dos mesmos quanto à contribuição da educação financeira, sendo este fato ainda ressaltado em alguns relatos, como “*Creio que se os alunos tivessem esse tipo de preparo, até mesmo sobre investimentos seria proveitoso para a saúde financeira dos alunos.*”(Eg.18); “*Acredito que a educação financeira é fundamental para formação humana integral*” (Eg.22) e ainda



*Com essa ajuda a administração do auxílio, nós alunos poderíamos saber lidar com o dinheiro ao longo do mês, e também, os responsáveis por esse setor poderiam entender nossas situações acerca da grande e necessária utilização desse dinheiro (Eg.24).*

No tocante à abordagem da temática, os discentes egressos afirmaram que seria interessante uma apresentação dos conteúdos de forma intuitiva, lúdica, que levasse em consideração os acontecimentos do cotidiano, aproximando os conhecimentos teóricos da realidade prática dos discentes. Sobre o modo como esse conhecimento poderia ser ofertado, houve uma variação nas respostas dos pesquisados, ressaltando-se desde uma disciplina incluída na grade curricular, palestras, oferta de livros, minicursos, *networking*, cursos presenciais, até uma plataforma com videoaulas e exercícios.

Contudo, o fator “falta de tempo” ainda foi apontado entre as respostas: *“Acho que mini curso pequenos cursos de educação financeira não obrigatórios seriam ótimos, ou qualquer outro meio facultativo que não fosse obrigatório se for algo obrigatória mts não teriam interesse seria só um peso a mais”*(Eg.19), indo ao encontro do relato de uma Assistente Social que ressaltou a existência de sobrecarga de aulas e conteúdos que, de certo modo, dificulta a procura dos discentes a conhecimentos e atividades extra-classe.

Tomando isso como base e subsídio para o produto educacional elaborado, optou-se pela construção de um material instrucional ofertado com o auxílio da tecnologia, de modo que estes discentes possam acessar o conteúdo na hora e local que lhes forem mais convenientes. Atentou-se ainda, na seleção de conteúdos ofertados pelo produto, para opiniões dos discentes egressos que destacaram questões como *“Importância de poupar, como poupar, quando disponível: como investir.”* (Eg.03); *“De maneira que auxiliasse os alunos a gerir o próprio dinheiro, tendo em vista as condições de cada um”*(Eg.10); *“Englobando o maior número possível de situações do mundo real. Exemplos são sempre mais intuitivos que aulas puramente técnicas”* (Eg.15) e

*Que as pessoas aprendam a ter bom senso com o seu dinheiro, aprendam a não comprar mais do que podem pagar, também sobre aprenderem a poupar, que nem toda a sua renda mensal deve ir parar no famoso "cartão de crédito", aprender a comprar o que é importante e necessário (Eg.22).*

O olhar para as questões financeiras de modo crítico, defendido aqui para os jovens beneficiários da Assistência Estudantil, é ainda abordado por Freitas e Rosa (2019), ao afirmarem que é possível aplicar este tipo de conhecimento para a superação dos problemas sociais, inclusive, relacionando-o com a teoria da tecnologia social em diversos aspectos, como no atendimento das necessidades sociais, na participação efetiva do indivíduo no

desenvolvimento ou aplicação da solução tecnológica, na relevância do contexto social em que o indivíduo está inserido, sempre enfatizando a transformação social, a busca pela emancipação social, dentre outros fatores.

Em suma, por meio da relação observada entre a Teoria da TS, cujo conhecimento tem a finalidade de buscar soluções para as demandas sociais e a EF em seu papel social como ferramenta para a redução da desigualdade social é notório a aderência entre esses dois construtos, uma vez que os dois visam o bem-estar social e podem ser trabalhados de forma concomitantes (FREITAS; ROSA, 2019, p.105).

A educação financeira abordada de modo crítico pode instigar o discente a questionar, problematizar e debater questões que envolvem a economia, de um ponto de vista social e mais humanizado. Os jovens, a partir disso, podem conscientizar-se quanto aos impactos para a sociedade dos seus atos financeiros. Por exemplo, ao discutir questões, como o impacto da reciclagem ou do racionamento de água para suas finanças e para o meio ambiente, objetiva fazê-lo repensar suas ações consumistas e compreender, ainda que de modo superficial e básico, a existência de um emaranhado de inter-relações existentes na sociedade capitalista.

Uma compreensão com olhar abrangente, e não centrado apenas em juros, taxas, e produtos financeiros (Educação Financeira, defendida pelas instituições financeiras), possui total afinidade com o que é proposto na Educação Profissional e Tecnológica, modalidade esta que defende uma educação voltada a uma formação humana integral, politécnica e emancipadora, pretendendo-se que o discente, ao concluir seus estudos, possua capacidade de desenvolver sua cidadania e participação plena na sociedade.

Destarte, pode-se afirmar, a partir dos relatos dos atores sociais envolvidos, que a Educação Financeira poderá contribuir para os beneficiários da Assistência Estudantil na administração pessoal dos recursos financeiros destes jovens, pretendendo-se prepará-los para lidar de modo crítico com as questões financeiras que venham deparar-se, trazendo, em segundo plano, consequências para a Política de Assistência Estudantil, visto que terão condições de tomar decisões acertadas referentes ao uso dos valores obtidos por meio dos programas, e para as demais fases de sua vida.

## **5 PRODUTO EDUCACIONAL: “DÁ PRO GASTO!”, DESCOMPLICANDO O SEU BOLSO**

### **5.1 MÍDIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO**

Estas tecnologias encontram-se em constante evolução, visto seu caráter mutável, o que exige da população constante desenvolvimento de competências para seu manuseio. Na educação, o impacto destas tecnologias é significativo, posto que os sistemas tradicionais de ensino perdem o monopólio da informação, deixando de ser a única fonte de conhecimento. Houve, em consequência disto, a criação de uma nova forma de interação, uma consequente reconstrução do ensino-aprendizagem com a mediação por meio da base tecnológica, em que os meios de comunicação (mídias) possibilitam informações acessíveis de forma rápida, podendo ser utilizadas na construção de novos saberes (FONFOCA, 2010, p.02).

Na educação, ao reconhecer o papel destes novos meios de comunicação, torna-se imprescindível uma adaptação a essas transformações tecnológicas rumo ao rompimento com modelos tradicionais. “Nesse sentido, os educadores precisam se apropriar de metodologias que desenvolvam no público discente a crítica relacional num universo audiovisual e virtual.” (FONFOCA, 2010, p.02). Todavia, Fonfoca (2010) aponta ainda a existência de dificuldades do sistema educativo tradicional em introduzir novas plataformas tecnológicas. Para ele, a educação brasileira não acompanhou a evolução destas tecnologias, visto que muitas escolas mantiveram modelos tradicionais de ensino com poucas mudanças, permanecendo, de certo modo, “engessadas” e “cristalizadas”.

De acordo com Tarouco e Abreu (2017), o advento das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) nos domicílios e demais espaços, proporcionou o enriquecimento da comunicação e do compartilhamento de conhecimentos por meio de ferramentas multimídias (combinação de textos, imagens, vídeos, etc.). As autoras trazem a reflexão de como a multimídia pode interferir no processo de aprendizagem, esclarecendo que, com tal suporte, a aprendizagem torna-se mais eficiente, ao passo que se baseia em informações verbais e visuais e não apenas verbais. Com isso, as metas almejadas com a utilização das TICs envolvem aumento da efetividade, eficiência e atratividade:

Na aprendizagem multimídia, o aprendiz atua como construtor do conhecimento, ao selecionar e conectar os elementos visuais e verbais. Seleção, organização e integração são três processos cognitivos necessários para que a aprendizagem com multimídia seja significativa (TAROUCO; ABREU, 2018, p. 25).

Neste sentido, as tecnologias e as competências digitais tornam-se relevantes e pertinentes no processo educacional, sendo fundamentais para uma educação atual plena, incentivando, inclusive, o estímulo à pesquisa. Um discente desconectado e sem habilidades digitais pode perder importantes chances de se informar, de acessar materiais educativos ricos, de se comunicar e expressar ideias (MORAN, 2018).

Estes espaços virtuais, “[...] além de serem ambientes virtuais para expor idéias, também são espaços para estabelecer contatos e podem ser utilizados como ferramenta de trabalho para professores e pesquisadores na troca de conhecimento” (FONFOCA, 2010, p.05). Diante disso, as mídias digitais acabam por se tornar um meio de democratização de conhecimento, pois direcionam de forma rápida a conteúdos, contatos com professores, alunos e pesquisadores.

[...] a história da educação nos meios de comunicação perpassa a educação formal (educação à distância, a utilização de multimeios no contexto sala), ela está presente continuamente na formação do sujeito que interage com os meios nas possibilidades cotidianas. As TIC apresentam uma importante mediação nos processos de aprendizagem, o “estar junto virtual” e aprendizagem autodirigida possuem papéis híbridos no face à face e na virtualização; sendo, portanto, possibilidades para melhorar a educação e o processo de ensino (FONFOCA, 2010, p.05).

Toda essa evolução ocorrida no âmbito tecnológico veio a contribuir “[...] para a construção de material instrucional para ensino à distância com características próprias, específicas para o aprendizado independente da orientação presencial de um professor.” (MOULIN; PEREIRA, 2003, p.01), e tais recursos podem ser utilizados como ferramentas úteis no desenvolvimento autônomo do aluno, tornando-o capaz de pensar, imaginar, criticar e criar por si mesmo (Idem, 2003). Conforme as autoras, os saberes e os recursos devem preocupar-se em conscientizar o aluno, permitindo que o mesmo elabore e utilize as informações acumuladas, o que exige operações mentais desenvolvidas que favorecem a autoaprendizagem.

O material instrucional no ensino à distância deve estimular o exercício de operações de pensamento lançando desafios para os alunos enfrentarem e solucionarem situações novas com imaginação, criatividade e iniciativa própria (MOULIN; PEREIRA, 2003, p.02).

De acordo com Lima e Capitão (2003), o *e-learning* explora o “aprender” e o “ensinar”, vindo a flexibilizar o acesso aos recursos de aprendizagem, implementar estratégias pedagógicas adequadas, ajudar o aprendizado apoiando-se em TICs mais recentes e eficazes e disponibilizando experiências com casos reais. É válido considerar a forma de interação no ensino a distância, pois, ao diferir do modelo processado no ensino presencial, os conteúdos

criados devem partir de pressupostos específicos e inerentes às características peculiares a que se propõem (LIMA; CAPITÃO, 2003, p.22).

De modo semelhante, Bica et al (2001) afirmam que, ao levar em consideração a dinamicidade do processo de ensino-aprendizagem, é necessário disponibilizar os recursos didáticos, considerando as peculiaridades do usuário, em especial, quando se utiliza o computador como mediador do a distância. Deve-se, deste modo, observar os seguintes pressupostos:

[...] (i) um ambiente de ensino pode influenciar um processo de aprendizagem, dependendo de como este ambiente favorece a aprendizagem de seus usuários; (ii) um ambiente de ensino, que ofereça o material instrucional levando em consideração as demandas instrucionais dos estilos cognitivos do público-alvo é, potencialmente, flexível à adaptação da instrução e, conseqüentemente, também é um facilitador/estimulador da aprendizagem; (iii) o oferecimento de material instrucional amplo e variado será um reforço para a atenção e na compreensão do aprendiz, facilitando, assim, a sua aprendizagem (BICA et al., 2001, p. 219).

Há, portanto, a compreensão de que o material instrucional utilizado com mediação tecnológica constitui-se como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, permitindo e favorecendo o estímulo e reforço da compreensão do assunto posto de forma flexível.

Pode-se inferir, então, que as TICs, com suas inúmeras vantagens, permitem, dentre outros fatores, uma maior conexão com a realidade contemporânea dos jovens, bem como com as transformações mundialmente ocorridas com o advento da telemática que devem ser consideradas no âmbito educacional e, em especial, na elaboração de recursos educativos como materiais instrucionais utilizados na educação a distância, tornando-se, assim, ferramentas valiosas para o compartilhamento de conhecimentos.

## 5.2 APRESENTAÇÃO DIDÁTICO-METODOLÓGICA DO *WEBSITE* “DÁ PRO GASTO!”

A Educação financeira, conforme afirma Campos (2013), compreende uma dimensão mais complexa que a matemática financeira, pois não se importa apenas com informações sobre taxas de juros, prestações, cartões, mas sim com o desenvolvimento de uma consciência crítica na tomada da decisão de consumo dos indivíduos-consumidores, compreendendo, portanto, uma prática social.

A Educação Financeira Crítica é uma temática bastante relevante para a formação da cidadania e precisa ser incentivada com o propósito de ser discutida com os alunos em sala de aula, [...] uma vez que se trata de uma temática relevante para o fortalecimento da democracia e para a formação de valores atitudinais críticos de todos os cidadãos (TEIXEIRA, 2016, p.165).

Após pesquisas em bancos de dados, constatou-se que não há estudos acadêmicos que relacionem a educação financeira a discentes do Ensino Médio Integrado beneficiários de assistência estudantil, apesar da relevância da temática para um bom gerenciamento dos recursos pessoais, incluindo os provenientes do programa.

O material instrucional produzido baseia-se em uma abordagem metodológica ativa de aprendizagem que enfatiza o papel protagonista do discente, estimulando seu envolvimento direto, participativo e reflexivo por mediação tecnológica (MORAN, 2018). De acordo com Moran (2018), é possível e conveniente priorizar a utilização de aplicativos e recursos gratuitos, *online*, colaborativos e sociais acompanhados de desafios, atividades, histórias e jogos que estimulem os discentes.

A combinação de metodologias ativas com tecnologias digitais móveis é hoje estratégia para a inovação pedagógica [...]. As tecnologias digitais diluem, ampliam e redefinem a troca entre espaços formais e informais por meio de redes sociais e ambientes abertos de compartilhamento e coautoria (MORAN, 2018, p.09).

É neste sentido que, valendo-se de recursos tecnológicos de modo a favorecer e facilitar a aprendizagem de educação financeira, foi desenvolvido um *website* educativo com noções de finanças pessoais destinado aos alunos da Educação Profissional e Tecnológica matriculados no Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico, em especial aqueles beneficiários da assistência estudantil. Todavia, apesar desta delimitação de público, a página da *web* permanece aberta a qualquer indivíduo que anseie por aprender um pouco mais sobre finanças, prezando pela democracia e socialização do conhecimento produzido e julgando o papel das mídias sociais no processo de multiplicação de informação.

Luvizotto, Fusco e Scanavacca (2010) afirmam que os *websites* constituem-se de recursos que possuem objetivos e funções específicas de acordo com sua finalidade. Há, deste modo, diversos tipos de *websites* educacionais, podendo ser direcionados a pesquisa, cursos, institucionais, disciplinas específicas e *frameworks* de aprendizagem. O *website* aqui desenvolvido enquadra-se, pois, na tipologia "disciplinas específicas", visto que apresenta conteúdos direcionados a assunto comum ao cotidiano do usuário. Conforme os autores, "[...] pode-se afirmar que o ato de buscar informação em *websites* educacionais pode ser entendido como um exercício de reconstrução subjetiva do conhecimento" (LUVIZOTTO; FUSCO; SCANAVACCA, 2010, p.36).

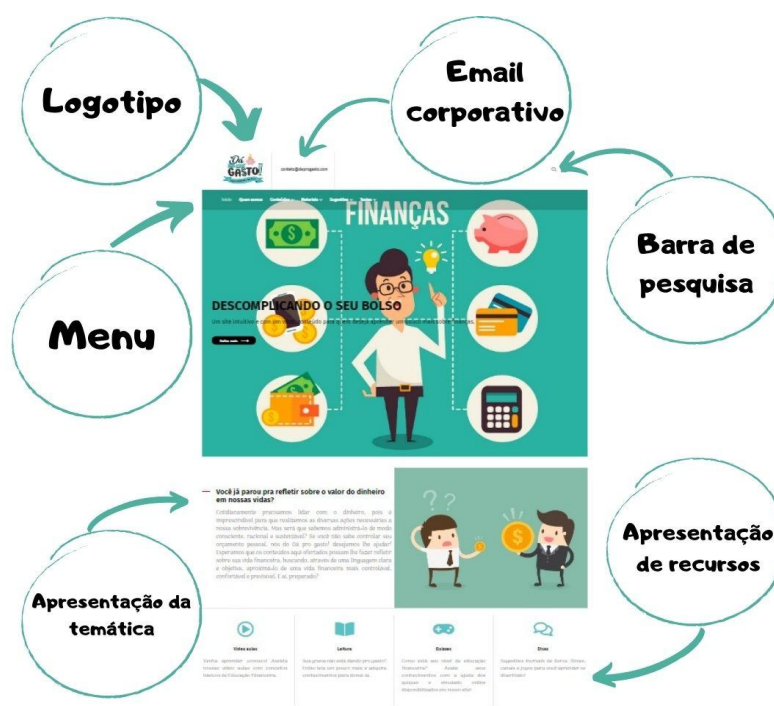
O *website* produzido intitula-se "Dá pro gasto!" e possui o *slogan* "Descomplicando o seu bolso" (domínio: [www.daprogasto.com](http://www.daprogasto.com)). Dispõe de caráter responsivo, permitindo a sua

adaptação a qualquer ferramenta que estiver sendo utilizada pelo usuário. Assim, o discente pode acessá-lo por meio de *smartphones*, *tablets*, *notebooks* ou computadores *desktops*, sendo os conteúdos exibidos da melhor maneira em qualquer dispositivo que esteja sendo utilizado.

O “Dá pro gasto!” busca utilizar situações práticas do dia a dia, demonstrando cenários onde a educação financeira insere-se, instigando reflexões nos leitores sobre o contexto social, econômico e ambiental de modo leve e descontraído. Baseou-se, pois, na perspectiva de Moran (2018), que afirma que a aprendizagem ativa mais relevante é a que se relaciona com a vida e projetos do discente, visto que, se o mesmo perceber que o que aprende o ajuda a viver melhor de alguma forma, ele tende a se envolver mais.

Adiante, observam-se imagens da página inicial do produto desenvolvido:

**FIGURA 1** – Página inicial do “Dá pro gasto!” (Parte 1).



Fonte: Elaboração própria (2021).

**FIGURA 2** – Página inicial do “Dá pro gasto!” (Parte 2).



Fonte: Elaboração própria (2021).

O material instrucional foi desenvolvido por meio do programa *Wordpress* – Sistema de Gestão de Conteúdo, plataforma de código aberto (*open source*). O *website* permite ao navegante um acesso livre, sem necessidade de cadastro, dispondo de orientações relativas a finanças pessoais por meio de conteúdos e recursos diversificados e organizados em um *layout* intuitivo de fácil manuseio.

Para melhor organizar os conteúdos, utilizou-se um menu com *drop down* (ou menu suspenso) vertical. Este tipo de menu permite que as páginas sejam agrupadas por níveis, onde, ao clicar em cada nível, há a abertura de novos menus. A vantagem de sua utilização é que, quando o mesmo encontra-se inativo, esconde as suas opções, o que gera uma economia de espaço na tela. A barra superior dispõe ainda de campo de pesquisa para facilitar a busca de conteúdos específicos dentro do *website*.

Deste modo, o menu está organizado conforme os níveis expressos no quadro que segue:

**QUADRO 5** – Organização do menu do *Website* “Dá pro gasto!”.

| Nível | Subnível | Descrição   |
|-------|----------|---|
|       |          | Direciona o usuário para a página inicial do <i>website</i> . Nesta seção |



|                                 |                            |   |
|---------------------------------|----------------------------|---|
| <b>Home</b>                     | -                          | há uma rápida apresentação do <i>website</i> e seus recursos de modo a atrair os discentes a sua navegação. Encontra-se ainda nesta página um jogo de caça-palavras, a rede social do produto educacional e link para o discente conhecer a Assistência Estudantil. |
| <b>Quem somos</b>               | -                          | Espaço direcionado para melhor apresentação do produto desenvolvido, origem, objetivo público-alvo, metodologia e recursos utilizados. Há nesta página campo para contato por meio do endereço de email corporativo do <i>website</i> .                             |
| <b>A Assistência Estudantil</b> | -                          | Página onde há uma rápida demonstração dos objetivos da política, programas ofertados e instrução para inscrição.   |
| <b>Conteúdos</b>                | Lição 1: Você e o dinheiro | Nível onde as lições estão alocadas. A organização é realizada por tema, onde no interior de cada nível há, além de texto e imagens, recursos variados como videoaulas, jogos, slides, flashcards e histórias em quadrinhos.  |
|                                 | Lição 2: Vamos planejar    |   |
|                                 | Lição 3: Crédito e dívida  |   |
|                                 | Lição 4: Empreendedorismo  |   |
| <b>Materiais</b>                | Livros                     | Disponibiliza para download e/ou utilização/leitura online, materiais educativos de livre distribuição objetivando proporcionar ao discente a possibilidade de aprofundamento na temática, se assim o desejar.  |
|                                 | Cartilhas                  |   |
|                                 | Planilhas                  |   |
|                                 | Histórias                  |   |
| <b>Sugestões</b>                | Filmes                     | Conta com sugestões de materiais complementares para contextualização da temática abordada e/ou aprofundamento dos estudos.   |
|                                 | Canais                     |   |
|                                 | Jogos                      |   |
|                                 | Livros                     |   |
| <b>Testes</b>                   | Quizzes                    | Nível elaborado visando alocar autotestes e formulário para avaliação da ferramenta <i>website</i> após sua aplicação.  |
|                                 | Simulado                   |   |
|                                 | Avaliação                  |   |

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Os conteúdos ofertados estão organizados por categorias, de modo que o discente, caso não pretenda acessar todos os conteúdos, possa escolher aquele o qual desejar, conforme

o Quadro 5. Contudo, trazem ainda uma sequência (expressas e numeradas como lições) para nortear o discente quanto à ordem lógica a seguir, exposta no Quadro 6.

**QUADRO 6** – Conteúdos ofertados no *website* “Dá pro gasto!”.

| <b>Categorias</b> | <b>Conteúdo</b>                | <b>Objetivo</b>   |
|-------------------|--------------------------------|---|
| 1                 | Assistência Estudantil         | Proporcionar aos discentes um conhecimento sobre a política, ao demonstrar seu objetivo, principais programas ofertados e modo de inscrição no SUAP. Pode ser acessada através do menu ou campo disponibilizado na página inicial do <i>website</i> .                     |
| 3                 | Você e o dinheiro<br>(Lição 1) | Proporcionar ao discente uma compreensão da relação cotidiana com seu dinheiro de modo que possam tomar atitudes conscientes na sua utilização. Trata sobre sonhos, desejos, necessidades, direitos, deveres, sustentabilidade financeira e consumo consciente.           |
| 4                 | Vamos planejar<br>(Lição 2)    | Demonstrar o orçamento como opção de planejamento financeiro pessoal. Trata sobre o controle financeiro visando despertar no discente uma consciência das vantagens de planejar o consumo apresentando ainda algumas estratégias utilizadas para atração de consumidores. |
| 5                 | Crédito e Dívida<br>(Lição 3)  | Apresentar ao discente as formas de crédito, conscientizando-o sobre as consequências de sua má utilização. Traz conceitos de matemática financeira, dicas para sair do endividamento e economizar.   |
| 6                 | Empreendedorismo<br>(Lição 4)  | Demonstrar ao discente conceitos básicos de empreendedorismo. Aborda habilidades para empreender, dicas de como iniciar, fatores que interferem nos negócios, dentre outras propostas.  |

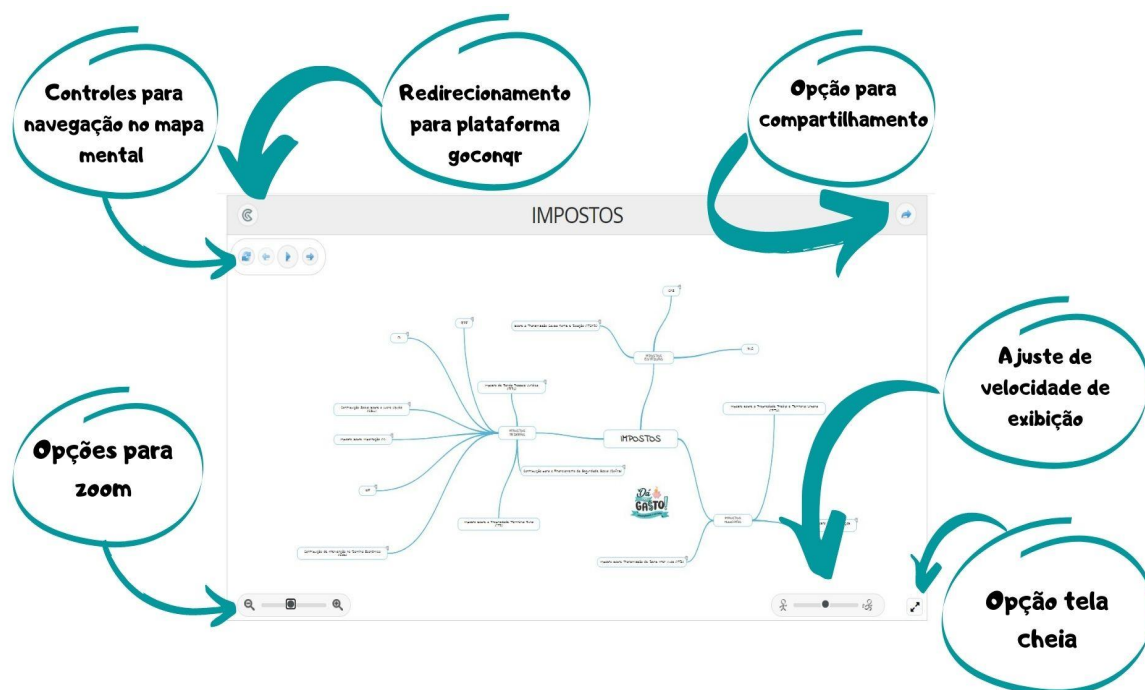
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As referidas lições não objetivam realizar um aprofundamento nos temas debatidos, visto que foram elaboradas visando demonstrar conceitos principais e essenciais de forma leve e objetiva, de modo a cumprir com as sugestões dos sujeitos da pesquisa que relataram uma escassez de tempo para estudar materiais extra-escolares.

Assim, buscando tornar o aprendizado dinâmico, o “Dá pro gasto!” conta com diversos recursos pedagógicos, e ferramentas educativas interativas e atraentes, sendo elas:

- **Mapas mentais:** Visando a uma melhor representação visual das informações, os mapas foram inseridos nas páginas de conteúdos “Você e o dinheiro” e “Empreendedorismo”. As ferramentas foram elaboradas por meio da plataforma de aprendizagem social *GoConqr*. O mesmo é estruturado conforme ilustrado na Figura 3, permitindo navegação, compartilhamento, leitura de notas explicativas e até acesso a videoaulas.

FIGURA 3 - Mapa mental do *website* “Dá pro gasto!”.



Fonte: Elaboração própria (2021).

- **Flashcards:** Ferramentas que colaboram para o aprendizado por meio da memória/fixação dos conteúdos. Elaborados por meio da plataforma *GoConqr*, permitem estudar, relembrar termos e acompanhar o processo de aprendizagem. Encontram-se inseridos nas abas de conteúdos “Empreendedorismo” e “Você e o dinheiro”. A apresentação do recurso pode ser vislumbrada na figura adiante, demonstrando as ferramentas para sua utilização.

FIGURA 4 - Flashcards “Direito do consumidor”.



Fonte: Elaboração própria (2021).

- Jogos Educativos:** Elaborados a partir da plataforma de criação de atividades educativas *Educaplay*, visando atrair, estimular e proporcionar aos alunos uma apreensão de conteúdos de modo divertida e interativa. O *website* conta com três jogos, sendo eles: um jogo de palavras cruzadas na *page* “vamos planejar” (jogo A), um caça-palavras na página inicial (jogo B) e um jogo de correspondência na página “empreendedorismo” (jogo C). Quanto à utilização de jogos no ambiente educacional, Mercado (2006, p. 81) explica que:

Os jogos online são ferramentas educacionais que divertem enquanto motivam, podem ser mais complexos e desafiadores que seus pares não computadorizados. Um só jogo pode servir como contexto para a aprendizagem de múltiplos conceitos e variadas habilidades, de natureza bastante sofisticada, tudo isso de maneira que o aluno dificilmente fica desmotivado no processo. Os jogos na internet ganham maior popularidade nas escolas, justamente por causa da capacidade de motivação, pois os professores encontraram nos jogos de computadores um poderoso motivador para o início do processo de ensino aprendizagem (Idem., 2006, p.81).

Os jogos elaborados e disponibilizados no produto educacional atuam como atividades *online* que testam os conhecimentos adquiridos nos conteúdos, bem como se constituem como passatempo para que o discente seja envolvido no ambiente virtual. Ambos os jogos são exibidos na figura a seguir:

FIGURA 5 - Jogos “Dá pro gasto!”



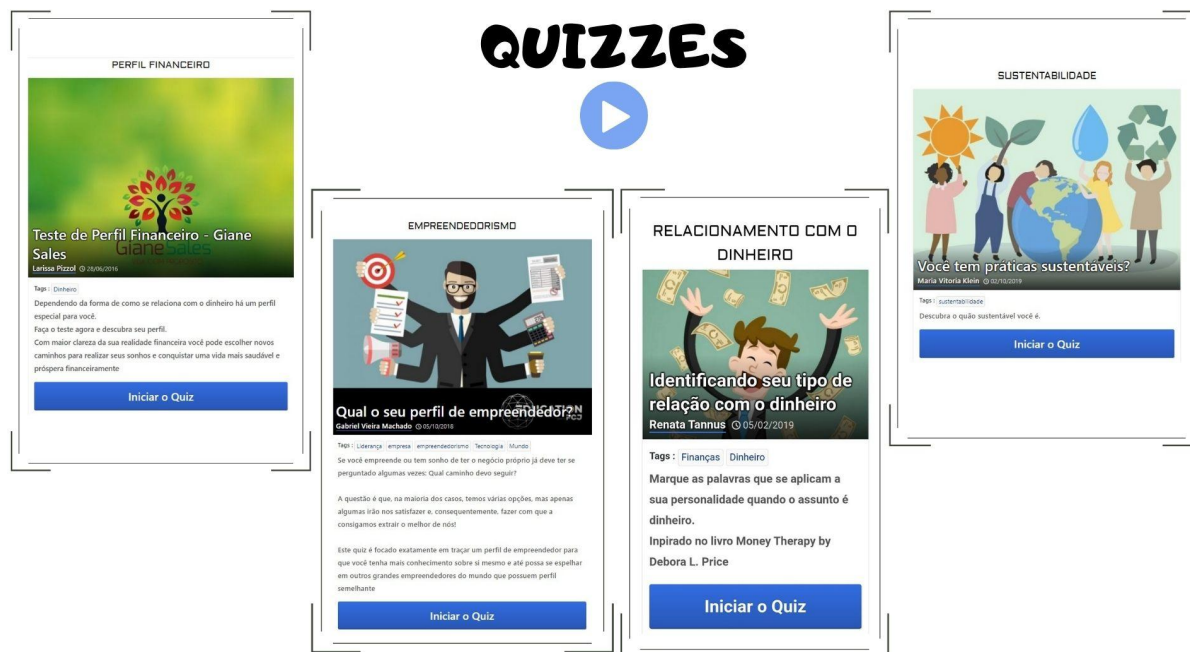
Fonte: Elaboração própria (2021).

- **Quiz:** Recurso pedagógico que, por possibilitar a ação e reflexão do aluno, torna-se um facilitador do processo de ensino-aprendizagem ao passo em que permite a construção de conhecimentos auxiliando a aprendizagem de maneira significativa e lúdica (ARAÚJO et al., 2011). Para os autores,

[...] a educação ganhou um instrumento valioso no processo de ensino-aprendizagem, juntamente com o quiz, os quais aumentam o nível de curiosidade e tornam os conteúdos disciplinares mais atrativos (ARAÚJO, Et al., 2011, p. 02).

Neste sentido, o *website* conta com quatro *quizzes* incorporados da plataforma *Quizur*, a saber: Perfil Financeiro; Empreendedorismo; Relacionamento com o dinheiro e Sustentabilidade. A Figura 6 ilustra os *quizzes* disponibilizados e que podem ser encontrados acessando-se no menu a aba “Testes”, opção “Quizzes”.

FIGURA 6 - Quizzes disponibilizados no *website* “Dá pro gasto!”.



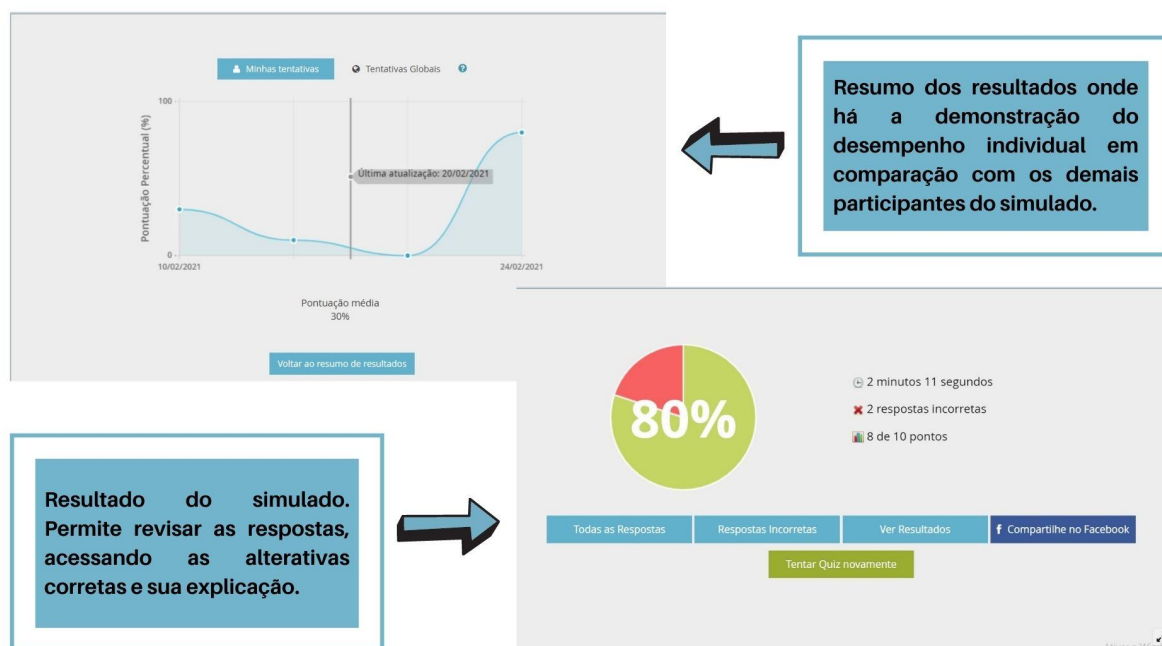
Fonte: Adaptado de Quizur (2021).

O *quiz* “Perfil financeiro” realiza uma breve demonstração do perfil financeiro do participante e seu nível de educação financeira. O *quiz* “Empreendedorismo” aborda questões relativas a habilidades necessárias para empreender. O “Relacionamento com o dinheiro”, semelhante ao primeiro, busca trazer reflexões sobre o modo de agir frente às finanças pessoais, e o “Sustentabilidade” vem levantar questões sobre ações individuais sustentáveis (ou não) que refletem no âmbito ambiental, social e financeiro. Ambos os *quizzes* visam proporcionar uma autoavaliação para reflexão sobre o consumo e utilização de recursos de modo consciente.

- **Simulado:** Ferramenta interativa elaborada na plataforma *GoConqr* e incorporada no *website*. Suas perguntas referem-se aos conteúdos disponibilizados nas páginas de conteúdos do *website*, visando proporcionar ao discente uma autoavaliação de seu processo de aprendizado. O simulado, após sua finalização, demonstra o percentual de erros e acertos, podendo o discente retornar às questões e visualizar as alternativas

corretas e explicação. Na figura a seguir, pode-se conhecer os recursos apresentados ao discente após o término do simulado:

**FIGURA 7** - Simulado “Dá pro gasto!” .



Fonte: Elaboração própria (2021).

O “Dá pro gasto!” dispõe ainda de videoaulas incorporadas da plataforma YouTube, elaboradas tanto pela autora quanto por demais sujeitos e docentes da temática, na pretensão de fortalecer o aprendizado dos assuntos postos e de modo a complementar os textos e jogos disponibilizados. Pretende-se que o aluno tenha acesso a conteúdos de variadas formas, podendo, conforme o caso, escolher aquele ao qual irá se adaptar melhor.

Por fim, de modo a divulgar a *webpage* “Dá pro gasto!”, criou-se um perfil na rede social *Instagram* para disseminação de informações úteis sobre finanças pessoais destinadas aos discentes e à população em geral, sempre os estimulando a acessar os conteúdos do *website*.

A ferramenta em questão, além de oferecer informações e orientações financeiras aos estudantes, busca estimulá-los a compreender suas próprias questões financeiras e econômicas para além dos auxílios da Assistência Estudantil, trazendo consequências às demais fases de suas vidas. Pretende-se, assim, facilitar a aprendizagem de educação financeira para que os alunos possam utilizar seus recursos com consciência crítica, contribuindo, ainda que

indiretamente, para que a política possa atingir seu pleno objetivo de favorecer a trajetória dos alunos vulneráveis socioeconomicamente.

### 5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Para analisar se o produto educacional desenvolvido cumpre a sua finalidade de dispensar conhecimentos úteis à vida financeira dos discentes, procedeu-se, após o desenvolvimento do mesmo, a sua aplicação com os alunos egressos que participaram da fase diagnóstica. De início, pretendia-se que o *website* fosse aplicado ao seu público-alvo, ou seja, aos discentes atualmente matriculados do Ensino Médio Integrado. As limitações impostas pela pandemia da COVID-19, contudo, dificultaram a coleta de dados com estes indivíduos por serem menores de idade, o que exige a assinatura de seus responsáveis, consentindo sua participação.

Deste modo, pelo fato de os participantes da referida fase consistirem em egressos maiores de idade que se encontram, possivelmente, envolvidos em outras atividades, sejam elas laborativas ou acadêmicas, a aplicação foi planejada, visando proporcionar-lhes uma flexibilidade de horários em suas colaborações. Assim, a apresentação desta etapa foi realizada de forma assíncrona nos dias 05 a 18 de abril de 2021, tendo sido socializado o convite em grupos do aplicativo *WhatsApp* das referidas turmas, com disponibilização de um vídeo explicativo sobre como deveriam proceder para avaliar o produto.

No vídeo explicativo, houve uma rápida apresentação do “Dá pro gasto!”, com demonstração do seu objetivo e origem, lições e recursos ofertados. O discente egresso, a partir deste vídeo, pôde ter acesso às instruções necessárias até a chegada na página “avaliação”, disponível no *website* com formulário eletrônico para preenchimento.

Para avaliar o *website*, o discente egresso foi orientado a navegar no ambiente virtual, analisando os recursos e conteúdos ofertados, acessar e estudar as lições e a página relativa à assistência estudantil, para, só assim, submeter seu parecer por meio do formulário avaliativo. O questionário contou com duas etapas, tendo a primeira dez questões relativas aos conteúdos ofertados nas lições e na página da assistência estudantil e que, após esta fase de avaliação do produto, constarão de forma permanente no simulado próprio do *website*. Pretendeu-se, com isso, analisar se os assuntos abordados foram elaborados de uma forma satisfatória para favorecer o ensino e a aprendizagem dos discentes do Ensino Médio Integrado. Ao fim desta



etapa, houve a disponibilização de 20 questões que abordaram eixos referentes ao *website* em si, na pretensão de analisar se o produto desenvolvido cumpre com os critérios de atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação, como sugere Chisté (2019).

Dentre os 25 discentes egressos envolvidos na amostra inicial, 19 participaram da aplicação do produto, perfazendo 76% da amostra. A seguir, apresentam-se, inicialmente, os resultados obtidos nas questões de múltipla escolha com resposta única referentes à primeira etapa (simulado), que compreendem às perguntas 1, 2, 3, 4, 6 e 8, conforme apêndice C. As questões 5, 7, 9 e 10 serão apresentadas na sequência, pois se referem a perguntas com múltiplas respostas, necessitando de uma apresentação individualizada para melhor compreensão do leitor.

**TABELA 5** – Resultado da avaliação do *website* (perguntas de múltipla escolha com resposta única).

| SIMULADO      |  |   |
|---------------|--|---|
| Nº DA QUESTÃO | PERGUNTA   | RESULTADO                               |
| 1             | Qual o objetivo da Assistência Estudantil?   | Acertos: 19 (100%)<br>Erros: 0 (0%)     |
| 2             | O que é orçamento doméstico?   | Acertos: 16 (84,2%)<br>Erros: 3 (15,8%) |
| 3             | O que fazer se os gastos previstos forem extrapolados?   | Acertos: 17 (89,5%)<br>Erros: 2 (10,5%) |
| 4             | Muitas pessoas não percebem que vivem constantemente vigiadas, em especial após a disseminação das redes sociais, por empresas que têm como único objetivo nos tornar consumidores ferrenhos. Identifique a alternativa que condiz com esta afirmação. | Acertos: 16 (84,2%)<br>Erros: 3 (15,8%) |
| 6             | Utilizar crédito nas compras tem se tornado uma prática cada vez mais corriqueira em nosso dia a dia. Dentre as alternativas a seguir, aponte quais são as atitudes que devemos tomar na sua utilização.   | Acertos: 18 (94,7%)<br>Erros: 1 (5,3%)  |
| 8             | Alguns passos devem ser seguidos na abertura de um novo negócio. Identifique, dentre as alternativas, qual condiz com este processo.   | Acertos: 18 (94,7%)<br>Erros: 1 (5,3%)  |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir desses dados, pode-se inferir que a maioria dos discentes egressos conseguiram prontamente responder aos questionamentos referentes aos conteúdos, havendo uma maior facilidade referente à temática da assistência estudantil e maior dificuldade para responder à questão que tange ao orçamento doméstico abordado na Lição 2 e sobre o consumismo, discutido na Lição 1, ambas com três discentes que responderam a alternativas incorretas e que serão detalhadas a seguir.

Na questão de número 02 do simulado, nota-se que houve uma confusão dos egressos quanto ao que, de fato, é o orçamento doméstico, pois três indivíduos marcaram, dentre as opções disponíveis, que o orçamento seria “[...] o ato de anotar as despesas e receitas do mês” (elaboração própria, 2021), enquanto a alternativa correta aponta que “é uma projeção, mês a mês, da expectativa de receitas e do planejamento de como utilizá-las” (elaboração própria, 2021). Tal ensinamento, constante na Lição 2, esclarece que o ato de anotar as despesas e receitas, por si só, não configura um orçamento doméstico, sendo, contudo, parte integrante do mesmo na medida em que possibilita um diagnóstico financeiro para tomada de atitude. O orçamento, deste modo, possui uma perspectiva mais abrangente do que o registro, dado que estabelece metas voltadas ao futuro:

[...] o orçamento doméstico é uma ferramenta para as famílias projetarem o seu fluxo de caixa futuro, para que se possa decidir de antemão a forma como a renda será dividida entre poupança e consumo, e em quais categorias de despesa ela será utilizada (CVM, 2018, p.25).

A quarta questão, que se refere à Lição 1, aborda o impacto da mídia, reforçando e incentivando o consumo desenfreado e que está presente, até mesmo, em redes sociais. Três participantes erraram a pergunta ao marcarem a seguinte alternativa:

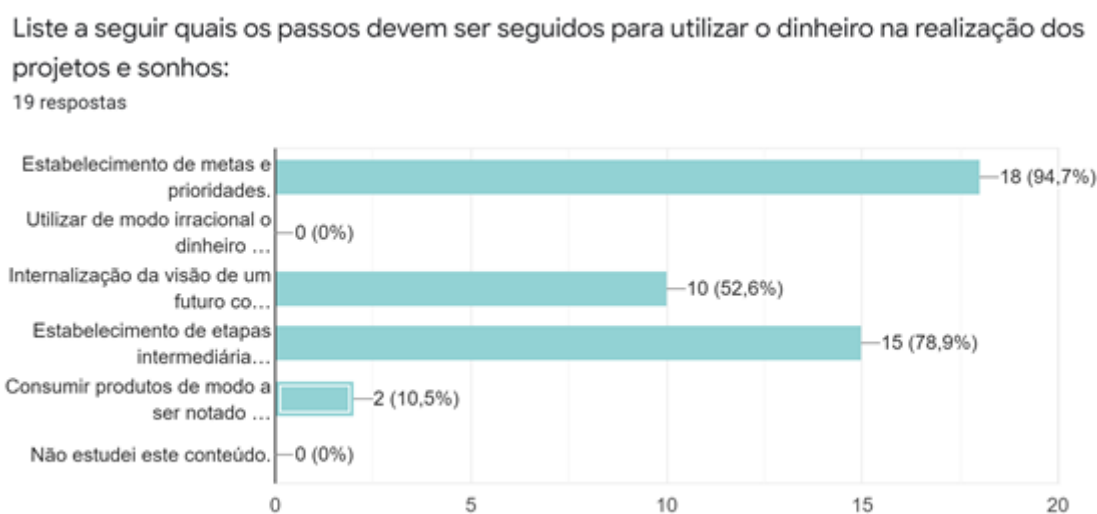
Neste tipo de sociedade há, ainda que de modo silencioso, a transformação de nós, consumidores, em **poupadores**, havendo uma incessante alimentação do nosso desejo de consumir, o qual passa a ser visto como uma necessidade (Elaboração própria, 2021, grifo nosso).

Conforme grifado, a questão errada afirma o oposto do ensinamento pretendido e disponibilizado no *website*, sendo correta a alternativa que afirma: “Os jovens se deparam com inúmeras possibilidades de compra, devido ao impacto da mídia que **reforça e influencia o consumo exacerbado**” (elaboração própria, 2021, grifo nosso). Neste caso, o erro da questão pode ter sido motivado por falhas na leitura das alternativas e interpretação de texto dos participantes, visto que o ambiente virtual disponibiliza, inclusive, videoaula e sugestão de documentário próprio sobre a temática.

Nas demais questões de resposta única, apenas um egresso dos 19 respondeu de forma incorreta, condizente a 5,3% da amostra, o que se torna um fator positivo para o produto educacional, depreendendo-se que seus conteúdos podem ser apreendidos de forma satisfatória por seus leitores.

Quanto às questões de múltiplas respostas, tem-se que a primeira delas, numerada como quinta questão do simulado, solicita que os discentes listem os passos que devem ser seguidos para utilizar o dinheiro a favor da realização de sonhos e projetos, ensinamento disponível na Lição 1 do material. As três afirmações corretas seriam: “estabelecimento de metas e prioridades” (elaboração própria, 2021); “internalização da visão de um futuro com o sonho realizado” (Idem., 2021) e “estabelecimento de etapas intermediárias e avaliação para que o sonho continue sendo viável” (Idem., 2021). Os resultados da referida questão podem ser contemplados no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 12** – Resultado da questão número 5 do simulado (Aplicação do PE).



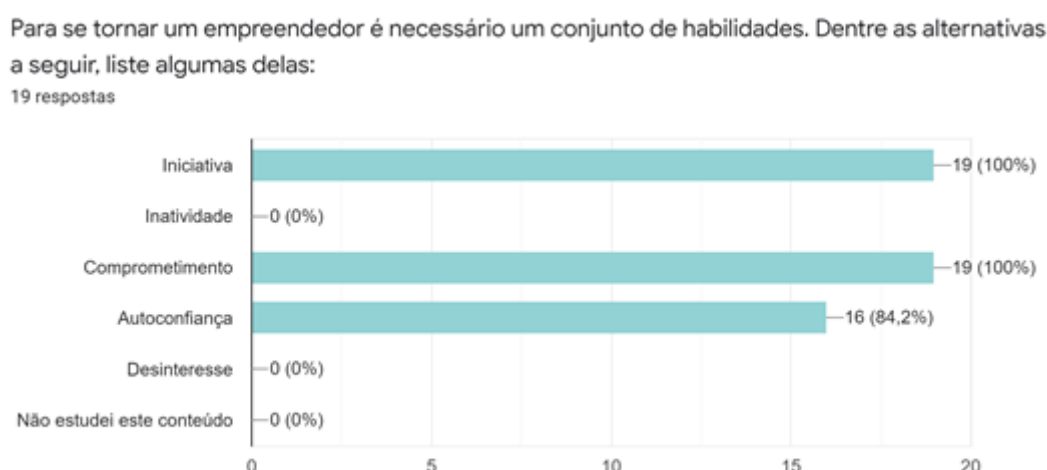
Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com essas informações, observa-se que 18 (94,7%) egressos responderam à primeira alternativa de forma correta, com relação ao estabelecimento de metas e prioridades, apenas 10 (52,6%) sobre a visão de futuro, e 15 (78,9%) sobre o estabelecimento de etapas intermediárias. Dentre as alternativas erradas, apenas a seguinte afirmação foi escolhida por dois discentes (10,58%): “Consumir produtos de modo a ser notado e obter *status*, contudo, realizando anotações constantes dos valores gastos” (elaboração própria, 2021). Tal questão é

oposto do que se defende no produto educacional, visto que o próprio traz reflexões sobre o nosso relacionamento com o dinheiro sob uma ótica crítica da sociedade de consumo, demonstrando que isso pode gerar um endividamento e, por conseguinte, inadimplência que pode impactar sobre a qualidade de vida dos indivíduos consumidores: “o endividamento precoce traz prejuízos para a qualidade de vida do jovem, podendo, em casos mais extremos, comprometer seu futuro” (MESSIAS; DA SILVA; SILVA, 2015, p.58).

A sétima questão do simulado, segunda de múltiplas respostas, aborda as habilidades necessárias para tornar-se um empreendedor, conteúdo disponível na Lição 4, que trata sobre empreendedorismo. As alternativas corretas são: iniciativa, comprometimento e confiança (elaboração própria, 2021). Os dados obtidos podem ser observados no gráfico adiante:

**GRÁFICO 13** – Resultado da questão número 7 do simulado (Aplicação do PE).



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Verifica-se, conforme o exposto, que não houve escolha por alternativas incorretas. Contudo, com relação à autoconfiança, houve três discentes que não realizaram seu apontamento como sendo um fator importante para empreender. No *website* há, na página reservada ao debate sobre empreendedorismo (Lição 4), a definição do que é o empreendedor, as habilidades que devem ser constantemente desenvolvidas e aperfeiçoadas por ele, além dos pontos positivos e negativos que envolvem a abertura de negócios. Apesar disso, a alternativa demonstrou uma apreensão positiva do conteúdo abordado.

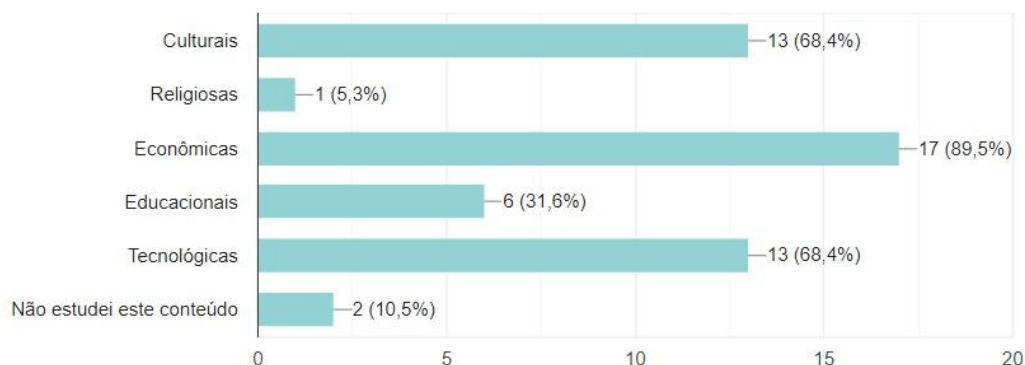
A terceira questão de múltiplas respostas é a nona do simulado. Ela aborda um assunto tratado também na Lição 4 e pede para o leitor apontar, dentre as alternativas, aqueles fatores

que influenciam nos negócios no nível do macroambiente. As respostas corretas seriam “culturais” e “econômicas” (elaboração própria, 2021).

#### GRÁFICO 14 – Resultado da questão 9 do simulado (Aplicação do PE).

Para saber se "o mar está pra peixe", é necessário compreender que há uma série de fatores que influenciam nos negócios, interferindo em seu microambiente e macroambiente. Liste a seguir as alternativas que expressam as variáveis que influenciam no nível MACRO:

19 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme o gráfico, a questão demonstrou uma confusão dos discentes na sua resolução, tendo sido todas as alternativas apontadas como respostas corretas por parcelas maiores ou menores dos respondentes. A alternativa correta “culturais” recebeu 13 respostas (68,4%) e a “econômicas”, 17 (89,5%), constituindo quantidades consideráveis da amostra. Contudo, por possibilitar a marcação em todas as alternativas, parcela dos discentes que acertaram as mesmas, marcaram também outras opções errôneas e que, algumas delas, enquadram-se como variáveis influenciadoras em nível de microambiente, e não macro. Dois discentes admitiram não terem estudado o referido conteúdo.

O *website*, na lição que aborda o empreendedorismo, realiza a diferenciação destas variáveis que refletem no âmbito dos negócios, disponibilizando, para a facilitação do aprendizado, um mapa mental, em cujas conexões o discente pode navegar, acessando explicações e videoaulas sobre cada variável.

Por fim, a última questão de múltiplas respostas, e décima da primeira etapa, aborda atitudes sustentáveis que podem influenciar tanto no orçamento doméstico quanto em demais áreas, como a ambiental e social. O aluno deveria, deste modo, listar quais seriam estas atitudes positivas, sendo as respostas corretas: reciclagem, fechar a torneira e/ou chuveiro

quando não estiver utilizando e apagar as luzes que não estiverem sendo utilizadas (elaboração própria, 2021).

**GRÁFICO 15** – Resultado da questão de número 10 do simulado (Aplicação do PE).



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Como demonstrado, as alternativas corretas receberam grande porcentagem de respostas de seus respondentes, tendo todos marcado a opção “reciclagem” e “fechar a torneira e/ou chuveiro quando não estiver utilizando”, e 18 (94,7%), a opção “apagar as luzes que não estiverem sendo utilizadas”. As demais alternativas que foram marcadas demonstram o oposto do que se pede na questão, visto que não podem ser configuradas como atitudes positivas, mas que, mesmo assim, foram apontadas por três discentes como respostas corretas.

O assunto da questão posta é discutido na Lição 1, na subseção que trata sobre sustentabilidade financeira, demonstrando que a sustentabilidade pode também ser trabalhada sob um aspecto financeiro, na medida em que favorece uma utilização de forma racional dos recursos. Disponibiliza, para enriquecer o aprendizado, uma videoaula com especialista da área, que discute sobre o assunto, trazendo ainda exemplos e sugestões de gerenciamento sustentável de recursos e como isto pode contribuir com o orçamento pessoal das pessoas.

Destarte, pode-se inferir que o simulado apontou um aprendizado positivo dos assuntos abordados no produto educacional por parcela significativa dos discentes egressos participantes da aplicação, não demonstrando grandes dificuldades no respondimento das questões postas.

De acordo com Chisté (2018), a validação de materiais educativos deve verificar se os conteúdos são entendidos pelo público-alvo, averiguando se os mesmos reconhecem o

material como sendo destinados a ele, bem como confirmando se a linguagem e o enfoque foram bem aceitos. O produto educacional deve, sobretudo, estimular uma modificação no olhar e atitudes de seus destinatários, ponto este que também deve ser levado em consideração na fase de análise.

A autora sugere eixos investigativos para a validação do produto educacional na tentativa de “[...] abarcar tanto reflexões sobre a estética e organização do material educativo, quanto sobre os conteúdos e propostas de cada capítulo, mostrando a indissociabilidade entre forma e conteúdo.” (CHISTÉ, 2018, p.336). Neste sentido, os eixos analisados aqui dizem respeito à estética e à organização; à estrutura metodológica; aos conteúdos apresentados; a propostas didáticas e criticidade do produto educacional, conforme demonstrado adiante.

Analisando aspectos referentes à estética e à organização do produto, obteve-se:

**TABELA 6** – Resultado da avaliação da estética e da organização do PE.

| ESTÉTICA E ORGANIZAÇÃO  |            |                       |              |
|---|------------|-----------------------|--------------|
| Questão   | Atendido   | Atendido parcialmente | Não atendido |
| O <i>website</i> é atrativo e permite explorar os conteúdos e recursos ofertados de forma fácil e sem complicações? | 18 (94,7%) | 1 (5,3%)              | 0 (0%)       |
| O <i>website</i> promove o diálogo entre textos e imagens?  | 17 (89,5%) | 2 (10,5%)             | 0 (0%)       |
| Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?                               | 17 (89,5%) | 2 (10,5%)             | 0 (0%)       |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A média de satisfação total do referido eixo foi de 91,23% entre os participantes da aplicação, o que permite inferir que o *website* apresenta-se de uma forma satisfatória para os seus leitores, atingindo os critérios de atração e envolvimento, fatores imprescindíveis na elaboração de um material educativo, de acordo com a autora anteriormente citada. Apenas 8,76% dos sujeitos apontaram para um atendimento de modo parcial, e nenhum deles marcou a opção “não atendido”.

Com relação ao eixo “Estrutura metodológica do *website* Dá pro gasto!”, alcançaram-se os seguintes resultados:

**TABELA 7** – Resultado da avaliação da estrutura metodológica do PE.

| <b>ESTRUTURA METODOLÓGICA</b>   |                 |                              |                     |
|---|-----------------|------------------------------|---------------------|
| <b>Questão</b>  | <b>Atendido</b> | <b>Atendido parcialmente</b> | <b>Não atendido</b> |
| Estão evidenciadas em todo o material educativo as relações entre os conteúdos e recursos ofertados?  | 18 (94,7%)      | 1 (5,3%)                     | 0 (0%)              |
| Apresenta, na aba "quem somos", a origem, os objetivos e o público-alvo do <i>website</i> ?   | 18 (94,7%)      | 1 (5,3%)                     | 0 (0%)              |
| As sessões constantes na aba "conteúdos" expõem a importância da Educação Financeira, apresentando de maneira clara conceitos básicos de finanças pessoais? | 19 (100%)       | 0 (0%)                       | 0 (0%)              |
| Os materiais e os recursos disponibilizados e/ou sugeridos contribuem para o entendimento da temática?  | 18 (94,7%)      | 1 (5,3%)                     | 0 (0%)              |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A média global de respostas do item foi de 96% para o atendimento pleno do critério investigado, e 3,97% para o atendimento de modo parcial. Não houve apontamentos de não cumprimento do mesmo. Assim, segundo os participantes da aplicação, o *website* cumpre com o referido critério, possuindo estrutura metodológica satisfatória para a apreensão de conteúdos.

A respeito do eixo que trata sobre os conteúdos apresentados no *website*, tem-se:

**TABELA 8** – Resultado da avaliação dos conteúdos apresentados no PE.

| <b>CONTEÚDOS APRESENTADOS</b>   |                 |                              |                     |
|---|-----------------|------------------------------|---------------------|
| <b>Questões</b>   | <b>Atendido</b> | <b>Atendido parcialmente</b> | <b>Não atendido</b> |
| Os conteúdos abordados no <i>website</i> podem ser direcionados a estudantes do Ensino Médio Integrado? | 19 (100%)       | 0 (0%)                       | 0 (0%)              |



|   |            |           |           |
|---|------------|-----------|-----------|
| Os conteúdos do <i>website</i> colaboram com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade? | 17 (89,5%) | 2 (10,5%) | 0 (0%)    |
| O conteúdo tratado no <i>website</i> também é abordado em livros didáticos aos quais você teve acesso?                                      | 11 (57,9%) | 5 (26,3%) | 3 (15,8%) |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Logo, conforme o apresentado, constata-se que todos os participantes concordaram que os conteúdos podem facilmente ser direcionados ao seu público-alvo, discentes do ensino médio integrado, tendo, grande parcela dos mesmos (89,5%), reconhecido ainda que as questões abordadas no produto contribuem para a sociedade. Sobre o último questionamento, apenas 57,9% afirmaram que os conteúdos estudados foram acessados por eles em livros didáticos, demonstrando ainda um certo distanciamento da educação financeira em sala de aula, uma vez que 8 egressos (42,1%) admitiram que o ponto tratado não foi atendido ou atendido de modo parcial.

No que tange ao eixo “Propostas didáticas apresentadas no *website*”, realizou-se a análise com base nos resultados constantes na tabela que se segue:

**TABELA 9** – Resultado da avaliação das propostas didáticas do PE.

| PROPOSTAS DIDÁTICAS  |           |                       |              |
|--|-----------|-----------------------|--------------|
| Questões   | Atendido  | Atendido parcialmente | Não atendido |
| As perguntas realizadas nos quizzes suscitam reflexões e são possíveis de ser respondidas? | 19 (100%) | 0 (0%)                | 0 (0%)       |
| Os recursos e os conteúdos contribuem para a educação financeira dos leitores?             | 19 (100%) | 0 (0%)                | 0 (0%)       |

|  |            |           |          |
|--|------------|-----------|----------|
| Os conteúdos e os recursos problematizam a temática, relacionando-a com sua aplicação na sociedade?  | 16 (84,2%) | 2 (10,5%) | 1 (5,3%) |
| Os conteúdos e os recursos são atrativos e estimulam a curiosidade e a aprendizagem do leitor?   | 17 (89,5%) | 2 (10,5%) | 0 (0%)   |
| O leitor precisa ter algum conhecimento prévio para compreender o assunto abordado?  | 16 (84,2%) | 3 (15,8%) | 0 (0%)   |
| Os conteúdos do <i>website</i> podem ser adaptados para ser utilizados por alunos do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos? | 17 (89,5%) | 2 (10,5%) | 0 (0%)   |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No eixo investigado, o produto educacional desenvolvido obteve uma média global de 91,23% entre os respondentes para o atendimento pleno dos critérios exigidos; 7,88% para o atendimento de modo parcial e 0,88% para o não cumprimento. Quanto à questão que recebeu um voto de “não atendido”, trata-se da problematização dos assuntos e sua aplicação na sociedade. O *website* procura tratar as lições de finanças com um olhar voltado ao contexto social, ainda que, de modo básico, onde os exemplos que podem ser levantados aqui, refere-se a discussão sobre a sociedade de consumo, que problematiza a interferência da mídia nos processos pessoais visando atrair a cada dia mais consumidores, bem como sobre a questão da sustentabilidade financeira e sua relação com a área social e ambiental.

Por fim, investigou-se a criticidade apresentada no *website*, alcançando os resultados expressos a seguir:

TABELA 10 – Resultado da avaliação da criticidade do PE.

| CRITICIDADE  |            |                       |              |
|--|------------|-----------------------|--------------|
| Questões   | Atendido   | Atendido parcialmente | Não atendido |
| O <i>website</i> contempla discussões em que as atitudes e o posicionamento político e social são trabalhados? | 17 (89,5%) | 1 (5,3%)              | 1 (5,3%)     |
| Propõe reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar o modelo de sociedade vigente?             | 18 (94,7%) | 1 (5,3%)              | 0 (0%)       |
| O material textual aborda aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e ambientais?                     | 17 (89,5%) | 1 (5,3%)              | 1 (5,3%)     |
| Impulsiona o leitor a agir de modo crítico?  | 18 (94,7%) | 1 (5,3%)              | 0 (0%)       |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Face ao exposto, 92,1% dos participantes aprovaram de forma plena a criticidade do produto; 5,3% aprovaram de modo parcial, e 3,97% afirmaram que o item não foi atingido. O *website* foi desenvolvido pensando em apoiar-se sob uma perspectiva crítica da educação financeira, não se baseando apenas em cálculos, taxas, etc., mas pensando em instigar nos discentes reflexões a respeito de suas decisões financeiras e os fatores que estão ligados a elas. Contudo, ao ser elaborado pensando em poupar tempo dos discentes matriculados, dado que já se encontram atarefados com os conteúdos de sala de aula, conforme relatos colhidos na fase diagnóstica, não realiza um aprofundamento destas questões em suas lições, mas disponibiliza e sugere, para tal, materiais de leitura e acesso que podem ser encontrados nas abas “materiais” e “sugestões” do *website*.

Por fim, cabe demonstrar os comentários realizados por alguns egressos na questão aberta “Você possui algum comentário a fazer sobre o *website* ‘Dá pro gasto!’?”, sendo eles: “Conteúdo exposto de forma prática e facilmente compreensível” (Eg.07); “Muito didático e interativo. Parabéns” (Eg.11); “Muito importante ter esse conhecimento desde o ensino fundamental.” (Eg.15) e

[...] quanto mais cedo se vê/estuda esta temática, mais racionalmente você utiliza o dinheiro, que é fruto de "bastante suor", seja do seu trabalho ou dos seus pais (se o indivíduo ainda não trabalha), valorizando assim cada centavo. O projeto está de parabéns (Eg.18).

Na pergunta em questão, não houve críticas ao produto educacional desenvolvido. Por meio destes comentários, os egressos demonstraram uma satisfação quanto à forma como o conteúdo foi disponibilizado, reconhecendo ainda a relevância de trabalhar a temática o quanto antes com os jovens, para que adquiram a competência necessária para tratar com suas finanças.

Para Christé (2018), os produtos educacionais devem contemplar não apenas a eficiência relativa ao ensinar determinado conteúdo, mas proporcionar uma reflexão sobre uma problemática educacional, fazendo necessário, dentre outros fatores, observar se o mesmo articula saberes acadêmicos com a sociedade, ou seja, se relaciona teoria e prática, perspectiva esta que corrobora a essência do “Dá pro gasto!”.

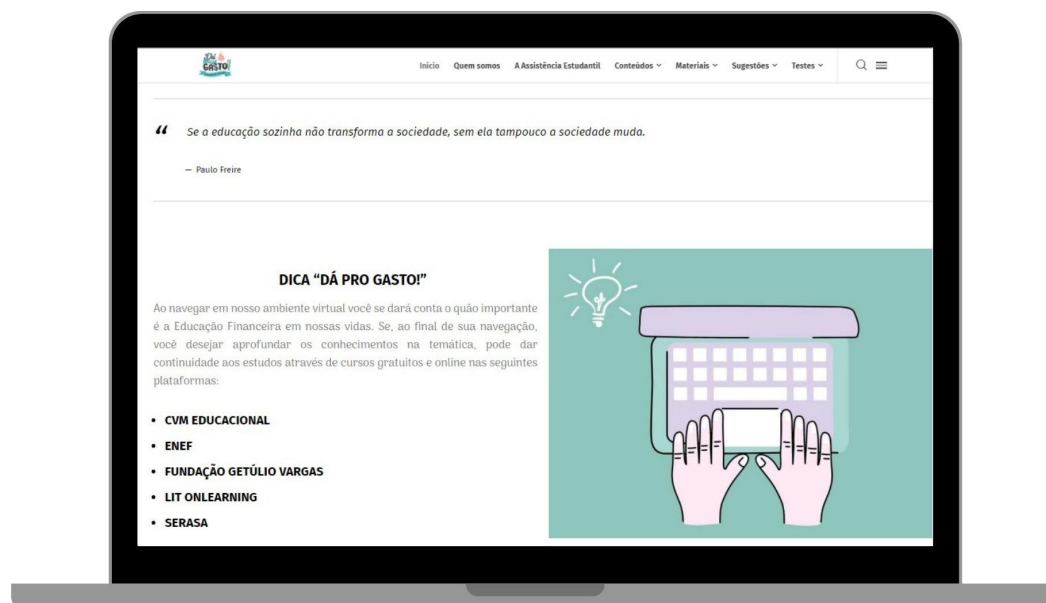
Diante dos resultados obtidos, infere-se que o *website* possui um potencial de ensino satisfatório, posto que os discentes egressos, de modo geral, obtiveram desempenho positivo no simulado dos conteúdos ofertados após acessá-los, tendo julgado o ambiente virtual como pertinente para a educação dos jovens do ensino médio em curso. O produto desenvolvido cumpre, portanto, com o objetivo principal de realizar uma demonstração clara, leve, objetiva e prática dos principais conceitos de educação financeira, de modo a contribuir para a formação humana integral desses indivíduos.

#### 5.4 REVISÃO E VERSÃO DEFINITIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Com a análise dos resultados obtidos após a aplicação do PE, notou-se que alguns pontos deveriam ser expressos de forma mais clara para facilitar a compreensão dos seus leitores, apesar de os discentes egressos, de modo geral, terem realizado um parecer satisfatório para o ambiente virtual. Procedeu-se, para tanto, à revisão das lições, buscando incluir ou alterar textos ou vídeos que pudessem contribuir com o entendimento das lições transmitidas.

Com o propósito de possibilitar um aperfeiçoamento sobre finanças pessoais para aqueles estudantes que o desejarem, procedeu-se à inserção, na página inicial do *website*, de campo com sugestões de plataformas online com cursos gratuitos de educação financeira, conforme a figura que se segue.

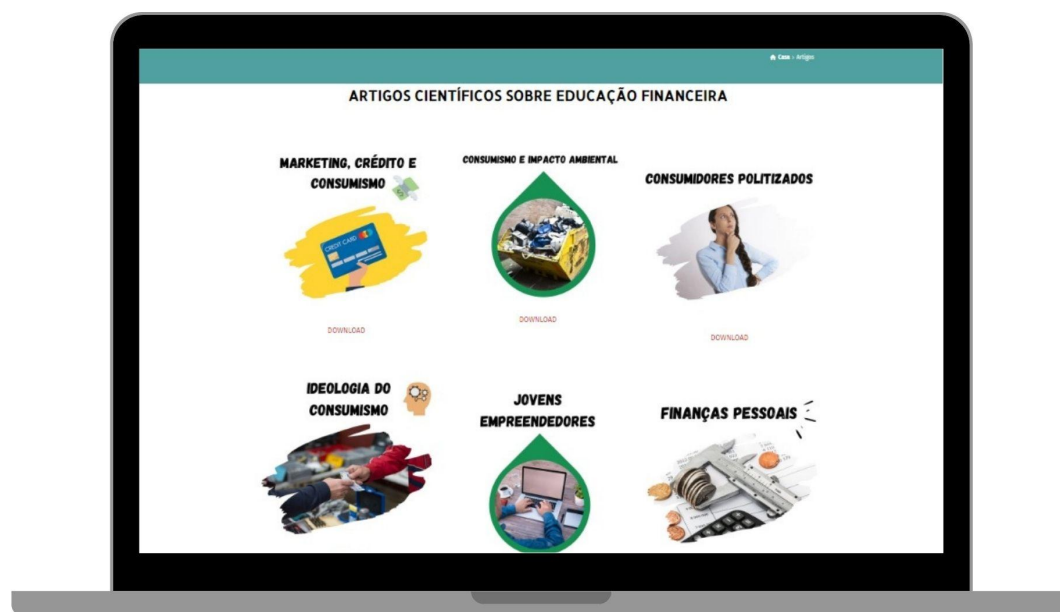
**FIGURA 8** – Sugestões de plataformas com cursos sobre EF.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Foi, então, inserida mais uma aba na seção “materiais”, trazendo artigos científicos relevantes sobre questões como consumismo, marketing, impactos ambientais, dentre outros, para que os discentes leitores possam aprofundar os estudos na temática sob um aspecto teórico crítico, bem como pensando em familiarizar o discente ao ambiente de pesquisas acadêmicas.

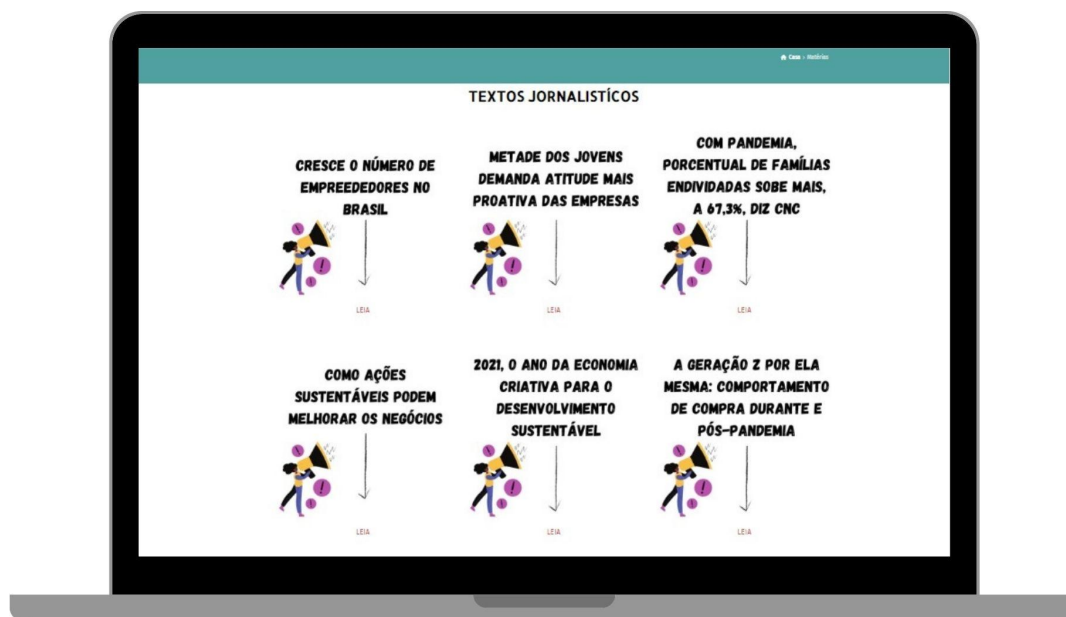
**FIGURA 9** – Sugestões de artigos científicos no PE.



Fonte: Elaboração própria (2021).

De modo semelhante e na mesma seção, foi inserida a aba “matérias”, com sugestões de leituras sobre conteúdos jornalísticos e/ou de blogs sobre as temáticas trabalhadas nas lições, de modo a apropriar o discente sobre as discussões, acontecimentos e estatísticas atuais, prezando por uma aproximação dos leitores com a prática, ou seja, com as ocorrências do cotidiano da nossa sociedade.

**FIGURA 10** – Sugestões de textos jornalísticos no PE.



Fonte: Elaboração própria (2021).

Por fim, é válido salientar que não se pretende, com o material desenvolvido, esgotar a temática para os seus jovens leitores, porém, considerando o contexto cultural brasileiro de distanciamento da educação financeira, entende-se que colocar a temática em pauta para os estudantes é um passo relevante para favorecer a conscientização sobre o consumo e a utilização de recursos financeiros, contribuindo, assim, para a formação humana integral dos mesmos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a busca pela democratização plena da educação obteve consideráveis avanços, fruto de intensas mobilizações sociais que reivindicaram melhorias no que diz respeito ao acesso dos mais pobres a direitos sociais. Conquistas deram-se também nas áreas do conhecimento, como no caso da educação financeira, que obteve progresso na esfera normativa ao ser inserida na BNCC como tema transversal. Contudo, tanto no âmbito da inclusão social, quanto na esfera do conhecimento sobre finanças, há ainda um longo caminho a trilhar no tocante a conquistas, necessitando de ajustes e ampliação, para que possam ser, de fato, concretizadas na sociedade.

Este estudo, ao reconhecer o poder de transformação da educação, direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988), teve como propósito contribuir com a vida financeira dos estudantes oriundos de famílias pobres que enfrentam obstáculos em sua trajetória escolar, especialmente devido à desigualdade social presente em nossa sociedade e que, por esta motivação, necessitam da assistência estudantil para sua permanência escolar.

Para alcançar tal propósito, realizou-se uma análise das percepções de sujeitos envolvidos com a assistência estudantil, bem como de documentos oficiais, a fim de investigar se os recursos da política são suficientes para as demandas de seus usuários e cobertura daqueles que dela necessitam; as contribuições da assistência estudantil para a permanência do estudante, bem como aspectos relacionados à educação financeira, visando obter subsídios para desenvolver, ao final da pesquisa, um material instrucional sobre a temática para os estudantes do Ensino Médio Integrado beneficiados pela assistência estudantil.

Os achados da investigação remetem a uma limitação da assistência estudantil para possibilitar, de modo amplo, a permanência estudantil livre de entraves causados por restrições financeiras. Contudo, a tarefa de democratizar a educação, colocando no mesmo nível de condições os discentes em situações de pobreza com discentes de classes abastadas, não pode ser incumbida a esta política, visto que esta situação reflete as consequências das desigualdades sociais que permeiam o sistema capitalista.

Esta limitação de recursos pode e deve ser problematizada, inclusive, no âmbito da Educação Financeira, posto que a mesma possui um potencial de contribuir para a redução da vulnerabilidade social pelo redirecionamento das decisões. Neste sentido, torna-se

imprescindível encorajar os jovens a questionar a realidade, bem como a envolver-se na luta pela melhoria das condições educativas de indivíduos pobres e, de modo mais amplo, pela liberdade das desigualdades sociais, assim como fizeram gerações passadas.

Democratizar a educação de fato torna-se, então, uma tarefa difícil que demanda uma complexidade maior de intervenções que transcendem os muros escolares. Por outro lado, a política veio configurar uma nova fase da assistência estudantil no Brasil, ao ter como foco condições que vão além do acesso, distanciando-se, ainda que não amplamente, de ações meramente assistencialistas.

Foi possível evidenciar, a partir dos relatos dos participantes, da pesquisa documental e da literatura utilizada, que a educação financeira faz-se necessária para este público por ir ao encontro dos pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica ao tempo em que almeja desenvolver no discente a autonomia, a criticidade, a responsabilidade, preparando-o para o exercício da cidadania. Em outras palavras, corroborando a formação humana integral.

A partir do diagnóstico realizado, encontraram-se subsídios para a construção do produto educacional, que é um material instrucional de educação financeira no formato de *website*. O material apresenta conteúdos diversificados e atividades interativas de modo a ampliar o olhar dos discentes sobre suas questões financeiras próprias do cotidiano, bem como do contexto em que se encontra inserido. Também foi aplicado de forma remota aos discentes egressos que se fizeram participantes da pesquisa, obtendo-se parecer satisfatório e podendo-se divulgar para os estudantes do Ensino Médio Integrado, bem como para a comunidade em geral.

Dentre as possibilidades de utilização do *website* desenvolvido, o mesmo pode ser utilizado de forma autônoma pelos indivíduos, sendo o estudante inserido como agente principal de seu aprendizado, bem como se recomenda sua utilização por instituições de ensino onde os docentes podem explorar seus recursos, atividades e materiais disponibilizando-os em sala de aula. Torna-se, portanto, rico para o processo de ensino-aprendizagem pela diversidade de conteúdos ao sistematizar materiais como videoaulas, cartilhas, livros, dentre outros, bem como por disponibilizar lições claras e objetivas, que são de fácil compreensão para o leitor, dispondo ainda de testes para autoavaliação do conteúdo estudado.

Um fator que limitou a pesquisa refere-se ao fato de seu desenvolvimento ter ocorrido durante a pandemia da COVID-19, circunstância em que medidas de distanciamento social



dificultaram a possibilidade de inserir maior quantidade de participantes na pesquisa durante a fase diagnóstica, bem como de discentes menores de idade, como é o caso dos alunos matriculados no Ensino Médio Integrado. Apesar disso, os resultados obtidos foram satisfatórios, contribuindo com a construção do Produto Educacional.

Deste estudo, surge a possibilidade de recortes para aprofundamento teórico, sugerindo-se uma busca de relações causais sobre os impactos da assistência estudantil para o desempenho escolar, permanência e êxito de seus beneficiários, bem como a análise dos critérios de seleção para acesso dos discentes aos programas da política em contraste com os diversos contextos locais, podendo ser desenvolvido também a partir das experiências de estudantes egressos.

Pode-se, então, concluir que, mesmo com as limitações, a pesquisa pôde atingir seus objetivos ao demonstrar a relevância da temática de educação financeira para jovens em vulnerabilidade socioeconômica. Os achados possibilitaram uma ampliação sobre a temática no campo acadêmico, especialmente por ser o estudo pioneiro ao relacionar os dois fatores: a assistência estudantil e a educação financeira.

Sabe-se que apenas um produto educacional não pode promover transformações consistentes no nível da Educação Profissional e Tecnológica, contudo, espera-se que a inserção da educação financeira crítica no âmbito da EPT possa contribuir com a conscientização da comunidade acadêmica sobre a sua relevância e necessidade para o exercício da cidadania e formação humana integral.

Por fim, compreende-se que o produto desenvolvido pode favorecer o desenvolvimento de novas atitudes financeiras em seus leitores que podem contribuir com sua vida pessoal, assim como colaborar em seu contexto familiar e social, ao desenvolver propagadores de hábitos financeiros saudáveis. A inserção dessa temática na EPT é de grande valia para os estudantes do Ensino Médio assistidos pelas ações e serviços da Assistência Estudantil, em especial, por estarem prestes a adentrar o mercado de trabalho, cenário este que requer a competência de gerenciar seus recursos financeiros de forma consciente. Ademais, reconhece-se que a educação financeira é crucial na construção de indivíduos cidadãos, éticos, autônomos e críticos na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eliene Estevão de. **Gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba Campus João Pessoa**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, ago. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772017000200512&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200512&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200014>.
- ANTUNES, Evelise Dias. **Assistência estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação**. 2018. 1 recurso online (272 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331079>>. Acesso em: 3 set. 2019.
- ARAÚJO, Gabriel Henrique Messias et al. O quiz como recurso didático no processo ensino-aprendizagem em genética. **63ª Reunião Anual da SBPC**, n. 2176-2221, 2011.
- ARAÚJO, M. L. DA S. Reconfiguração do ensino superior brasileiro: direito ou desmonte?. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 3, p. 645-677, 6 set. 2017.
- ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do Trabalho Científico**. In: Evangelina Maria B. de Faria; Ana Cristina S. Aldrigue. (Org.). Linguagens: uso e reflexões. 3. Ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009. Disponível em:<[biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia\\_do\\_trabalho\\_cientifico\\_1360073105.pdf](http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/metodologia_do_trabalho_cientifico_1360073105.pdf)>; Acesso em nov. 2019.
- Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB,2013. 72 p.
- BATISTA, João Paulo Monteiro. **Educação financeira: Contribuições de uma proposta de prática pedagógica integradora para o fortalecimento do ensino médio integrado**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/133>>; Acesso em 27 nov. 2020.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BICA, Francine et al. **Metodologia de Construção do material instrucional em um Ambiente de Ensino Inteligente na Web**. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE). 2001. p. 216-223.
- Bowen, C. F. (2002). Financial knowledge of teens and their parents. **Journal of Financial Counseling and Planning**, 13(2), 93.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>; Acesso em nov 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Brasília, 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Data de acesso: 16 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 11.892 de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>; Acesso em fevereiro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm); Acesso em dez 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8.035 de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010b. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre sua gestão e dá outras providências. Brasília, 22 dez. 2010c. Disponível em: <Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm) >. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 510/2016 de 07 de abril de 2016**. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2016). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. SETEC. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - exercício de 2017**. Brasília: MEC; SETEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/96381-relatorio-anual-analise-dados-indicadores-gestao-2017/file>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. SETEC. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - exercício de 2018**. Brasília: MEC; SETEC, jun. 2019. Disponível [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=117321-caderno-de-indicadores-2019-tcu&category\\_slug=julho-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=117321-caderno-de-indicadores-2019-tcu&category_slug=julho-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf). Acesso em: 28 maio 2020.

BRITO, Lilian da Silva; BARBOSA, Alba. (2017). Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, [S.l.], p. 125-145, jan. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9989>. Acesso em: 28 feb. 2020. doi:<https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9989>.

CAMPOS, André Bernardo. **Investigando como a Educação Financeira crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores (JIC'S)**. 2013. Dissertação. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1157/1/andrebernardocampos.pdf>. Acesso em jan. 2020.

CAMPOS, Celso Ribeiro; TEIXEIRA, James; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO CRÍTICA. **Educação Matemática Pesquisa : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 556-577, nov. 2015. ISSN 1983-3156. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/25671>. Acesso em: 15 set. 2020.

CARDOSO. Ruth C.LL SAMPAIO. Helena. **Estudantes universitários e o trabalho. Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. 1994. Disponível em [HTTP://www.anpocs.org.br/publicacoes/rbes\\_00\\_26/rbes26\\_03.htm](HTTP://www.anpocs.org.br/publicacoes/rbes_00_26/rbes26_03.htm). acesso em 04 de jan. 2021.

CAVALCANTI, Rosangela Wojdela; RASOTO, Vanessa Ishikawa. Avaliação da eficácia do programa de auxílio estudantil em um câmpus de universidade federal brasileira. **Educação: Teoria e prática**, v. 28 n. 58 (2018). DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol28.n58.p320-338>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CHISTÉ, Priscila de S. L. Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em mestrados profissionais na área de ensino. Campo Abierto. **Revista de Educación**, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: <https://mascvuex.unex.es/revistas/index.php/campoabierto/article/view/3516/2357>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005.

CIAVATTA, Maria. O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS?/The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight?. **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

COSTA, G. B. ; QUEIROZ, F. P. S. ; RODRIGUES, I. A. A. ; MENDES, M. O. M. . CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA PERMANÊNCIA DOS DISCENTES CONCLUINTE DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO NO IFPB-CAMPUS CAMPINA GRANDE. In: V CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2018, Recife/Olinda. **Anais do V CONEDU**. Campina Grande: Realize, 2018. v. 1. p. 1-12.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em nov 2019.

DE JESUS, Luciano Nascimento; MONTEIRO, Luis; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 3, p. 247-257, 2016.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; DE SOUZA, Maria de Fátima Matos. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Educação (UFSM)**, v. 44, p. 12-1-23, 2019.

FERREIRA, Maria D.'Alva Macedo. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: mecanismos de acesso e permanência do estudante na UFPI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 579-592, 2018.

FOFONCA, Eduardo. Os Blogs e Mídia Digital na Educação. **Biblioteca Online de Ciências da Co**, 2010. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em 05 de maio de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12e. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, Carlos Cesar Garcia; ROSA, Aparecida Cristina Laureano Flôr. Educação Financeira sob a perspectiva da teoria da tecnologia social: uma discussão teórico-reflexiva. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**. DOI: 10.3895/rbect.v12n1.6721. Acesso em 27 nov. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ. Editora: EDUERJ. LPP, 2018. 320p.

GANS, Evelyn Bugno Schibelbain et al. A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. **Revista da FAE**, v. 1, p. 93-102, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA; Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>>; Acesso em nov. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Amanda Marques de Oliveira; PASSOS, Guiomar de Oliveira. (2018). A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 1. ISSN 2178-2865 (online). DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v22n1p415-442>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional - 3. ed.** - São Paulo, Cortez, 2000.

IFPB. **Regimento Geral**. 2010. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/regimento-ifpb-2010>>; Acesso em: nov 2019.

IFPB. **Resolução N° 40, de 06 de maio de 2011**. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/2011/resolucao-no-40>>; Acesso em jan de 2020.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. 2015. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>> Acesso em agosto de 2020.

IFPB. **Política da Assistência Estudantil do IFPB, 2018a**. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/orgaoscolegiados/consuper/resolucoes/Ano%202018/adreferendum/resolucao-no-25>> Acesso em: nov. 2018.

IFPB. **Relatório Integrado**. 2018b. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao>; Acesso em dez 2019.

IFPB. **EDITAL N° 27/2019, de 1 de Abril de 2019**. Disponível em: <[https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/editais/ensino/2019/edital-no-27-2019-direcao-de-ensino/edital-no-27-2019\\_caest-assistencia-estudantil-de-alimentacao-transporte-e-moradia.pdf/view](https://www.ifpb.edu.br/campinagrande/editais/ensino/2019/edital-no-27-2019-direcao-de-ensino/edital-no-27-2019_caest-assistencia-estudantil-de-alimentacao-transporte-e-moradia.pdf/view)>; Acesso em nov. 2019.

IFPB. **Relatório Integrado**. 2020. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/relatorios-anuais-de-gestao>. Acesso em jan 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2017, n.129, pp.285-303. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>.

JÚNIOR, Luciano Roberto Gulart; GONÇALVES, Jean Carlo Flores; COSTA, José Ricardo Caetano. (2017). Moradia e educação: análise empírica e crítica da política assistencial oferecida aos/às moradores/as das Casas de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande – UFPI. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. v. 4 n. 3 (2017). Disponível em: <<https://revistareed.emnuvens.com.br/reed/article/view/176>>; Acesso em 28 fev. 2020.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, v. 15, n. 39, 2017.

LIMA, Jorge Reis; CAPITÃO, Zélia Maria Amaro. **e-Learning e e-Conteúdos**. Centro Atlântico, 2003.

LIMA, Maria Celia Nogueira; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condicao socioeconômica em uma universidade pública. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], v. 8, n. 23, p. 216 - 247, aug. 2016. ISSN 2175-2753. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/990>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], v. 8, n. 22, p. 116-148, may 2016. ISSN 2175-2753. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus; FUSCO, Elvis; SCANAVACCA, Aline Cristina. Websites educacionais: considerações acerca da arquitetura da informação no processo de ensino-aprendizagem. *Educação em Revista*, v. 11, n. 2, 2010.

LUZ, J., dos Santos, M. E., & Junger, A. (2020). EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO DE CASO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE SÃO PAULO. *Revista De Ensino De Ciências E Matemática*, 11(3), 199-211. <https://doi.org/10.26843/rencima.v11i3.2453>.

MACIEL, Carina Elisabeth; GIMENEZ, Felipe Vieira; PEREIRA ASSIS, Jacira Helena do Valle. A bolsa permanência nas políticas de educação superior: assistência estudantil na UFMS. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 911-936, dez. 2017. ISSN 2175-795X. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n3p911>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MARONESE, Maria da Conceição Marques Barradas; CARVALHO, Túlio Olibeira de. **Educação Financeira: Uma necessidade para jovens consumidores. Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE**, ISBN 978-85-8015-093-3. (2016) Volume 1, Paraná. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em agosto de 2020.

MESSIAS, José Flávio; DA SILVA, José Ultemar; SILVA, Pedro Henrique Calderoni. Marketing, Crédito & Consumismo: Impactos sobre o endividamento precoce dos jovens Brasileiros. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 43-59, 2015.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Experiências com Tecnologias de Informação E**. UFAL, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINELLA, J. M.; BERTOSSO, H.; PAULI, J.; CORTE, V. F. D. A Influência do Materialismo, Educação Financeira e Valor Atribuído ao Dinheiro na Propensão ao Endividamento de Jovens. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 18, n. 1, p. 182-201, 2017.

MINUCHIN, Salvador; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Patrícia. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

MIRANDA, Karoline. Pobreza e Consumismo. **Movimento infância livre de consumismo**. 2017. Disponível em: <https://milc.net.br/2017/11/pobreza-e-consumismo/#.YD6trLrPzQU>. Acesso em jan de 2021.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, p. 02-25, 2018.

MOULIN, Nelly; PEREIRA, Vilma. **Operações de pensamento no material instrucional para ensino a distância**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.

NASCIMENTO, Francisco Paulo.; SOUSA, Flávio Luís Leite. **Metodologia da Pesquisa Científica**: 1. ed. Brasília: Editora Thesaurus, 2015.

OECD. (2005). **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. Paris: Secretary General of the OECD.

OLIVEIRA, Adão F. de., **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. 2010.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.



PINTO, Giselle. (2018) A Política de permanência universitária sob o olhar dos estudantes: o caso da UFF. **Rev. Educ.**, Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 8, n. 1, p. 163-177, jan./jun. 2018. ISSN: 2237-1648. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/3043/2159>>; Acesso em 28 fev. 2020.

PradaT.; SurdineM. C. da C. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **SER Social**, v. 20, n. 43, p. 268-289, 13 nov. 2018.

Preço da passagem de ônibus em Campina Grande sobe 20 centavos para pagamento em dinheiro. **G1 PB**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/29/preco-da-passagem-de-onibus-em-campina-grande-sobe-20-centavos-para-pagamento-em-dinheiro.ghtml>; Acesso em 28 de nov. 2020.

RAFAEL, J.; MIRANDA, P.; CARVALHO, M. Um estudo sobre as contribuições dos Programas de Assistência Estudantil para a formação acadêmica de futuros professores de Matemática. **REMAT: Revista Eletrônica da Matemática**, v. 2, n. 2, p. 122-137, 9 nov. 2016.

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias**, v. 8, 2008.

REIS, Elisangela Marcia Cruz dos; GONÇALVES, Andrea de Oliveira. **PROGRAMA DE PROMOÇÃO À PERMANÊNCIA: PERFIL DOS DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**. HOLOS, [S.l.], v. 3, p. 379-394, set. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4044>>. Acesso em: 28 fev. 2020. doi:<https://doi.org/10.15628/holos.2018.4044>.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, Apr. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Aug. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>.

SILVA, Pabo Afonso; GIARETA, Paulo Fioravante. O financiamento da educação e o PNE: implicações e desafios para a meta 20 do PNE. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v.6, n.12,p.101377-101392 dec.2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22068/17621>. Acesso em 04 jan. 2020.

SILVA. Antônio João Hocayen da. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. 2014. UNICENTRO - Paraná. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br>. Acesso em: 16 set. 2020.

SPRICIGO, Fabricio; SILVA, Mariléia Maria da. **A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO TRABALHO DE CONFORMAÇÃO SOCIAL? UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO INSTITUTO**

FEDERAL DE SANTA CATARINA. In: Reunião Científica Regional da ANPED, XI, 2016, UFPR - Curitiba/Paraná. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br>. Acesso em 05 de jan. 2021.

TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach; ABREU, Cristiane de Souza. **Mídias na educação: a pedagogia e a tecnologia subjacentes**. 2017.

TEIXEIRA, Paulo Jorge Magalhães. Educação Financeira crítica: questões e considerações. **Revista BOEM**, v. 4, n. 7, p. 163-193, 2016.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. **Ensino em Re-Vista**, 21 dez. 2010.

VIEIRA, Kelmara Mendes; MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus; POTRICH, Ani Caroline Grigion. INDICADOR DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PROPOSIÇÃO DE UM INSTRUMENTO A PARTIR DA TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, e0182568, 2019. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302019000100302&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100302&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 May 2020. Epub Apr 29, 2019. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018182568>.

VIEIRA, Pricila Lysik; CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 9, N° 3, p. 87 - 115, JUL/SET 2019. ISSN 2237-9460. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n3ID931. Acesso em: 28 de fev. 2020.

## APÊNDICE A – Questionário eletrônico

### Alunos egressos beneficiados pela Assistência Estudantil

#### 1. Informações prévias

1.1 Você é natural de qual cidade?

1.2 Qual seu sexo?

Feminino

Masculino

1.3 Qual a sua idade

De 18 a 23 anos

de 24 a 28 anos

Acima de 28 anos

1.4 Qual é o maior grau de escolaridade dos seus pais?

Ensino Fundamental incompleto

Ensino Fundamental completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Ensino Superior completo ou incompleto

Pós graduação completo ou incompleto

1.5 Qual a faixa de renda total da sua família no período em que você estudou no IFPB?

Até 1,5 salário mínimo

De 1,5 a 3 salários mínimos

Mais de 3 salários mínimos

Não sei responder

Outros:

1.6 Quando você estudava no IFPB, quantas pessoas dependiam desta renda?

- Até 3 pessoas
- De 3 a 5 pessoas
- Mais de 5 pessoas
- Não sei responder

Outros:

1.6.1 Fale um pouco sobre isso, se quiser.

1.7 Por quanto tempo você foi beneficiado pela Assistência Estudantil?

- Até 1 ano
- De 1 a 2 anos
- Mais de 2 anos
- Não sei responder

Outros:

## **2. Condições de permanência**

2.1 As ajudas de custo da Assistência Estudantil contribuíram para sua permanência no curso?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Indeciso
- Concordo
- Concordo totalmente

2.2 Você teria condições de se manter no IFPB se não fosse beneficiado pela Assistência Estudantil?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Indeciso
- Concordo

Concordo totalmente

2.2.1 Fale um pouco sobre isso, se quiser.

2.3 No período em que você estudou no IFPB, quais outras atividades você realizava?

- Auxiliava os pais nas atividades domésticas e/ou trabalho
- Apenas estudava
- Realizava alguma atividade para ganhar dinheiro
- Realizava estágio remunerado
- Outros

2.4 Na sua percepção, com os programas da Assistência Estudantil você possuiu melhores condições para apenas estudar?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Indeciso
- Concordo
- Concordo totalmente

### **3. Educação Financeira**

3.1 No IFPB você recebeu algum preparo relacionado ao manuseio do dinheiro ofertado pela Assistência Estudantil?

- Sim
- Não
- Não sei responder

3.2 Em relação aos seus gastos, como você se considera?

- Consumista
- Pougador
- Meio termo
- Outro:

3.2.1 Fale um pouco sobre isso, se quiser.

3.3 Com qual frequência você planeja e organiza seus gastos mensais?

- ( ) Muito frequente
- ( ) Frequentemente
- ( ) Ocasionalmente
- ( ) Raramente
- ( ) Nunca

3.4 Onde você adquiriu seus conhecimentos para gerir seu dinheiro?

- Através da família
- Através de amigos
- Em aulas tradicionais
- Em revistas, livros, TV, rádio e internet
- Ninguém me ajudou, consegui sozinho.
- Outros

3.5 Você enfrentou alguma dificuldade em administrar os recursos advindos do programa de assistência estudantil, quando aluno do IFPB?

- ( ) Sim
  - ( ) Não
- Outros:

3.5.1 Se sim, expresse aqui sua dificuldade:

3.6 Hoje, como você se sente com relação a seus conhecimentos para gerenciar seu dinheiro?

- ( ) Muito seguro
- ( ) Razoavelmente seguro
- ( ) Não muito seguro
- ( ) Nada seguro

3.7 Para você, um preparatório de educação financeira ofertado a alunos da instituição poderia contribuir com a administração de recursos pessoais, incluindo os advindos da Assistência Estudantil?

- Discordo totalmente
- Discordo
- Indeciso
- Concordo
- Concordo totalmente

3.7.1 Fale um pouco sobre isso, se quiser.

3.8 De que forma você acharia interessante que a temática de educação financeira fosse abordada?

#### **4. Recursos de Assistência Estudantil**

4.1 O valor que você recebia através da Assistência Estudantil foi gasto de que forma?

- Gastos com alimentação
- Gastos com transporte
- Gastos com sua escolarização
- Gastos com lazer
- Gastos com investimentos / poupança
- Gastos domésticos/familiares
- Outros:

4.2 O valor recebido nos programas atenderam às suas necessidades?

- Sim
- Não

Outros:

4.2.1 Se não atenderam, porque?

4.3 Como você classifica esta afirmação: A política de assistência estudantil abrange a todos os alunos que dela necessitam.

- Quase sempre verdade
- Geralmente verdade
- As vezes é verdadeiro
- Geralmente é falso
- Quase sempre falso

4.3.1 Fale um pouco sobre isso, se quiser.



## **APÊNDICE B – Roteiro de entrevista**

### **Serviço Social**

#### **1. Informações prévias**

- 1.1 Há quanto tempo você atua na Assistência Estudantil?
- 1.2 Quais as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito da assistência estudantil no campus?

#### **2. Condições de permanência**

- 2.1 Há o conhecimento de casos de alunos desistentes/evadidos por motivações financeiras?
- 2.2 De acordo com a sua experiência no campus, a Assistência Estudantil contribui para a permanência dos estudantes? se sim, de qual forma?
- 2.3 Sem a Política de Assistência Estudantil você considera que os jovens de classes menos favorecidas teriam condições de se manter no curso?
- 2.4 Na sua percepção, condições de pobreza podem interferir no êxito acadêmico dos estudantes? De que modo?
- 2.5 Na sua experiência você considera que a Assistência Estudantil contribui com o êxito acadêmico dos beneficiários? Se sim, de qual forma?

#### **3. Educação Financeira**

- 3.1 Você considera que a administração dos recursos financeiros por parte dos discentes pode interferir no sucesso da política?
- 3.2 Uma proposta de intervenção de Educação Financeira dispensada a estes alunos beneficiários iria contribuir para o êxito da assistência estudantil?

#### **4. Recursos de Assistência Estudantil**

- 4.1 Para você, quais as dificuldades enfrentadas para que a Assistência Estudantil alcance seus objetivos na instituição?
- 4.2 Na sua percepção, os recursos repassados a estes estudantes são suficientes para arcar com suas despesas básicas?

**APÊNCIDE C - Questionário eletrônico para avaliação do Produto Educacional**  
**Alunos egressos beneficiados pela Assistência Estudantil**

| <b>SIMULADO “DÁ PRO GASTO!”</b>  |
|--|
| <b>1. Qual o objetivo da Assistência Estudantil?</b>   |
| <p>A. Favorecer a permanência de estudantes de baixa renda, contribuir para a igualdade de oportunidades e inclusão social dos sujeitos.</p> <p>B. Inibir a permanência de estudantes de baixa renda, contribuir para a igualdade de oportunidades e inclusão social dos sujeitos.</p> <p>C. Colaborar com a permanência de estudantes de alta renda, contribuindo para a igualdade de oportunidades e inclusão social dos sujeitos.</p> <p>D. Favorecer a permanência de estudantes de baixa renda, vedando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a exclusão social dos sujeitos.</p> <p>E. Não estudei este conteúdo.</p> |
| <b>2. O que é orçamento doméstico?</b>   |
| <p>A. É o ato de anotar as despesas e receitas do mês.</p> <p>B. É a utilização de planilha eletrônica para registro dos gastos.</p> <p>C. É uma projeção, mês a mês, da expectativa de receitas e do planejamento de como utilizá-las.</p> <p>D. É a revisão dos valores orçados e efetivados buscando identificar onde houve desequilíbrio.</p> <p>E. Não estudei este conteúdo.</p>   |
| <b>3. O que fazer se os gastos previstos forem extrapolados?</b>   |
| <p>A. Rever as prioridades e estudar a possibilidade de aumentar os gastos desnecessários.</p> <p>B. Revisão dos valores orçados e efetivados buscando identificar onde houve desequilíbrio.</p> <p>C. Iniciar o hábito de reservar pelo menos 10% de seu dinheiro para poupança e investimentos.</p> <p>D. Desajustar o orçamento, buscando alternativas mais baratas, gratuitas ou rever a lista de compras do supermercado, eliminando exageros.</p> <p>E. Não estudei este conteúdo.</p>   |
| <b>4. Muitas pessoas não percebem que vivem constantemente vigiados, em especial após a disseminação das redes sociais, por empresas que têm como único objetivo nos tornar consumidores ferrenhos. Identifique a alternativa que condiz com esta afirmação:</b>   |
| <p>A. Neste cenário, não há uma influência social para que jovens sigam a lógica da sociedade de consumo.</p> <p>B. Sempre estamos satisfeitos com o que possuímos, ainda que determinado produto ainda esteja realizando plenamente suas funções.</p>   |

- C. Neste tipo de sociedade há, ainda que de modo silencioso, a transformação de nós, consumidores, em poupadores, havendo uma incessante alimentação do nosso desejo de consumir, o qual passa a ser visto como uma necessidade.
- D. Os jovens se deparam com inúmeras possibilidades de compra, devido ao impacto da mídia que reforça e influencia o consumo exacerbado.
- E. Não estudei este conteúdo.

**5. Liste a seguir quais os passos devem ser seguidos para utilizar o dinheiro na realização dos projetos e sonhos:**

- Estabelecimento de metas e prioridades.
- Utilizar de modo irracional o dinheiro para que ele não se torne seu inimigo.
- Internalização da visão de um futuro com o sonho realizado.
- Estabelecimento de etapas intermediárias e avaliação para que o sonho continue sendo viável.
- Consumir produtos de modo a ser notado e obter status, contudo, realizando anotações constantes dos valores gastos.
- Não estudei este conteúdo.

**6. Utilizar crédito nas compras tem se tornado uma prática cada vez mais corriqueira em nosso dia a dia. Dentre as alternativas a seguir aponte quais são as atitudes que devemos tomar na sua utilização.**

- A. Utilizá-lo sempre para antecipação do consumo, sem levar em conta o orçamento doméstico.
- B. Utilizá-lo de preferência para o atendimento a emergências, imprevistos e no caso de aproveitamento de oportunidades.
- C. Levar em consideração os juros que vierem a incidir sobre o valor total da compra, sendo, neste caso, sem grande relevância o conhecimento básico de matemática financeira.
- D. Levar em consideração a vantagem do crédito que dificulta o endividamento, podendo ser utilizado sempre que desejar.
- E. Não estudei este conteúdo.

**7. Para se tornar um empreendedor é necessário um conjunto de habilidades. Dentre as alternativas a seguir, liste algumas delas:**

- Iniciativa
- Inatividade
- Comprometimento
- Autoconfiança
- Desinteresse
- Não estudei este conteúdo

**8. Alguns passos devem ser seguidos na abertura de um novo negócio. Identifique dentre as alternativas qual condiz com este processo.**

- A. Identificar oportunidades de negócios, analisando a viabilidade financeira, potencialidades e riscos possíveis. Não há necessidade de elaborar um plano de negócios se você tiver certeza que dará certo.
- B. Identificar oportunidades de negócios, analisando a viabilidade financeira, potencialidades e riscos possíveis. Deve-se ainda elaborar um plano de negócios visando estudar antecipadamente a ação que se pretende realizar.
- C. Identificar oportunidades de negócios, analisando a viabilidade financeira, potencialidades. Deve-se ter a autoconfiança necessária para não pensar em riscos ou concorrência.
- D. Planejar, desorganizar, dirigir, avaliar e controlar o negócio.
- E. Não estudei este conteúdo.

**9. Para saber se "o mar está pra peixe", é necessário compreender que há uma série de fatores que influenciam nos negócios, interferindo em seu microambiente e macroambiente. Liste a seguir as alternativas que expressam as variáveis que influenciam no nível MACRO:**

- Culturais
- Religiosas
- Econômicas
- Educacionais
- Tecnológicas
- Não estudei este conteúdo

**10. Há algumas atitudes sustentáveis que interferem tanto no nosso orçamento doméstico quanto no âmbito ambiental e social. Liste algumas atitudes positivas dentre as alternativas a seguir:**

- Reciclagem.
- Desperdício de alimentos.
- Consumo compulsivo.
- Fechar a torneira e/ou chuveiro quando não estiver utilizando.
- Apagar as luzes que não estiverem sendo utilizadas.
- Não estudei este conteúdo.

#### **EIXOS E RESPECTIVOS DESCRITORES AVALIATIVOS**

| <b>Estética e organização do material educativo</b>  | <b>Atendido</b> | <b>Atendido parcialmente</b> | <b>Não atendido</b> |
|--|-----------------|------------------------------|---------------------|
| O website é atrativo e permite explorar os conteúdos e recursos ofertados de forma fácil e sem complicações? |                 |                              |                     |

|   |                 |                              |                     |
|---|-----------------|------------------------------|---------------------|
| O website promove o diálogo entre textos e imagens?   |                 |                              |                     |
| Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?   |                 |                              |                     |
| <b>Estrutura metodológica do website "Dá pro gasto!"</b>  | <b>Atendido</b> | <b>Atendido Parcialmente</b> | <b>Não atendido</b> |
| Está evidenciado em todo o material educativo as relações entre os conteúdos e recursos ofertados?  |                 |                              |                     |
| Apresenta na aba "quem somos" a origem, os objetivos e o público-alvo do website?   |                 |                              |                     |
| As sessões constantes na aba "conteúdos" expõem a importância da Educação Financeira, apresentando de maneira clara conceitos básicos de finanças pessoais? |                 |                              |                     |
| Os materiais e recursos disponibilizados e/ou sugeridos contribuem para o entendimento da temática?   |                 |                              |                     |
| <b>Conteúdo apresentado no material educativo</b>   | <b>Atendido</b> | <b>Atendido parcialmente</b> | <b>Não atendido</b> |
| Os conteúdos abordados no <i>website</i> podem ser direcionados a estudantes do Ensino Médio Integrado?   |                 |                              |                     |

|   |                 |                              |                     |
|---|-----------------|------------------------------|---------------------|
| Os conteúdos do <i>website</i> colaboram com o debate sobre as repercussões, relações e aplicações do conhecimento científico na sociedade? |                 |                              |                     |
| O conteúdo tratado no <i>website</i> também é abordado em livros didáticos que você teve acesso?  |                 |                              |                     |
| <b>Propostas didáticas apresentadas no <i>website</i>;</b>  | <b>Atendido</b> | <b>Atendido parcialmente</b> | <b>Não atendido</b> |
| As perguntas realizadas nos quizzes suscitam reflexões e são possíveis de serem respondidas?  |                 |                              |                     |
| Os recursos e conteúdos contribuem para a educação financeira dos leitores?   |                 |                              |                     |
| Os conteúdos e recursos problematizam a temática relacionando-a com sua aplicação na sociedade?   |                 |                              |                     |
| Os conteúdos e recursos são atrativos e estimulam a curiosidade e a aprendizagem do leitor?   |                 |                              |                     |
| O leitor precisa ter algum conhecimento prévio para compreender o assunto abordado?   |                 |                              |                     |
| Os conteúdos do <i>website</i> podem ser adaptados para serem utilizados por  |                 |                              |                     |

|   |                 |                              |                     |
|---|-----------------|------------------------------|---------------------|
| alunos do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos?                                     |                 |                              |                     |
| <b>Criticidade apresentada no website</b>   | <b>Atendido</b> | <b>Atendido parcialmente</b> | <b>Não atendido</b> |
| O website contempla discussões em que as atitudes e o posicionamento político e social são trabalhados? |                 |                              |                     |
| Propõe reflexão sobre a realidade do leitor, levando-o a questionar o modelo de sociedade vigente?      |                 |                              |                     |
| O material textual aborda aspectos históricos, políticos, culturais, sociais e ambientais?              |                 |                              |                     |
| Impulsiona o leitor a agir de modo crítico?   |                 |                              |                     |
| Você possui algum comentário a fazer sobre o website "Dá pro gasto!"?                                   |                 |                              |                     |

Fonte: Chisté (2019), adaptação da autora (2021).

## **APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTE MAIOR DE IDADE**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**DEU PRO GASTO?**” **CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Jessyca Mayara Nunes dos Santos, mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do IFPB, campus João Pessoa.

Nesta pesquisa buscaremos contribuir com a Política de Assistência Estudantil para que esta alcance plenamente seu objetivo de favorecer a permanência dos alunos de baixa renda, identificando possíveis dificuldades destes alunos em administrar mensalmente os recursos advindos do programa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: [eticaempesquisa@ifpb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ifpb.edu.br) Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Jessyca Mayara Nunes dos Santos no campus Campina Grande do Instituto Federal da Paraíba, e você terá um tempo para decidir se aceita ou não participar da pesquisa. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de maneira alguma.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação. Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora e do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP/IFPB, podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, a qualquer momento.



Na sua participação, você responderá questões relacionadas à Assistência Estudantil por meio de uma entrevista semiestruturada, que poderá ser gravada, mediante sua autorização.

O risco para participar da pesquisa é mínimo e está relacionado a algum desconforto/incômodo ou constrangimento em responder ao instrumento de pesquisa. Para minimizá-los, você será informado sobre o procedimento da entrevista onde lhe será esclarecido que pode desistir ou optar por não responder algum questionamento a qualquer momento sem que seja de modo algum penalizado.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar da pesquisa.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Jessyca Mayara Nunes dos Santos, residente na Rua Vila Nova, s/n – Jenipapo – CEP 58115000 – Campina Grande/PB

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): 83 99162 2219 / 2102 6229

e-mail: [jsk\\_enf@live.com](mailto:jsk_enf@live.com)

Consentimento da participação na pesquisa:

Aceito o convite acima expresso e permito a divulgação da minha voz, opinião e também da minha imagem, desde que esta seja parcial, de modo a não favorecer minha identificação; além disso, dou ciência de que fui informado de todos os aspectos referentes a MINHA participação neste estudo e de que receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pelos pesquisadores

Campina Grande, ..... de ..... de 2020

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Assinatura da pesquisadora

## **APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO VIA FORMULÁRIO ELETRÔNICO**

Olá!

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “DEU PRO GASTO?” CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”, sob a responsabilidade da pesquisadora Jessyca Mayara Nunes dos Santos, mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do IFPB, por ter sido assistido pela Assistência Estudantil através dos programas de auxílio moradia e/ou transporte enquanto aluno do IFPB campus Campina Grande.

Neste estudo buscaremos contribuir com a Política de Assistência Estudantil para que esta alcance plenamente seu objetivo de favorecer a permanência dos alunos de baixa renda, identificando possíveis dificuldades dos alunos em administrar mensalmente os recursos advindos do programa.

O risco da pesquisa é mínimo e está relacionado a algum desconforto/incômodo ou constrangimento de sua parte para responder ao instrumento de pesquisa. Para minimizá-lo, elaboramos o questionário online com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo, em torno de 10 a 15 minutos, bem como reiteramos que pode desistir ou optar por não responder algum questionamento a qualquer momento sem que seja penalizado. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se você desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB. Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: [eticaempesquisa@ifpb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ifpb.edu.br) Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h. Você também poderá entrar em contato com a pesquisadora Jessyca Mayara Nunes dos Santos, residente na Rua Vila Nova, s/n – Jenipapo –

CEP 58115000 – Campina Grande/PB. Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): 83 99162 2219 / 2102 6229; e-mail: [jsk\\_enf@live.com](mailto:jsk_enf@live.com).

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e será mantido sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de modo que permitam a sua identificação. Quaisquer despesas com recursos de cópias ou envios de qualquer documento relativo ao estudo cabem tão somente a pesquisadora. Ao concordar com este termo de consentimento livre e esclarecido, uma via lhe será enviada para seu endereço eletrônico informado abaixo, podendo ser impresso como comprovante de sua participação, sendo importante que você o guarde em seus arquivos.

Agradecemos sua colaboração!

Jessyca Mayara Nunes dos Santos - Mestranda do Profept - IFPB  
Prof.(a.) Dr.(a) Emmanuelle Arnaud Almeida - Orientadora

Endereço de email:

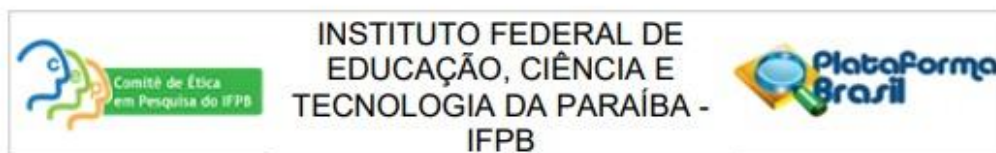
Você concorda em participar da pesquisa nos termos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)?

- SIM
- NÃO

Acesso online: <https://daprogasto.com/avaliacao/>

## ANEXO

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP DO IFPB



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DA EMENDA**

**Título da Pesquisa:** "DEU PRO GASTO?" CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

**Pesquisador:** Jessyca Mayara Nunes dos Santos

**Área Temática:**

**Versão:** 6

**CAAE:** 30878620.4.0000.5185

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 4.641.821

**Apresentação do Projeto:**

O presente estudo objetiva identificar possíveis dificuldades dos discentes em administrar os recursos advindos da Assistência Estudantil, conhecendo as contribuições desta política para a permanência e êxito acadêmico, onde serão analisadas as possibilidades de melhor eficiência da política com a disponibilização de um mini curso online de educação financeira para seus beneficiários.

**Objetivo da Pesquisa:**

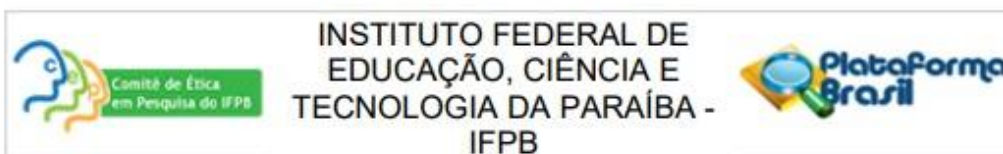
Objetivo Primário:

O objetivo geral do presente estudo é analisar as contribuições da educação financeira para a permanência dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil no campus Campina Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Objetivos Secundários:

- a) Caracterizar a Assistência Estudantil do IFPB e do campus Campina Grande;
- b) Analisar os aspectos relacionados à oferta dos recursos de Assistência Estudantil;

|  |  |
|--|--|
| <b>Endereço:</b> Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe | <b>CEP:</b> 58.015-020                     |
| <b>Bairro:</b> Jaguaribe                               |  |
| <b>UF:</b> PB  | <b>Município:</b> JOAO PESSOA              |
| <b>Telefone:</b> (83)3612-9725                         | <b>E-mail:</b> eticaempesquisa@ifpb.edu.br |



Continuação do Parecer: 4.641.821

- c) Examinar as contribuições da Assistência Estudantil para a permanência escolar de seus beneficiários;
- d) Evidenciar a importância da educação financeira para a gestão dos recursos próprios, incluindo os provenientes da Assistência Estudantil.
- e) Desenvolver e aplicar um produto educacional, um website, que contribua com a educação financeira dos estudantes beneficiários da Assistência Estudantil;
- f) Validar a contribuição do produto educacional para a aquisição de conhecimentos sobre educação financeira.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

##### **Riscos:**

Para os discentes egressos:

O risco da pesquisa é mínimo e está relacionado a algum desconforto/incômodo ou constrangimento de sua parte para responder ao instrumento de pesquisa. Para minimizá-lo, elaboramos o questionário online com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo, em torno de 10 a 15 minutos, bem como reiteramos que pode desistir ou optar por não responder algum questionamento a qualquer momento sem que seja penalizado. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

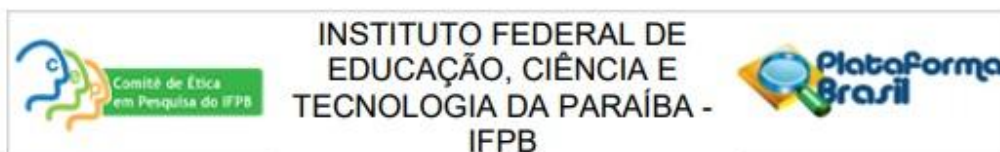
Para as Assistentes Sociais:

O risco para participar da pesquisa é mínimo e está relacionado a algum desconforto/incômodo ou constrangimento em responder ao instrumento de pesquisa. Para minimizá-los, você será informado sobre o procedimento da entrevista onde lhe será esclarecido que pode desistir ou optar por não responder algum questionamento a qualquer momento sem que seja de modo algum penalizado.

##### **Benefícios:**

Os benefícios para ambos os sujeitos da pesquisa referem-se a contribuição na melhoria da administração de recursos pessoais de alunos do ensino médio beneficiários de Assistência

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.641.821

Estudantil do campus Campina Grande, bem como na melhoria da eficiência do programa, visto que possibilitará que os recursos dele advindos sejam geridos corretamente pelos alunos de modo a atingir seu objetivo pleno de ofertar condições de permanência estudantil a jovens de baixa renda.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se esta análise de Emenda, referente a alterações relativas a título do Projeto, Objetivos específicos, alteração no TCLE, tendo em vista a exclusão de participantes menores de idade, além de inclusão de uma categoria de análise. O teor central da pesquisa foi, entretanto, mantida, regendo-se, ainda, pela Resolução 510/2016.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Em análise anterior, verificou-se que os termos necessários à justificativa desta emenda estavam presentes e se referiam a:

- 1) Informações Básicas do projeto, com as mudanças atualizadas;
- 2) Carta esclarecendo todas as alterações que justificam esta Emenda;
- 3) Projeto Completo, também com as alterações atualizadas;
- e) TCLE destinado exclusivamente a participantes maiores de idade, contendo os esclarecimentos relativos às alterações pertinentes a esse Termo.

Verificou-se, entretanto, que o TCLE enviado não apresentava o parágrafo de aceite do participante.

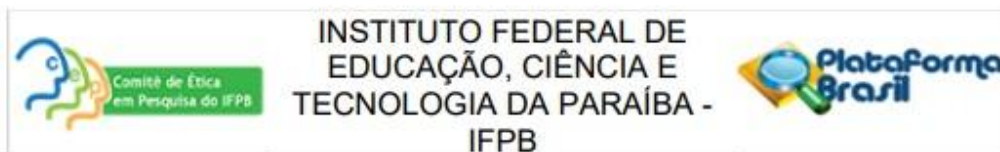
**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, que indica aprovação, e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito de não atrasar o início da pesquisa, emito, na condição de Coordenador, o Parecer de Aprovado ao protocolo de pesquisa, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 4.641.821

Conselho Nacional de Saúde.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).
- 2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.
- 3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, dever ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.
- 4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.
- 5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.
- 6- Deve ser apresentado, ao CEP, relatório final até 30/06/2021.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

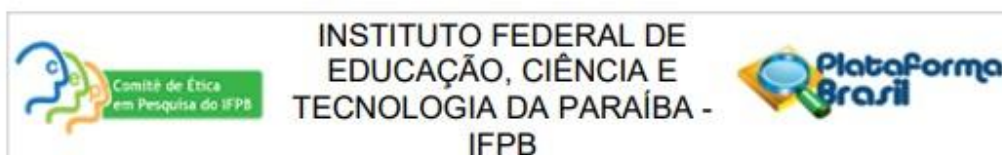
Observar as orientações constantes nas conclusões do parecer consubstanciado de aprovação.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|---------|----------|-------|----------|
|----------------|---------|----------|-------|----------|

|   |
|---|
| <b>Endereço:</b> Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe<br><b>Bairro:</b> Jaguaribe <b>CEP:</b> 58.015-020<br><b>UF:</b> PB <b>Município:</b> JOAO PESSOA<br><b>Telefone:</b> (83)3612-9725 <b>E-mail:</b> eticaempesquisa@ifpb.edu.br |
|---|





Continuação do Parecer: 4.641.821

|   |                                       |                        |                                 |        |
|---|---------------------------------------|------------------------|---------------------------------|--------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1706348_E2.pdf | 29/03/2021<br>23:16:46 |                                 | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | dissertacao.odt                       | 29/03/2021<br>23:16:10 | Jessyca Mayara Nunes dos Santos | Aceito |
| Outros  | carta.docx                            | 29/03/2021<br>23:14:27 | Jessyca Mayara Nunes dos Santos | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | tcles.docx                            | 29/03/2021<br>23:13:44 | Jessyca Mayara Nunes dos Santos | Aceito |
| Outros  | instrumentos.docx                     | 21/02/2021<br>20:17:11 | Jessyca Mayara Nunes dos Santos | Aceito |
| Folha de Rosto  | Texto_teste.pdf                       | 03/04/2020<br>15:35:50 | Jessyca Mayara Nunes dos Santos | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 10 de Abril de 2021

---

**Assinado por:**  
**Joseli Maria da Silva**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida João da Mata, 256 - Jaguaribe  
**Bairro:** Jaguaribe **CEP:** 58.015-020  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3612-9725 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br